



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR**

**Processo nº 8502063-44.2021.8.06.0026**

**Assunto:** Comunicação

**Interessada:** Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Alagoas

**DECISÃO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 119/2022-CGJUCGJ**

Trata-se de decisão encaminhada pelo Exmo. Corregedor Geral da Justiça do Estado de Alagoas, Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, dando conhecimento a esta Casa Correicional sobre procedimento administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Corregedora Nacional de Justiça.

Informação da GCAUE e parecer firmado pela Juíza Corregedora Auxiliar responsável pelo serviço extrajudicial às fls. 443/444 e 447.

É o relatório; decido:

A apuração correicional concluiu o seguinte:

“INFORMAÇÃO Nº 185/2022 – GCAUE/CGJCE

(...) Consoante se verifica em decisão encaminhada pelo Excelentíssimo Desembargador à Corregedoria Nacional da Justiça (CNJ) noticia à existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, in casu, Auxílio Emergencial. Comunicou ainda os nomes dos envolvidos na prática criminosa, quais sejam, Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e o Romeu Costa Paganis, todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como pelo REGISTRO CIVIL DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/AL Em pedido de providências apresentado pela Receita Federal – Número de Pesquisa e Investigação na 7ª Região Fiscal ao CNJ apresentou documentação com as seguintes serventias envolvidas Cartório do Registro civil das Pessoas Naturais e Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Notas da 1ª

Zona do Juízo de Vitória da Comarca da Capital/ES; Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras/ES; Registro Civil e Notas de Água Branca/AL; Cartório de Registro Civil e Notas de Luislandia em Brasília de Minas/MG. Diante dos fatos narrados, determinou o Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas a ciência da existência de fortes indicativos de fraude nas certidões de nascimento mencionadas a todas as Corregedorias Gerais dos Estados da Federação. Nesse sentido, sugere-se a remessa dos presentes autos à apreciação da MM. Juíza-Corregedora Auxiliar responsável pelo serviço extrajudicial, Dra. Juliana Sampaio de Araújo, para as devidas providências, qual seja, a emissão de Ofício Circular a todas as serventias extrajudiciais de nosso Estado, via PEX, bem como a todos os juízes corregedores permanentes, comunicando a referida ocorrência de falsificação no estado de Alagoas, conforme fls. 02/88 (02/352 - apenso). Empós, sugere-se o arquivamento, tendo em vista que o processo se esgota com a devida ciência de todos os envolvidos na atividade notarial e registral, S.M.J. À superior consideração da MM. Juíza-Corregedora Auxiliar.

Considerando as informações apresentadas pela Gerência de Correição das Unidades Extrajudiciais (GCAU/CGJCE), às folhas retro, acolho-as e, em sucessivo, submeto o presente processo ao Corregedor-Geral da Justiça, com a sugestão de expedição de Ofício Circular a todas as serventias extrajudiciais de nosso Estado, via PEX, bem como a todos os juízes corregedores permanentes, comunicando a referida denúncia de folhas 02/88 (02/352 - apenso).

Em razão das circunstâncias evidenciadas nos autos, **aprovo** o parecer firmado pela Juíza Corregedora Auxiliar Juliana Sampaio de Araújo e determino o arquivamento dos autos, expedindo-se, antes, Ofício Circular todas as serventias extrajudiciais e aos Juízes Corregedores Permanentes do Estado do Ceará, via PEX, comunicando o fato narrado no expediente inicial.

Comunique-se à Corregedoria-Geral interessada.

Cópia desta servirá de ofício circular.

À Gerência Administrativa para cumprimento.

Fortaleza, data e hora informadas no sistema.

**DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO**

Corregedor-Geral da Justiça





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021845618

Nome original: Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

Data: 13/08/2021 20:04:17

Remetente:

Rosimere de Melo Alves

Serventia ExtraJudicial

Tribunal de Justiça de Alagoas

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Des. Corregedor-Geral da Justiça, Drº Fábio José Bittencourt,  
envio cópia dos Autos do processo nº 000120-55.2021.8.02.0073 para ciência.



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
CHEFIA DE GABINETE  
Rua do Livramento, nº 384, Centro, Maceió/AL  
CEP: 57020-030 - Fone: (82) 4009-3784/3785

**Ofício nº. 313-284/2021.**

Em 01 de Fevereiro de 2021.

Protocolo

Assunto: Autuação.

Autue-se e registre-se no SAJ, no extrajudicial administrativo.

Insira-se o prazo do CNJ para 12/02/2021.

Após, encaminhe-se à AEJ.

Atenciosamente,

**ROSEANA CELISTRE MACHADO**  
**CHEFE DE GABINETE DA CORREGEDORIA**

Lista de Anexos:

[20210201165523\\_scan-2021-02-01-16-50-34-115.pdf](#)

DESPACHO    DESPACHAR    RESPONDER    IMPRIMIR    ARQUIVAR    VOLTAR

-                    

☒ Ofício

## CERTIDÃO

Autos: 0000120-55.2021.8.02.0073

Classe: Processo Administrativo

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:  
**ANEXAR DECISÃO COMPLETA.** .  
Maceió, 02 de fevereiro de 2021.

Jadilene dos Santos Lima Alves



### Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000

Requerente: RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### DESPACHO

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a RECEITA FEDERAL afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

No documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento;



### **Conselho Nacional de Justiça**

o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

É o relatório.

Diante do narrado pela RECEITA FEDERA DO BRASIL, é necessária a apuração de eventual violação dos deveres funcionais pelos delegatários ou interinos à frente das unidades extrajudiciais mencionadas.

Assim, com fundamento no artigo 18, combinado com o artigo 28, parágrafo único, ambos do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça, encaminhem-se os autos às Corregedorias-Gerais da Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para apuração dos fatos narrados no presente expediente. Solicitem-se informações, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca resultado das apurações.

Decorrido o prazo sem resposta, oficie-se cobrando informações quanto ao resultado das apurações.

Intinem-se.

Brasília, data registrada no sistema.

**Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07

## **CERTIDÃO**

**Autos: 0000120-55.2021.8.02.0073**

**Classe: Processo Administrativo**

**Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:  
Assinado por erro.  
Maceió, 09 de fevereiro de 2021.**

**Anderson Santos dos Passos**



### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Moraes e Romeu Costa Paganas na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também teria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Pois bem. Apesar do relato detalhado trazido pelo despacho de pp. 03/04, com a indicação da possível participação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS

M



### Extrajudicial Administrativo

00.188-3), tenho que a elucidação dos fatos dependerá da apreciação da documentação que deu causa à instauração do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, a fim de que se possa averiguar a conduta da aludida Serventia, bem como em que medida esta teria concorrido para a prática dos fatos narrados. Assim, entendo ser imprescindível o acesso à tal documentação para definir os caminhos da apuração dos fatos por esta Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas.

6. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de ofício ao CNJ, a fim de que sejam disponibilizados os documentos a que se refere o despacho de pp. 03/04, notadamente, os CPFs e certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Registro Civil de

Notas de Água Branca/AL.

### 7. É o parecer.

8. À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.

Maceió, 09 de fevereiro de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça



Autos n.º 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### **DESPACHO**

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corregedora-Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000.

2. Em suma, fls. 03/04, a Corregedoria-Nacional relata ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de Benefício Federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

3. Ainda de acordo com referido órgão, estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganés", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

4. Por fim, relata-se que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

5. Às fls. 06/07, o Juiz auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, ofertou Parecer, opinando no sentido de que seja enviado ofício ao CNJ, para que aquele órgão disponibilize os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, quais sejam, CPFs e certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Registro Civil de Notas da Comarca de Água Branca/AL.

6. Pois bem. A Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, no art. 22, traz a possibilidade de responsabilização, independentemente de culpa ou dolo, dos Oficiais de



Gabinete do Corregedor

Registro, em procedimento que será distinto daquele que visa apurar a responsabilidade criminal, *in verbis*:

Art. 28. Além dos casos expressamente consignados, os oficiais **são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos interessados no registro.**

Parágrafo único. **A responsabilidade civil independe da criminal pelos delitos que cometerem.**

(Gritos aditados).

7. *In casu*, o despacho de fls. 03/04 não veio acompanhado dos documentos nele mencionados, os quais estariam relacionados às supostas fraudes. E, a meu ver, é importante que a resolução da presente demanda perpassse pela análise da documentação atrelada às aparentes condutas fraudulentas e criminosas.

8. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a **DETERMINAR** que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". **Sobrevindo resposta** do Conselho Nacional de Justiça, **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação.

9. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se.

10. Após o cumprimento de todas diligências, retornem os autos conclusos.

Maceió, 10 de fevereiro de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 10/02/2021 20:51  
Página: 1

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0023/2021, encaminhada para publicação.

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a DETERMINAR que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". Sobrevindo resposta do Conselho Nacional de Justiça, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se. Após o cumprimento de todas diligências, retornem os autos conclusos."

Maceió, 10 de fevereiro de 2021.

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0023/2021, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 11/02/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 18/02/2021, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

15/02/2021 - Carnaval - Prorrogação  
16/02/2021 - Carnaval - Prorrogação  
17/02/2021 - Carnaval - Prorrogação

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a DETERMINAR que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". Sobrevindo resposta do Conselho Nacional de Justiça, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se. Após o cumprimento de todas diligências, retomem os autos conclusos."

Maceió, 11 de fevereiro de 2021.

Ofício nº 105/2021/GCCJ

Maceió, 11 de fevereiro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora  
**MINISTRA MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**  
**Corregedora Nacional de Justiça**  
Brasília/DF

**Assunto: Informações – Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073.**  
**Ref.: Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000**

Senhora Ministra Corregedora,

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do **Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.02.0000**, notadamente os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Respeitosamente,

  
**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
**Corregedor-Geral da Justiça**

*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD793.*



Conselho Nacional de Justiça  
PJe - Processo Judicial Eletrônico

12/02/2021

Número: 0010072-75.2020.2.00.0000

Classe: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Órgão julgador colegiado: Plenário

Órgão julgador: Corregedoria

Última distribuição : 03/12/2020

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Tabelionatos, Registros, Cartórios

Segredo de justiça? SIM

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/ Terceiro vinculado	
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4256529	12/02/2021 11:50	Informações	Informações

Senhora Ministra Corregedora,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, de ordem do Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, encaminho, anexo, Ofício nº 105/2021/GCGJ relativo ao Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000.

Respeitosamente,

Roseana Celistre Machado

Chefe de Gabinete

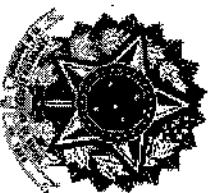
Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD793.

Assinado eletronicamente por: ROSEANA CELISTRE MACHADO - 12/02/2021 11:50:13  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnjl/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021211501383000000003849989>  
Número do documento: 21021211501383000000003849989





## Conselho Nacional de Justiça

### Comprovante de juntada de documento

#### Processo

Número do processo: 0010072-75.2020.2.00.0000

Órgão julgador: Corregedoria

Jurisdicção: CNJ

Classe: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Assunto principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) (10028) / Concessão / Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartório

Valor da causa: 0,00

Medida de urgência: Não

#### Partes

<b>REQUERENTE</b> - RECETA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)	<b>REQUERIDO</b> - CORREGEDORIA NA JUSTIÇA (REQUERIDO)
--	---

#### Outros interessados

Não existem outros interessados vinculados.

#### Assuntos

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) / Serviços (10028)  
 Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartórios (10083)

#### Documentos Protocolados

Documento	Tipo	Tamanho (t)
Informações	Informações	3,55
Ofício nº 105.2021.GCCGJ.pdf	Informações	31,35
Decisão Corregedor.120.55.2021	Informações	138,71



---

Chefia de Gabinete

---

**Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**

**CERTIDÃO**

Certifico que encaminhei o ofício nº 105/2021/GCGJ, acompanhado da cópia da decisão e demais informações referentes ao **Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**, através do PJE no portal eletrônico do CNJ, no **Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000**, em 12/02/2021. O referido é verdade e dou fé.

Maceió, 18 de fevereiro de 2021.

  
**ROSEANA CELISTRE MACHADO**  
Chefe de Gabinete da Corregedoria

*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD7B9.*



### **Conselho Nacional de Justiça**

**Autos:** PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000  
**Requerente:** RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL  
**Requerido:** CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### **DESPACHO**

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a requerente afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

Na documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JÚZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; o caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e



### Conselho Nacional de Justiça

ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

Diante do contexto fático narrado, solicitaram-se informações às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para que prestassem informações acerca do constante na inicial.

Foram prestadas informações nos Ids 4256530, 4288749 e 4293183.

É o relatório.

Quanto às informações requeridas, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas formulou o seguinte pedido (Id 4256530):

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, **notadamente os CPFs e as certidões de nascimento** que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Por seu turno, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo noticiou o seguinte:

Com a premente finalidade de apurar os aventados fatos, esta Corregedoria Geral da Justiça notificou as mencionadas serventias para esclarecerem o ocorrido e se existem em seus assentos certidões, quaisquer que sejam, em nome dos investigados "Anderson Ricardo da Silva", "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", "Marinaldo Pereira Moraes" e "Romeu Costa Paganes". Feitas essas considerações iniciais, consigno que a delegatária Titular do



### **Conselho Nacional de Justiça**

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras, Sr<sup>ª</sup>. Paula Cecília da Luz Rodrigues, uma vez comunicada sobre a certidão de nascimento apresentada por Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, um dos investigados pela Receita Federal (ARF), circunscrição na cidade de Colatina, providenciou o registro do boletim de ocorrência (15.7.2020 - nº 202007150472) diante da evidente falsificação do referido instrumento público, apontando as seguintes inconsistências:

[...]

1 - Não foi localizado nenhum registro de nascimento de Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, nascido aos 26/01/1990;

2 - O livro descrito no documento não reflete o registro verdadeiramente lavrado;

3 - No campo onde consta as informações de Livro nº A00140 - Folha 079 - Termo nº 006058, não utilizamos para estas informações em nossas certidões aqui emitidas, mas sim para o número de CPF do registrado;

4 - O selo eletrônico 021733.ZTD1501.03009 não fora utilizado em 2<sup>a</sup> via de certidão para o nome Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, mas sim em uma segunda via de outra pessoa.

5 - O sinal público de Geovana Santos da Cruz não condiz com a assinatura da mesma, tão pouco com o cadastrado na Central Nacional do Registro Civil - CRC;

6 - O carimbo constante como "Cartório Amorim" não é mais utilizado por esta serventia, desde a assunção da Delegação pela Oficial Paula Cecília da Luz Rodrigues.

[...].

Dito isso, ambas unidades extrajudiciais notificadas aduziram que não constam em seus assentos públicos nenhum registro em nome dos investigados citados, decerto que houve apenas esta constatação de falsificação do Sr. Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, eis que os documentos objurgados na investigação do pedido de providências CNJ nº 0010072-75.2020.2.02.0000 não foram encaminhados para esta Corregedoria Geral da Justiça. Centrando ao caso em questão, deduz-se o provável cometimento de crime de falsificação por parte dos investigados, não havendo outras providências ao alcance da CGJES para persecução



### **Conselho Nacional de Justiça**

administrativa, mormente pelo fato do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras (CNS 02.173.3) ter comunicado o ocorrido à autoridade policial competente.

E, por fim, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais informou sobre a impossibilidade de eventual punição à responsável pela serventia investigada, uma vez que a oficiala teria sido destituída do cargo, em função da revogação de sua nomeação. Confira-se:

Cuida-se de expediente proveniente do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, por meio do qual a Exma. Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, determina que seja apurada suposta violação dos deveres funcionais pelo Oficial Responsável pelo Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial de Luislândia, na Comarca de Brasília de Minas/MG, em face do alerta enviado pela Receita Federal do Brasil sobre possível ação de quadrilha, composta por Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes, os quais estão fazendo uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, com o objetivo de emissão de CPF e supostamente recebimento de auxílio emergencial. A Juíza Auxiliar da Corregedoria Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, Dra. Roberta Rocha Fonseca, após detida análise dos autos, sobretudo, dos esclarecimentos prestados pelo Oficial Interino do mencionado Ofício ressaltou que "no caso em análise, ainda que surjam eventuais indícios de conduta inadequada da antiga responsável Márcia Aparecida Queiroz Gonçalves, não há possibilidade de responsabilizá-la administrativamente por atos praticados durante seu exercício, tendo em vista que foi destituída de sua função, em razão da revogação de sua nomeação, quando foi efetivada a anexação provisória da serventia ao Ofício de Registro Civil de Brasília de Minas/MG". Ao final, sugeriu o seguinte: "Posto isso, opino que, caso a presente manifestação seja aprovada, seja encaminhado ofício à e. Corregedoria Nacional de Justiça, informando acerca dos fatos informados pela Diretora do Foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, MMª Juíza de Direito Solange Procópio Xavier, notadamente quanto à possibilidade de





### **Conselho Nacional de Justiça**

irregularidade do registro nº 109, f. 28 do Livro nº 4, referente ao Pedro da Gama Silva, figurando como declarante Angelo da Cruz Toledo, o qual não é pai ou avô de nenhum dos registrados, sendo possível que também não seja autêntico.

SUGERE-SE, ainda, que seja enviada cópia da presente manifestação, caso aprovada, em atendimento à determinação proferida no Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000." Ante o exposto, acolho a manifestação da Juíza Auxiliar Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, contida no evento 5168400, pelos seus próprios fundamentos. Proceda-se conforme sugerido.

Diante das informações colacionadas aos autos, determino que se oficie ao Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, solicitando o encaminhamento a esta Corregedoria Nacional de Justiça de cópia dos documentos solicitados pelo Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, bem como para que tome ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Na oportunidade, encaminhe-se ao Órgão da Receita Federal supracitado cópia integral destes autos.

Sobreste-se o presente pedido de providências por 60 (sessenta) dias, no aguardo de manifestação pela parte requerente.

Intimem-se e cumpra-se.

Brasília, data registrada nos autos.

**Ministra MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07



## Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000

Requerente: RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### DESPACHO

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a RECEITA FEDERAL afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

Na documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e



### **Conselho Nacional de Justiça**

ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

Diante do contexto fático narrado, solicitaram-se informações às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para que prestassem informações acerca do constante na inicial.

Foram prestadas informações nos Ids 4256530, 4288749 e 4293183.

Quanto às informações requeridas, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas formulou o seguinte pedido (Id 4256530):

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Por seu turno, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo noticiou o seguinte:

Com a premente finalidade de apurar os aventados fatos, esta Corregedoria Geral da Justiça notificou as mencionadas serventias para esclarecerem o ocorrido e se existem em seus assentos certidões, quaisquer que sejam, em nome dos investigados "Anderson Ricardo da Silva", "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", "Marinaldo Pereira Moraes" e "Romeu Costa Paganes". Feitas essas considerações iniciais, consigno que a delegatária Titular do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras,



### **Conselho Nacional de Justiça**

Sr<sup>a</sup>. Paula Cecília da Luz Rodrigues, uma vez comunicada sobre a certidão de nascimento apresentada por Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, um dos investigados pela Receita Federal (ARF), circunscrição na cidade de Colatina, providenciou o registro do boletim de ocorrência (15.7.2020 - nº 202007150472) diante da evidente falsificação do referido instrumento público, apontando as seguintes inconsistências: [...] 1 - Não foi localizado nenhum registro de nascimento de Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, nascido aos 26/01/1990; 2 - O livro descrito no documento não reflete o registro verdadeiramente lavrado; 3 - No campo onde consta as informações de Livro nº A00140 - Folha 079 - Termo nº 006058, não utilizamos para estas informações em nossas certidões aqui emitidas, mas sim para o número de CPF do registrado; 4 - O selo eletrônico 021733.ZTD1501.03009 não fora utilizado em 2ª via de certidão para o nome Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, mas sim em uma segunda via de outra pessoa. 5 - O sinal público de Geovana Santos da Cruz não condiz com a assinatura da mesma, tão pouco com o cadastrado na Central Nacional do Registro Civil - CRC; 6 - O carimbo constante como "Cartório Amorim" não é mais utilizado por esta serventia, desde a assunção da Delegação pela Oficial Paula Cecília da Luz Rodrigues. [...] Dito isso, ambas unidades extrajudiciais notificadas aduziram que não constam em seus assentos públicos nenhum registro em nome dos investigados citados, decerto que houve apenas esta constatação de falsificação do Sr. Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, eis que os documentos objurados na investigação do pedido de providências CNJ nº 0010072-75.2020.2.02.0000 não foram encaminhados para esta Corregedoria Geral da Justiça. Centrando ao caso em questão, deduz-se o provável cometimento de crime de falsificação por parte dos investigados, não havendo outras providências ao alcance da CGJES para persecução administrativa, mormente pelo fato do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras (CNS 02.173.3) ter comunicado o ocorrido à autoridade policial competente.

E, por fim, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais informou sobre a impossibilidade de eventual punição à responsável pela serventia



### **Conselho Nacional de Justiça**

investigada, uma vez que a oficiala teria sido destituída do cargo, em função da revogação de sua nomeação. Confira-se:

Cuida-se de expediente proveniente do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, por meio do qual a Exma. Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, determina que seja apurada suposta violação dos deveres funcionais pelo Oficial Responsável pelo Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial de Luislândia, na Comarca de Brasília de Minas/MG, em face do alerta enviado pela Receita Federal do Brasil sobre possível ação de quadrilha, composta por Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Moraes e Romeu Costa Paganes, os quais estão fazendo uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, com o objetivo de emissão de CPF e supostamente recebimento de auxílio emergencial. A Juíza Auxiliar da Corregedoria Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, Dra. Roberta Rocha Fonseca, após detida análise dos autos, sobretudo, dos esclarecimentos prestados pelo Oficial Interino do mencionado Ofício ressaltou que "no caso em análise, ainda que surjam eventuais indícios de conduta inadequada da antiga responsável Márcia Aparecida Queiroz Gonçalves, não há possibilidade de responsabilizá-la administrativamente por atos praticados durante seu exercício, tendo em vista que foi destituída de sua função, em razão da revogação de sua nomeação, quando foi efetivada a anexação provisória da serventia ao Ofício de Registro Civil de Brasília de Minas/MG". Ao final, sugeriu o seguinte: "Posto isso, opino que, caso a presente manifestação seja aprovada, seja encaminhado ofício à e. Corregedoria Nacional de Justiça, informando acerca dos fatos informados pela Diretora do Foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, MMª Juíza de Direito Solange Procópio Xavier, notadamente quanto à possibilidade de irregularidade do registro nº 109, f. 28 do Livro nº 4, referente ao Pedro da Gama Silva, figurando como declarante Angelo da Cruz Toledo, o qual não é pai ou avô de nenhum dos registrados, sendo possível que também não seja autêntico. SUGERE-SE, ainda, que seja enviada cópia da presente manifestação, caso aprovada, em atendimento à determinação proferida no Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000." Ante o exposto,





### **Conselho Nacional de Justiça**

acolho a manifestação da Juíza Auxiliar Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, contida no evento 5168400, pelos seus próprios fundamentos. Proceda-se conforme sugerido.

Diante das informações colacionadas aos autos, determinou-se que se oficiasse ao Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, solicitando o encaminhamento a esta Corregedoria Nacional de Justiça de cópia dos documentos solicitados pelo Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, bem como para que tomasse ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Na oportunidade, encaminhou-se ao Órgão da Receita Federal supracitado cópia integral destes autos.

O presente pedido de providências foi sobrestado por 60 (sessenta) dias, no aguardo de manifestação pela parte requerente.

Sobrevieram informações nos Id. 4374026 a 4374031.

É o relatório.

No id. 4374027, o Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal em Vitória tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Além disso, encaminhou os documentos requeridos pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

Ante o exposto, determino que se encaminhem cópias dos documentos contidos nos Ids. 4374028, 4374029, 4374030 e 4374031, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, para análise eventuais providências que reputar cabíveis, no âmbito de sua competência.

No mais, determino o sobrestamento do corrente feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no aguardo das apurações a serem realizadas pela CGJ-AL.

Com o transcurso do prazo, intime-se a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas para que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste informações, acerca do apurado, a esta Corregedoria Nacional de Justiça.



**Conselho Nacional de Justiça**

Intimem-se.

Cumpra-se.

Brasília, data registrada no sistema.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07



16/07/2021

Número: **0010072-75.2020.2.00.0000**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **03/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Tabelionatos, Registros, Cartórios**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4374026	31/05/2021 14:03	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
4374027	31/05/2021 14:03	<a href="#">Ofício Corregedoria - CNJ - resposta intimação - assinado</a>	Informações
4374028	31/05/2021 14:03	<a href="#">Anderson - evadiu - 15.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão
4374029	31/05/2021 14:03	<a href="#">Gabriel - detido - 15.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão
4374030	31/05/2021 14:03	<a href="#">Marinaldo - suspenso - 20.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão
4374031	31/05/2021 14:03	<a href="#">Romeu - CPF presencial - 27.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão



Senhora Corregedora Nacional de Justiça

Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente, informo que o Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória/ES - NUPEI07 - tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e aproveito para

agradecer a atenção e o pronto atendimento por parte da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em anexo, constam cópias dos documentos repassados ao NUPEI07 pela Agência de Colatina e que serviram de base para as pesquisas, visando atender solicitação do Corregedor-Geral de

Justiça do estado de Alagoas

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031958400000003957992>  
Número do documento: 21053114031958400000003957992



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

OFÍCIO Nº VT20210025 -RFB/Copei/Nupeivt

Protocolo NUPEIVT2021000058

Vitória, 19 maio de 2021.

À Senhora

Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Corregedora Nacional de Justiça

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6

CEP: 70070-600 – Brasília/DF

**Assunto:** Responde Intimação - Pedido de Providências - 0010072-75.2020.2.00.0000

Senhora Corregedora Nacional de Justiça

Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente, informo que o Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória/ES - NUPEI07 - tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e aproveitou para agradecer a atenção e o pronto atendimento por parte da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em anexo, constam cópias dos documentos repassados ao NUPEI07 pela Agência de Colatina e que serviram de base para as pesquisas, visando atender solicitação do Corregedor-Geral de Justiça do estado de Alagoas

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)

Patrícia Tavares de Lima

Chefe do Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória

Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1333, 7 º andar, Ala Leste, Ilha de Santa Maria CEP. 29051-015 – Vitória-ES

27-3232-3567

<http://rfb.gov.br>






Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jp/cnj/P/processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031970500000003957993>  
Número do documento: 21053114031970500000003957993



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

			
<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS</p>			
<p><b>CERTIDAO DE NASCIMENTO</b></p>			
<p>NOME: <b>ANDERSON RICARDO DA SILVA</b></p>		<p>MATRÍCULA: <b>0246610155 1980 1 00398 037 0168508 22</b></p>	
<p>DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO Ao nove (09) de setembro (09) de mil novecentos e oitenta (1980)</p>		<p>DIA MÊS ANO 09 09 1980</p>	
<p>HORA DO NASCIMENTO 20:40</p>		<p>MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Ribeirão das Neves/MG</p>	
<p>MUNICÍPIO DE REGISTRO / UF Vitória-ES</p>		<p>LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Municipal São Judas tadeu, Ribeirão das Neves-MG</p>	
<p>FILIAÇÃO MARIA BARBOSA DA SILVA</p>		<p>SEXO masculino</p>	
<p>AVÓS Avós Maternos: Silvano Ribeiro da Silva e Elizabeth Barbosa da Silva</p>		<p>GÊMEOS MOM E MATRÍCULA DOS GÊMEOS</p>	
<p>Não</p>		<p>NÚMERO DA DNV (DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO)</p>	
<p>DATA DO REGISTRO POR EXTENSO Aos dezasseis (16) dias do mês de janeiro (01) do ano de mil novecentos e oitenta (1980)</p>		<p>Observações / AVERBAÇÕES</p>	
<p>O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé Vitória-ES 12 de julho de 2018</p>			
<p><b>CARTÓRIO SARLO</b> O cial e Tabelião: Rodrigo Sarlo Antônio Comarca de Vitória Av. N. S. da Penha 549, Lj 1, Ed. Wilma Santa Lúcia - Vitória - ES Tel. (27) 2424-9500 www.cartoriosarlo.com.br</p>		<p>Elaine Fudcheller de Medeiros Escrivente</p>	
<p>Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Selo Digital de Fiscalização 024661.WFN1807.32389</p>			
<p>Emolumentos: R\$ 25,19 Taxas: R\$ 7,52 Total: R\$ 32,71 Consulte autenticidade em www.fjes.jus.br</p>			
<p><b>ELAINE 2ª VIA</b></p>			
			

ARPENBRASIL



TR 001708846 - E



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
https://www.cnj.jus.br:443/jpccnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031984500000003957994  
Número do documento: 21053114031984500000003957994





Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Carta autenticada administrativamente

#### DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula 0018830155 1987 1 0003 950 0000533 31  
Padrão aaaaaabbcc ddd e ffff ggg hhhhhh ii

#### DETALHAMENTO

aaaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia  
(identificação única do cartório)

bb (01) Código do Acervo, sendo:  
01 - Acervo Próprio  
Outros - Acervos Incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:  
55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano do Registro

e (1) Tipo do livro, sendo:

- |   |  |
|---|--|
| 1: Livro A (Nascimento)   | 4: Livro C (óbito)                                   |
| 2: Livro B (Casamento)  | 5: Livro C Auxiliar (Registro de Múltiplos)          |
| 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para São João) | 6: Livro D (Registro de Proximidade)                 |
|   | 7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil) |

ffff (0003) Número do livro

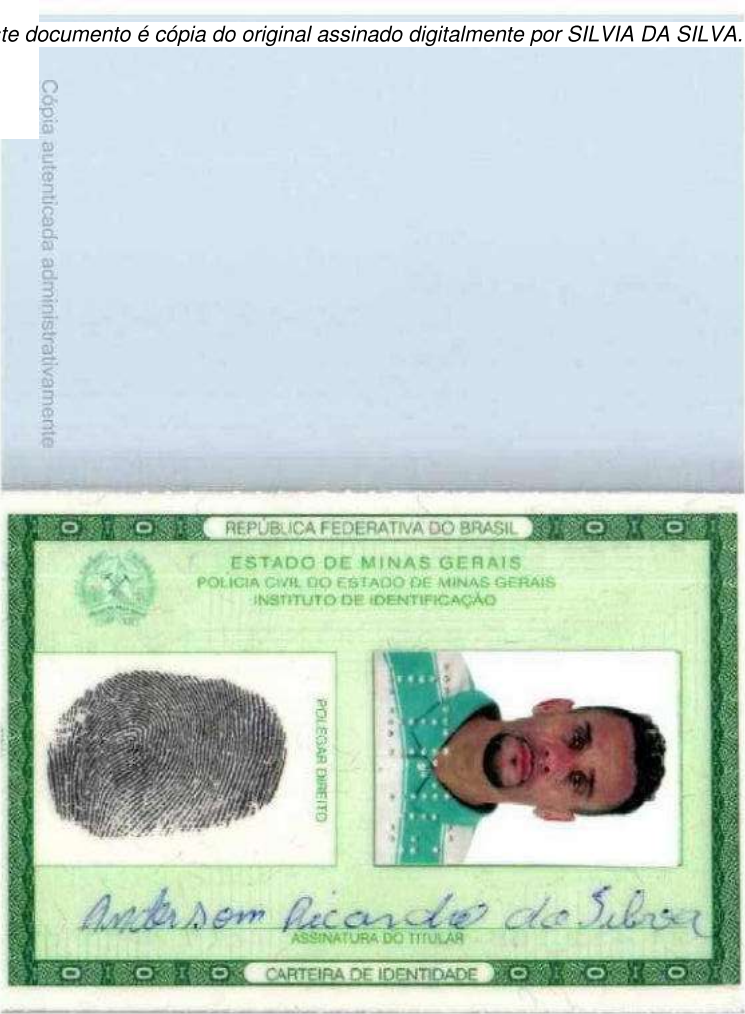
ggg (050) Número da folha

hhhhhh (0000533) Número do Termo

ii (31) Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais

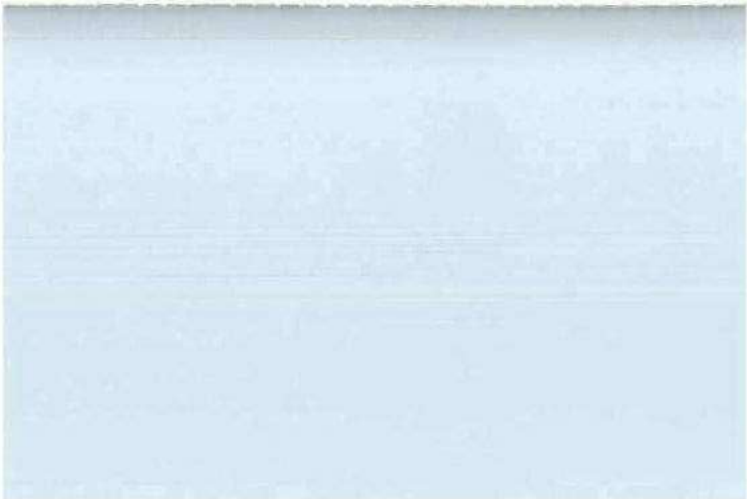
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/plecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

PIR-2205  
ASSINATURA DO DIRETOR  
JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ  
Cps  
VITORIA-ES  
DOC ORDEM  
NASC. LV-398 FL-37  
RIBEIRAO DAS NEVES-MG  
9/9/1980  
NATURIDADE  
MARIA BARBOSA DA SILVA  
NAO DECLARADO  
FILIAÇÃO  
ANDERSON RICARDO SA SILVA  
NOME  
MG-8.733.060  
REGISTRO  
GERAL  
DATA DE  
EXPECIAO  
20/06/2018  
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031984500000003957994>  
Número do documento: 21053114031984500000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		TITULO ELEITORAL		IDENTIFICACAO BIOMETRICA	
NOME DO ELEITOR <b>ANDERSON RICARDO DA SILVA</b>					
DATA DE NASCIMENTO <b>09/09/1980</b>		Nº INSCRIÇÃO <b>2246 2762 0272</b>		D.V. <b>035</b>	
ZONA <b>0301</b>		DATA DE EMISSÃO <b>07/02/2020</b>			
MUNICÍPIO / UF <b>BELO HORIZONTE/MG</b>		JUIZ ELEITORAL <b>[Assinatura]</b>			

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031984500000003957994>  
Número do documento: 21053114031984500000003957994



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995

Cópia autenticada administrativamente





Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REGISTRO GERAL	MG-9.145.702	DATA DE EXPEDIÇÃO	24/10/2019
GABRIEL HENRIQUE O. DOS SANTOS			
JOAO PEREIRA DOS SANTOS			
VERA LUCIA OLIVEIRA DOS SANTOS			
NATURALIDADE	MONTES CLAROS-MG	DATA DE NASCIMENTO	26/1/1990
DOC ORIGEM	NASC. LV-140 FL-79		
VITORIA-ES			
PIR-2205		LEITICIA BAPTISTA GAMBOSSE REIS ASSINATURA DO DIRETOR	2.VIA
LEI Nº7.116 DE 29/08/83			

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS <b>CERTIDÃO DE NASCIMENTO</b>		
NOME: <b>GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS</b>		
MATRÍCULA: <b>02173301 55 1990 1 00140 079 0060658 72</b>		
Livro nº A 00140 - Folha 079 - Termo nº 0060658		
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO Aos vinte e seis (26) dias do mês de janeiro (01) do ano de mil novecentos e noveenta.		
HORA 19:50	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Montes Claros/MG	DIÁ 26
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Vitória/ES		MÊS 01
FILIAÇÃO JOÃO PEREIRA DOS SANTOS VERA LÚCIA OLIVEIRA DOS SANTOS		ANO 1990
AVÓS Paternos: EFIGÊNIO DOS SANTOS e RAIMUNDA DOS SANTOS Materos: JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA e MARIA SOARES OLIVEIRA		
GÊMEO NÃO		
NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS		SEXO Masculino
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO Doze (12) dias do mês de março (03) do ano de mil novecentos e noveenta (1990)		
NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO		
OBSERVAÇÕES / AVERSAÇÕES Selo Digital de Registro: 021733.ZTD1501.03009 Nada mais foi declarado		
ANOTAÇÕES DE CADASTRO Não consta nenhuma anotação de cadastro.		
<b>CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO GOIABEIRAS</b>		
Oficial: Paula Cecília Luz Rodrigues Av. Antônio Fernandes Coelho, 1850, Loja 8, Ed. Mud Street, Jardim da Penha, Vitória-ES, Tel. (27) 3019-0049 cartoriogoiabeiras@arpenbrasil.com.br		
Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Selo Digital de Fiscalização 021733.ZTD1501.03009		
Emolumentos: 27,01 Taxas: R\$ 8,11 Total: R\$ 35,12		
Consulte a autenticidade em www.lfes.jus.br		
GEOVANNA		
		
		
Geovanna Santos da Cruz Escritorante Autorizada		
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe Vitória-ES 31 de janeiro de 2020.		







Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995  
Número do documento: 21053114032004700000003957995

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA			
Matricula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31	cc (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais
Padrao	aaaaaabbcc ddd_ e ffff ggg hhhhhh ii	ffff (0003)	Número do livro
DETALHAMENTO			
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)	ggg (050)	Número da folha
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados	hhhhhh (0000533)	Número do Termo
		ii (31)	Digito Verificador
		e (1) Tipo do livro, sendo: 1: Livro A (nascimento) 2: Livro B (casamento) 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para fim civil) 4: Livro C (bitar) 5: Livro C Auxiliar (Registro de Nascimento) 6: Livro D (Registro de Provenientes) 7: Livro E (Gerais atos relativos ao Registro Civil)	

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais





Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro Civil - MG  
São Digital: 8WU83214 - Cod. Seg.: 1987.1518.7521.0948 - Cod. e  
Quantidade doc(s) at(s) Praticado(s): 1 (7801) - Emcl: R\$ 29,82 -  
Tx. Jucis: R\$ 6,02 - Total: R\$ 35,84  
Consulte a validade no site: <https://eiclis.tjmg.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOTA:

MARINALDO PEREIRA MORAIS

CPF:

MATRÍCULA:

0447270155 1964 1 001 04 073 0090110 61

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

quinze de julho de mil novecentos e cinquenta e dois

DE MES ANO

75/07/1952

NOME

NATURALIDADE

XXX/X

BRASILIA DE MINAS - MG

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

LUISLANDIA-MG

EM DOMICÍLIO, NESTE DISTRITO DE LUISLANDIA,  
BRASILIA DE MINAS - MG

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

AGUINALDO CARVALHO MORAIS,  
AMANDA PEREIRA REIS

VÓS:

FLACIANO MORAIS LIMA e LUANA LIMA CARVALHO  
ARMANDO PEREIRA REIS e JULIA PEREIRA DOS SANTOS

SEXUAL

NOME E MATRÍCULA DOS FILHOS (de menor)

NÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

dezessete de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

ALFABETIZAÇÃO: A. ALFABETIZADO

NÃO

ANOTAÇÕES DO CARTÓRIO

TÍTULO DO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA DE EMISSÃO	ÓRGÃO EMISSOR	DATA DE VALIDADE
RG	---	---	---	---
PIS/PIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---
TÍTULO DO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA DE EMISSÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
CEP Residência	---	---	Grupo Sanguíneo	---

Atenção: Este documento contém informações pessoais e de identificação do documento original. Não pode ser usado para fins de identificação de seu portador.

Cartório de Registro Civil  
Original: MARCIA APARECIDA QUEIROZ GONÇALVES  
RUA ZÉZE ROCHA, 268 CENTRO  
LUISLANDIA-MG (38)9827 - 8017

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
LUISLANDIA-MG, 09 de março de 2018.

Assinatura do Oficial Substituto

Deize Tatiele Ferreira de Araújo  
Oficial Substituto



RECIBO Nº 00413771 MG-P





Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula 0018830155 1987 1 0103 050 000533 31

Padrão aaaaaabbcc dddd e fff ggg hhhhhh ii

DETALHAMENTO

aaaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia  
(identificação única do cartório)  
bb (01) Código do Acervo, sendo:  
01 - Acervo Próprio  
Outros - Acervos Incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:

55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano de Registro

e (1) Tipo de livro, sendo:

1: Livro A (Nascimento) 4: Livro C (óbito)  
2: Livro B (Casamento) 5: Livro C Auxiliar (Registro de Nascimento)  
3: Livro B Auxiliar (Registro de Casamento e Registro de Óbito) 6: Livro D (Registro de Nascimento)  
7: Livro E (Documentos relativos ao Registro Civil)

ffff (0003)

Número do livro

ggg (050)

Número da folha

hhhhhhh (000533)

Número do Termo

ii (01)

Dígito Verificador

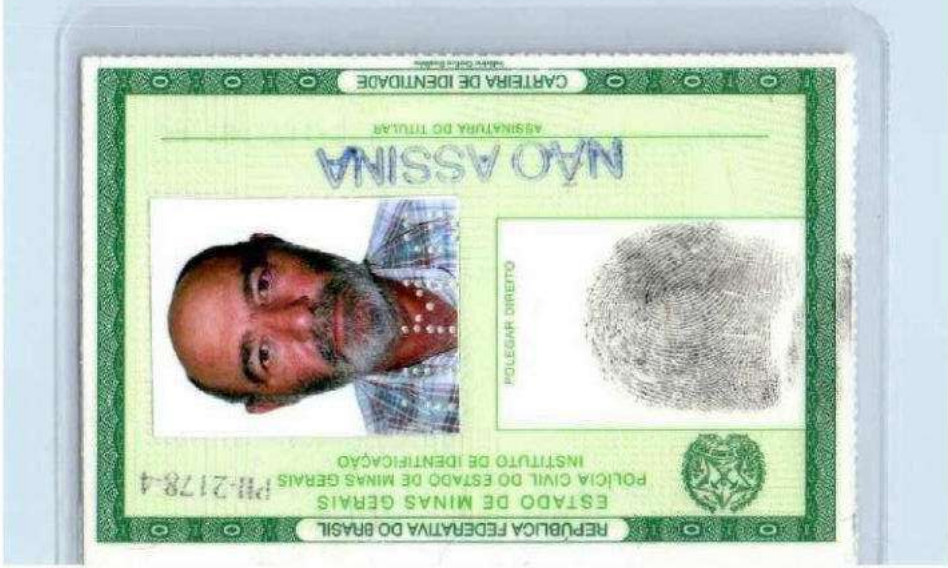
Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20

<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>

Número do documento: 21053114032027000000003957996



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REGISTRO GERAL	MG-23.791.489	DATA DE EXPEDIÇÃO	17/07/2020
NOME	MARINALDO PEREIRA MORAIS		
EDUCAÇÃO	AGUINALDO CARVALHO MORAIS AMANDA PEREIRA REIS		
NATURALIDADE	BRASILIA DE MINAS-MG	DATA DE NASCIMENTO	15/7/1952
DOC. ORIGEM	NASC. LV-4 FL-28 LUISLANDIA-MG		
PII-2178	LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	1. VIA	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/ProcessoConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997





Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro Civil - MG  
Selo Digital: BWU83212 - Cod. Seg: 6012 3052 9882 0816 - Cod. e  
Quantidade (dois) al(s) Praticado(s) 1 (7801) - Eml: R\$ 29,82 -  
Tx Judic: R\$ 8,02 - Total: R\$ 35,84  
Consulte a validade no site: <https://seios.tjmg.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME  
ROMEU COSTA PAGANES

CPF  
Nada consta

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO  
quinze de abril de mil novecentos e cinquenta e dois  
0447270455 1944 00 04 027 0000108 28  
DATA, MES, ANO  
15/04/1952

NATURALIDADE  
BRASILIA DE MINAS - MG  
LOCAL MUNICÍPIO DE N. S. DO ZENHO E UF  
BRASILIA DE MINAS - MG  
SEXO  
masculino

FILIAÇÃO  
CARLOS DIAS PAGANES,  
NEUSA COSTA PAGANES.

AVÓS  
PEDRO PAGANES DIAS e MARIA PAGANES TEIXEIRA  
JULIO COSTA CASTRO e MARIA COSTA SOARES

GENÉO  
NÃO  
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO  
dezessete de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro  
NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO

AVISAÇÃO DE ANOTAÇÕES A ACRESCER  
NÃO HÁ

ANOTAÇÕES DE CADASTRO				
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXERCÍCIO	ORÇÃO EXPEDIENTE	DATA DE VALIDADE
RG	---	---	---	---
PIS/INS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	2º EXERCÍCIO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
CEP Residencial	---	---	Grupo Sanguíneo	---

Cartório de Registro Civil  
Oficial MARCIA APARECIDA QUEIROZ GONCALVES  
RUA ZEZE ROCHA, 268 CENTRO  
LUISLÂNDIA-MG, (38)9827-8717

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.  
LUISLÂNDIA-MG, 09 de março de 2018.

Assinatura do Oficial/Substituto

*[Assinatura]*

Diene Tatielle Ferreira de Azeite  
Oficial Substituto



RECIVIL AA 004137735 MG-P





Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula 0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31  
Padrão aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhh ii

DETALHAMENTO

aaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia  
(identificação única do cartório)  
bb (01) Código do Acervo, sendo:  
01 - Acervo Próprio  
Outros - Acervos Incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:  
55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano do Registro

e (1) Tipo do livro, sendo:

- |   |  |
|---|--|
| 1: Livro A (nascimento)   | 4: Livro C (óbito)                                   |
| 2: Livro B (casamento)  | 5: Livro C Auxiliar (registro de nascimentos)        |
| 3: Livro B Auxiliar (registro de casamento registrado para Civil) | 6: Livro D (registro de Proclamação)                 |
|   | 7: Livro E (demais atos relativos ao Registro Civil) |

fff (0003) Número do livro

ggg (050) Número da folha

hhhhhh (0000533) Número do Termo

ii (31) Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais

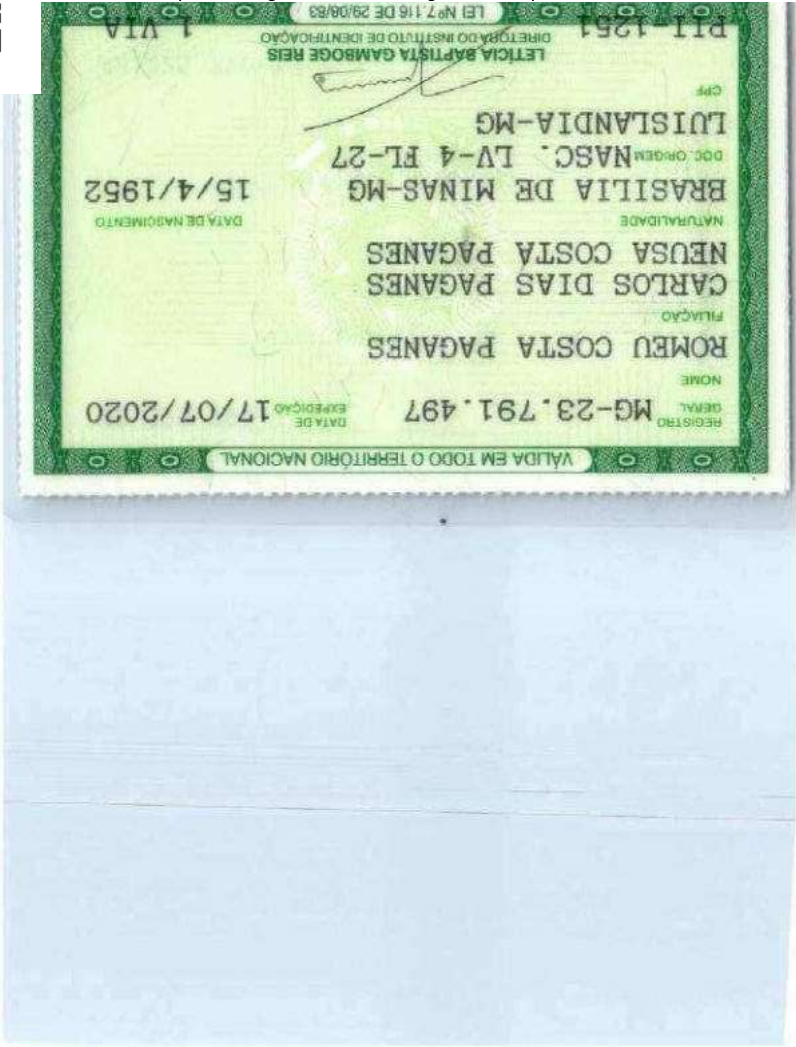


Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403204860000003957997>  
Número do documento: 2105311403204860000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
AV. PRESIDENTE VARGAS, 356  
JOÃO NEIVA - ES - TEL: (27) 3258 - 1165  
CNPJ: 31.776.248/0001-72  
E-mail: saae@saee.es.gov.br

SERVIÇO DE  
ATENDIMENTO  
AO CLIENTE  
(27) 3258-14165

SAEE  
FATURA MENSAL DE SERVIÇOS DE ÁGUA E/OU ESGOTO  
MÊS/ANO 04/2020  
Nº GÍDIA 2004707  
CATEGORIA/QUALIDADE 1  
LITROS 29680000 JOAO NEIVA-ES 29680-  
ITA -S-332

0 LITRAGEM 000707-0 ID ELETRÔNICO 000 VALOR 18.95

DESCRIÇÃO

tarifa de Água 18.95  
tarifa de Esgoto 9.47



DEBITO EM DEBITO: FEV/20, MAR/20, ABR/20, MAI/20, JUN/20, JUL/20, AGO/20, SET/20, OUT/20, NOV/20, DEZ/20  
ISSO O DEBITO TENHA SIDO QUITADO, DESCONSIDERE ESTE RENVISO.

10/03/2020 13/04/2020 11/05/2020 VALOR A PAGAR R\$ 28.42

DEBITO ANTERIOR 6843 LITROS ATUAL 6843 CONSUMO REAL 0 CONSUMO MENSAL 0 VALOR A PAGAR 0

DEBITO ANTERIOR 771898 LITROS ATUAL 771898 CONSUMO REAL 0 CONSUMO MENSAL 0 VALOR A PAGAR 0

DEBITO ANTERIOR 771898 LITROS ATUAL 771898 CONSUMO REAL 0 CONSUMO MENSAL 0 VALOR A PAGAR 0

DEBITO ANTERIOR 771898 LITROS ATUAL 771898 CONSUMO REAL 0 CONSUMO MENSAL 0 VALOR A PAGAR 0

DEBITO ANTERIOR 771898 LITROS ATUAL 771898 CONSUMO REAL 0 CONSUMO MENSAL 0 VALOR A PAGAR 0

DEBITO ANTERIOR 771898 LITROS ATUAL 771898 CONSUMO REAL 0 CONSUMO MENSAL 0 VALOR A PAGAR 0

Cópia autenticada administrativamente



**Evite Desperdício, Água é Vida!!!**

**Disk SAAE**

**(27) 3258-1165 - Plantão (27) 3258-3469**

			<b>Evite Vazamento mantendo suas instalações internas em perfeitas condições.</b>
Unicas Gotando 48 litros por dia.	Aberto apenas 2mm 4.500 litros por dia.	Aberto apenas 9mm 25.000 litros por dia.	

**TARIFAS MÍNIMAS POR CATEGORIAS**

RESIDENCIAL	10 m³
COMERCIAL	15 m³
PÚBLICA	15 m³
OBRAS	20 m³
INDUSTRIAL	40 m³

**FORMAÇÕES:**

Formações complementares sobre a qualidade da água estão disponíveis na sede do SAAE, em caso de problema com qualidade de água, acesse imediatamente o SAAE, sistema de atendimento de água de João Neiva é suportado pelo Rio Piraguayçu, Acieli - Rio u Gigante, Barra do Triunfo - Rio Fran Gigante, Demétrio Ribeiro - Corrego do Santo Antônio, valinhos - Rio Cavalinhos.

a conta emitida caberá recursos pelo interessado, desde que apresentado ao SAAE até a da de vencimento.

ão caberá recursos ou reclamações por aumento de consumo decorrentes de desperdício ou zamento nas instalações internas dos imóveis.

Falta de pagamento das contas de água esgota até o vencimento, implicará na cobrança de ita de mora em conta futura.

pagamento desta conta não cancela débito anterior,

recibo do pagamento só tem valor quando autenticado por agência bancária ou posto de abastecimento autorizado.

qualquer mudança, violação ou alteração no hidrômetro, cavalete ou ligação de água ou na tpo de esgoto, sem a autorização do SAAE implicará em multa além de indenização e danos causados.

ntes de efetuar o pagamento, verifique se a conta pertence ao imóvel.

**NAO PAGAMENTO DA FATURA EM 30 (TRINTA) DIAS APÓS O RECEBIMENTO DO MUNICÍPIO DE DEBITO IMPLICARÁ NA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA.**

PARAPRESENTAR O DEBITO NO SAAE, LEVANTAR O NOVO VALOR PRECISAL, LEVANTAR O PRECISAL DO LOCAL, LEVANTAR O PRECISAL DO VALOR DO SAAE - AN. PRECISAL, VINCULAR, 388 - CENTRO - TEL: (27) 3258-3469

**QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA - PARÂMETROS ANALISADOS**

CONFORME PORTARIA 518 DE 26/03/2004 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Parâmetros Valor Máximo permitido.

Turbidez: ocorre devido as partículas em suspensão deixando a água com aparência turva (escura).

Cor: **Apresentar: A cor é devido à presença de substâncias dissolvidas na água.**

Cloro Residual: É um produto utilizado para eliminar bactérias que fazem mal a saúde.

Floror: O floror é um elemento químico adicionado à água durante o tratamento, com o objetivo de proteger os dentes das cáries.

pH: é usado para medir o quanto a água está ácida ou alcalina (básica).

Coliformes Totais: indicam a possibilidade de contaminação da água por bactérias.

**PARA RECLAMAÇÕES ANOTE A LEITURA DE SEU HIDRÔMETRO (SOMENTE DÍGITOS PRETOS)**

**QUALQUER RECLAMAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS**

Cópia autenticada digitalmente por: 



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20

https://www.cnj.jus.br:443/jp/cnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997





### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça e outro

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também teria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Acontece que, observando-se a necessidade de acessar os documentos falsos para fins de averiguação de possível envolvimento do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), por meio de despacho de pp. 08/09, que acolheu o parecer de

M



### Extrajudicial Administrativo

pp. 06/07, foi determinada a expedição de ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando-lhe o envio dos documentos a que se refere o Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000.

6. Em resposta, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou as decisões proferidas no Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, acostadas às pp. 20/24 e 25/30 dos presentes autos, bem como os documentos de pp. 31/55.

7. Dos referidos documentos, extrai-se que, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, apesar de não constar o nome da Serventia no campo "detalhamento da matrícula", consta a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

8. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas.

9. Após o encaminhamento da resposta pela Interina Responsável, **OPINO** pelo envio de ofício-resposta ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito das providências tomadas.

### 10.É o parecer.

**11.À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.**

Maceió, 16 de julho de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

---

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### DECISÃO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000, relatando ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

2. Ademais, salientou que estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganess", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

3. Por fim, narrou que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

4. Na sequência, às fls. 08/09, preferi despacho acolhendo o parecer da Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE de fls. 06/07, determinando o encaminhamento de Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que, se fosse possível, enviasse a este Órgão estadual os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL".

5. Destarte, às fls. 20/30, a Corregedoria Nacional de Justiça encaminhou cópia das

decisões proferidas nos autos do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, bem como os documentos de fls. 31/55.

6. Por fim, em parecer de fls. 56/57, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo "encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas". Ademais, sugeriu que seja enviado ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

#### **7. É o relatório, no essencial. Fundamento e decidido.**

8. *In casu*, consoante relatado, a Corregedoria Nacional de Justiça noticia a existência de possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de auxílio emergencial, indicando, ainda, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, que o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) teria possível participação na fraude.

9. Destarte, depreende-se da documentação de fls. 20/55 que, apesar de não constar o nome da serventia no campo "detalhamento da matrícula", há a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51.

10. Diante desse cenário, cabe a este Órgão Censor o dever de investigar a respeito da integridade da documentação de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51 e o suposto envolvimento da Tabela Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL nos fatos noticiados.

11. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 26/28, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **NOTIFIQUE-SE** a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e

(2) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por



Gabinete do Corregedor

---

esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente *decisum*.

12. Após, **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins.

13. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.

Maceió, 21 de julho de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 21/07/2021 14:11  
Página: 1

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0145/2021, encaminhada para publicação.

Requerente  
Conselho Nacional de Justiça

Forma  
D.J

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOLHO o parecer de fls. 26/28, DETERMINANDO a adoção das seguintes providências: (1) NOTIFIQUE-SE a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e (2) EXPEÇA-SE ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decisor. Após, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se. Maceió, 21 de julho de 2021. Des. Fábio José Bittencourt Araújo Corregedor-Geral da Justiça"

Maceió, 21 de julho de 2021.

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 22/07/2021 10:34  
Página: 1

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0145/2021, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 22/07/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 26/07/2021, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOLHO o parecer de fls. 26/28, DETERMINANDO a adoção das seguintes providências: (1) NOTIFIQUE-SE a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e (2) EXPEÇA-SE ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decism. Após, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se. Maceió, 21 de julho de 2021. Des. Fábio José Bitencourt Araújo Corregedor-Geral da Justiça"

Maceió, 22 de julho de 2021.





*Poder Judiciário*

**Malote Digital**

Impresso em: 23/07/2021 às 09:55

**RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO**

**Código de rastreabilidade:** 8022021831545

**Documento:** Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

**Remetente:** Serventia ExtraJudicial ( Rosimere de Melo Alves )

**Destinatário:** 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil - Água Branca - 1883 ( TJAL )

**Data de Envio:** 23/07/2021 09:51:52

**Assunto:** De ordem do Exmo. Juiz Auxiliar da CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, envio Decisão e docs. dos autos do Proc nº 0000120-55.2021.8.02.0073, para ciência e adoção das providências cabíveis. Na resposta, reportar o nº do proc acima





**Divisão de Processos Disciplinares**

Rua do Livramento, 384, Centro - CEP 57000-000, Maceió-AL  
Telefone: (82) 4009 3824 e E-mail: dpdcgj@tjal.jus.br

**Ofício nº 813/2021/GCCJ****Maceió – AL, 23 de julho de 2021.**

A Sua Excelência a Senhora  
**MINISTRA MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**  
**Corregedora Nacional de Justiça**  
Brasília/DF

**Assunto: Informações – Processo Administrativo SAJ n.º 0000120-55.2021.8.02.0073.**

*Ref.: Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.00.0000*

Senhora Ministra Corregedora,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia do *decisum* proferido nos autos do **Processo Administrativo SAJ n.º 0000120-55.2021.8.02.0073**, instaurado nesta Corregedoria Geral da Justiça em razão dos fatos narrados no **Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.00.0000**, relatando a "existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, in *casu*, Auxílio Emergencial", a fim de atualizar esse Órgão censor a respeito das providências adotadas por este Órgão Estadual.

Sem outro assunto para o momento, subscrevo-me.

Respeitosamente,

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*



# Conselho Nacional de Justiça

## Comprovante de juntada de documento

### Processo

Número do processo:	0010072-75.2020.2.00.0000
Órgão julgador:	Corregedoria
Jurisdicção:	CNJ
Classe:	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
Assunto principal:	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) (10028) / Concessão / Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartório
Valor da causa:	0,00
Medida de urgência:	Não

### Partes

REQUERENTE	REQUERIDO
- RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)	- CORREGEDORIA NA JUSTIÇA (REQUERIDO)

### Outros interessados

Não existem outros interessados vinculados.

### Assuntos

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) / Serviços (10028) Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartórios (10083)

### Documentos Protocolados

Documento	Tipo	Tamanho (KB)
Informações Of. 813 CNJ	Informações	3,55
Decisão Corregedor	Informações	122,26
	Informações	145,43

**Documento(s) juntado(s) por: ROSEANA CELISTRE MACHADO em 23/07/2021 13:37**



23/07/2021

Número: 0010072-75.2020.2.00.0000

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **03/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Tabelionatos, Registros, Cartórios**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4427998	23/07/2021 13:37	<a href="#">Informações</a>	Informações

Senhora Ministra Corregedora.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, de ordem do Desembargador Fábio José Bitencourt Araújo, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, encaminho, anexo, Ofício nº 813/2021/GCGJ relativo ao Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000.

Respeitosamente,

Roseana Celistre Machado

Chefe de Gabinete

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 50A0DBA.

Assinado eletronicamente por: ROSEANA CELISTRE MACHADO - 23/07/2021 13:37:47  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072313374677600000004007965>  
Número do documento : 21072313374677600000004007965



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 50EFCB6.

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021838020

Nome original: Resposta Autos 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

Data: 02/08/2021 22:10:28

Fimetele:

Janilza Soares de Melo Lima

2º Tabelionato de Notas e Registro Civil - Água Branca - 1883

TJAL

Foridade: Normal.

Ativo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Resposta nos autos 0000120-55.2021.8.0073





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE ALAGOAS  
ÁGUA BRANCA – ALAGOAS  
SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
Rua Barão de Água Branca, 42, Centro – Água Branca – CEP: 57490-000  
(82) 99644-4752 E-mail: cartoriocivilab@gmail.com

Água Branca, 29 de julho de 2021.

Ofício RCPN N.º 66/2021

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE ALAGOAS**

**Processo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**

**JANILZA SOARES DE MELO LIMA**, devidamente qualificada nos autos do processo disciplinar em epígrafe, por seu advogado, abaixo assinado, constituído nos termos da procuração já anexada, com escritório situado no rodapé da presente, local indicado para receber as intimações e notificações que se fizerem necessárias, vem perante Vossa Excelência apresentar **MANIFESTAÇÃO**, o que faz pelos motivos de fato e de direito que passa a aduzir adiante:

Houve o recebimento de notificação expedida por esta ínclita Corregedoria Geral de Justiça, no sentido de esclarecer a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas, tendo em vista que no verso do papel de segurança das certidões de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, consta o CNS do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

Constam nos versos das mencionadas certidões, supostamente o CNS do cartório requerente, vejamos:

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA	
Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaaabbcc ddd _ e ffff ggg hhhhhh ii
DETALHAMENTO	
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados

**Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil**



Percebe-se ainda, em que pese não ter *expertise* para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Agua Branca.

Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso nas respectivas certidões são emitidos pela gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA937751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a AA951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2018); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA978051 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA442751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA 475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (19/12/2019); AA549301 a AA549500 (27/01/2020); AA567951 a AA568150 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa.

Desta feita, estas são as informações relevantes que se tinha a passar e a relatar sobre as mencionadas certidões, reafirmando que foi colocado indevidamente o CNS do cartório no verso das certidões, estando o cartório à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Água Branca/AL, 29 de julho de 2021.

  
**JANILZA SOARES DE MELO LIMA**

Oficiala Cartório de Registro Civil





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



ARPENALAGOAS

AA 908937



# DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaabbbcc dddde ffff ggg hhhhhhh ii
DETALHAMENTO	
aaaaa (00188-3)	Código Nacional de Serenata (identificação única de cartório)
bb (01)	Código de Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Quilos - Acervos Incorporados

cc (55)	Tipo do Serviço Prestado, sendo: 55 - Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais
dd (1987)	Ano do Registro
e (1)	Tipos do livro, sendo: 1 - Livro A (Reservado) 2 - Livro B (Casamento) 3 - Livro C (Ata de Registro de Nascimento) 4 - Livro D (Ata de Registro de Óbito) 5 - Livro E (Ata de Registro de Casamento)

fff (0065)	Número do livro
ggg (599)	Número da folha
hhhhh (0000533)	Número do Termo
ii (21)	Digito Verificador





## RELACÃO SELOS MENSAS PERÍODO: 01/01/2018 A 31/12/2020

75929	AB816006 a AB816015 /	11/03/2019	10	208,70
76866	AB822611 a AB822615 /	03/05/2019	5	127,94
77268	AB825106 a AB825110 /	24/05/2019	5	127,94
77699	AB827751 a AB827755 /	18/06/2019	5	127,94
78117	AB830271 a AB830275 /	12/07/2019	5	127,94
78927	AB833781 a AB833785 /	29/08/2019	5	127,94
79204	AB833211 a AB833215 /	20/09/2019	5	127,94
TOTAIS SELOS:			135	2.959,16
SELO: 4 NOTARIAL				
69412	AC296106 a AC296110 /	12/03/2018	5	113,06
71192	AC330671 a AC330675 /	14/06/2018	5	113,06
72629	AC359746 a AC359750 /	05/09/2018	5	113,06
75749	AC416446 a AC416450 /	22/02/2019	5	113,06
TOTAIS SELOS:			20	452,24
SELO: 5 CERTIDAO E AVERBAÇÃO				
68257	AD400471 a AD400520 /	05/01/2018	50	278,00
68399	AD409786 a AD409835 /	12/01/2018	50	278,00
68680	AD425626 a AD425725 /	26/01/2018	100	556,00
68757	AD431321 a AD431370 /	31/01/2018	50	278,00
69009	AD443886 a AD443965 /	19/02/2018	80	444,80
69256	AD459316 a AD459375 /	02/03/2018	60	333,60
69412	AD468336 a AD468395 /	12/03/2018	60	333,60
69650	AD481761 a AD481810 /	22/03/2018	50	278,00
69885	AD494141 a AD494200 /	05/04/2018	60	333,60
70065	AD505746 a AD505795 /	17/04/2018	50	278,00
70403	AD521696 a AD521755 /	02/05/2018	70	369,20
70862	AD547191 a AD547260 /	25/05/2018	70	369,20
71192	AD566266 a AD566315 /	14/06/2018	50	278,00
71451	AD578486 a AD578555 /	03/07/2018	70	369,20
71793	AD598151 a AD598220 /	20/07/2018	70	369,20
71912	AD607336 a AD607385 /	27/07/2018	50	278,00
72179	AD623496 a AD623565 /	13/08/2018	70	369,20
72629	AD652706 a AD652775 /	05/09/2018	70	369,20
72859	AD664331 a AD664410 /	18/09/2018	80	444,80
73228	AD686021 a AD686090 /	05/10/2018	70	369,20
73726	AD715731 a AD715810 /	05/11/2018	80	444,80
73986	AD730616 a AD730685 /	19/11/2018	70	369,20
74226	AD741831 a AD741880 /	29/11/2018	50	278,00
74661	AD770631 a AD770690 /	26/12/2018	60	333,60
74862	AD781501 a AD781550 /	09/01/2019	50	278,00
75267	AD804686 a AD804755 /	30/01/2019	70	369,20
75633	AD825806 a AD825965 /	18/02/2019	60	333,60
75749	AD830691 a AD830740 /	22/02/2019	50	278,00
75929	AD844161 a AD844200 /	11/03/2019	40	222,40
76460	AD877121 a AD877190 /	05/04/2019	70	477,40
76856	AD900736 a AD900805 /	03/05/2019	70	477,40
77268	AD919806 a AD919885 /	24/05/2019	80	545,60
77699	AD941621 a AD941690 /	18/06/2019	70	477,40
78117	AD964676 a AD964755 /	12/07/2019	80	545,60
78509	AD981936 a AD982005 /	05/08/2019	70	477,40
78927	AD993516 a AD993585 /	29/08/2019	70	477,40
79204	AE000346 a AE000415 /	20/09/2019	70	477,40
79351	AE005676 a AE005735 /	04/10/2019	60	409,20
79431	AE007511 a AE007550 /	14/10/2019	40	272,80
79584	AE009211 a AE009240 /	04/11/2019	30	204,60
TOTAIS SELOS:			2.520	14.905,80
SELO: 18 PAPEL DE CERTIDÃO				
78929	AAA422001 a AAA422200 /	30/08/2019	200	0,00
79204	AAA42751 a AAA42860 /	20/09/2019	100	0,00
79351	AAA452501 a AAA452650 /	04/10/2019	150	0,00
79584	AAA474951 a AAA475150 /	04/11/2019	200	0,00
80042	AAA518201 a AAA518400 /	19/12/2019	200	0,00

RELACÃO SELOS MENSAIS PERÍODO: 01/01/2018 A 31/12/2020

80272	AA549301 a AA549500 /	27/01/2020	200	0,00
80344	AA567951 a AA568150 /	17/02/2020	200	0,00
TOTALS SELOS:			1.250	0,00
SELO: 19 PAPEL DE NOTAS				
79204	AA017751 a AA017800 /	20/09/2019	50	0,00
TOTALS SELOS:			50	0,00
SELO: 20 FOLHA DE CERTIDÃO				
68399	AA937751 a AA937850 /	12/01/2018	100	0,00
68680	AA951151 a AA951250 /	26/01/2018	100	0,00
68757	AA955501 a AA955600 /	31/01/2018	100	0,00
69009	AA966751 a AA966850 /	19/02/2018	100	0,00
69258	AA978051 a AA978150 /	02/03/2018	100	0,00
69412	AA987151 a AA987250 /	12/03/2018	100	0,00
TOTALS SELOS:			600	0,00
TOTALS CARTÓRIO:				
			6.985	19.884,54
TOTALS GERAIS:				
			6.985	19.884,54

		<b>GUIA DE REQUISICÃO DE PAPEL DE SEGURANÇA</b>				<b>DATA</b> 15/04/2020	
<b>CÓD.</b>	SERVENTIA					<b>Nº DA GUIA</b>	
<b>101</b>	<b>REGISTRO CIVIL DE ÁGUA BRANCA</b>					<b>20</b>	
RECEBI A QUANTIDADE DE PAPEL DE SEGURANÇA CONFORME ABAIXO							
<b>PAPEL</b>	<b>QUANTIDADE DE</b>	<b>NUMERAÇÃO</b>			<b>VALOR</b>		
		<b>INICIAL</b>		<b>FINAL</b>			
CERTIDÃO	100	AA	594201	AA	594300		R\$ 16,00
NOTAS	0	AA	0	AA	0		R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>						<b>R\$ 16,00</b>



arpens

ASSINATURA DA ARPEN





### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça e outro

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também seria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Acontece que, observando-se a necessidade de acessar os documentos falsos para fins de averiguação de possível envolvimento do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), por meio de despacho de pp. 08/09, que acolheu o parecer de

M





### Extrajudicial Administrativo

pp. 06/07, foi determinada a expedição de ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando-lhe o envio dos documentos a que se refere o Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000.

6. Em resposta, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou as decisões proferidas no Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, acostadas às pp. 20/24 e 25/30 dos presentes autos, bem como os documentos de pp. 31/55.

7. Dos referidos documentos, extraiu-se que, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, apesar de não constar o nome da Serventia no campo "detalhamento da matrícula", consta a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

8. Assim, por meio de decisão de pp. 58/60, que acolheu o parecer de pp. 56/57, o eminente Corregedor-Geral da Justiça, Des. Fábio José Bittencourt Araújo, determinou a adoção das seguintes providências:

11. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 26/28, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **NOTIFIQUE-SE** a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobredividas certidões falsas; e

(2) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decisor.

9. Em resposta de pp. 70/71, a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, apresentou os seguintes esclarecimentos:

Percebe-se ainda, em que pese não ter *expertise* para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca.

Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso das respectivas certidões são emitidos pela



### Extrajudicial Administrativo

gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA967751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a 951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2019); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA9780551 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA42751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa.

10. Junto à manifestação, a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, apresentou documentos comprobatórios de suas alegações às pp. 72/76.

### 11. É o relatório.

12. Pois bem. Diante dos esclarecimentos obtidos junto à Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, fez-se possível verificar que nenhum dos papéis de segurança por ela adquiridos possui a numeração correspondente àquelas usadas nas falsificações, quais sejam TR 001708846-E (p. 34), AA 001710023 – BRP (p. 42) e AA 00413771 MGP (p. 44), não havendo razão para se concluir por eventual extravio.

13. É válido registrar que, visando obter maiores informações sobre a forma como é feita a aquisição dos papéis de segurança, este Juiz Parecerista localizou o sítio eletrônico <https://www.papeldeseguranca.com.br/produto/4>, em que se constatou que a foto do produto



### Extrajudicial Administrativo

comercializado conta com a numeração de identificação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), evidenciando a possibilidade de que os falsificadores tenham utilizado as imagens obtidas da *internet* para perpetrar o crime.

14. Nesse contexto, por ora, não se vislumbra a participação da Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, para os falsos cometidos, contudo, entende-se necessária a comunicação das Autoridades competentes acerca do ocorrido, para que sejam adotadas as providências necessárias.

15. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de expediente ao Ministério Público do Estado de Alagoas, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que, em sendo o caso, adote as providências que entender necessárias, e solicitando-lhe que, após a conclusão a respeito das medidas a serem adotadas, seja comunicada esta CGJ/AL.

**16.OPINO**, outrossim, pelo envio de ofício ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito da resposta ofertada pela Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, bem como, acerca das providências tomadas.

### 17.É o parecer.

**18.À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.**

Maceió, 03 de agosto de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

---

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

**DECISÃO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000, relatando ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

2. Ademais, salientou que estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganess", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

3. Por fim, narrou que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

4. Na sequência, às fls. 08/09, preferi despacho acolhendo o parecer da Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE de fls. 06/07, determinando o encaminhamento de Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que, se fosse possível, enviasse a este Órgão estadual os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL".

5. Destarte, às fls. 20/30, a Corregedoria Nacional de Justiça encaminhou cópia das decisões proferidas nos autos do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000,



bem como os documentos de fls. 31/55.

6. Em parecer de fls. 56/57, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo "encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas". Ademais, sugeriu que seja enviado ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

7. Após, proferi decisão às fls. 58/60, determinando a notificação da Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Srª. Janilza Soares de Melo Lima, a fim de que esclarecesse a respeito do uso dos papéis de segurança em questão, na confecção das sobreditas certidões falsas, e a expedição de ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

8. Em resposta às fls. 70/71, a Srª. Janilza Soares de Melo Lima, Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), prestou as seguintes informações, *in verbis*:

"[...] Percebe-se ainda, em que pese não ter expertise para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca. Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso das respectivas certidões são emitidos pela gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA967751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a 951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2019); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA9780551 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA442751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do

ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa [...]” (sic, fl. 71).

9. Ao final, a Sr<sup>a</sup>. Janilza Soares de Melo Lima colacionou os documentos de fls. 72/76.

10. Por fim, às fls. 77/80, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo encaminhamento de expediente ao Ministério Público do Estado de Alagoas, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que, em sendo o caso, adote as providências que entender necessárias, solicitando-lhe que, após a conclusão das medidas porventura adotadas, esta CGJ/AL seja comunicada. Sugeriu, outrossim, o “envio de ofício ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito da resposta ofertada pela Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, bem como acerca das providências tomadas”.

#### **11. É o relatório, no essencial. Fundamento e decido.**

12. De pronto, impende registrar a competência desta Corregedoria-Geral da Justiça, tal como órgão orientador, fiscalizador e disciplinador da atividade cartorária, nos termos do art. 63 do Provimento CGJ/AL n.º 16/2019 (Consolidação Normativa Notarial e Registral), *in verbis*:

Art. 63 – A fiscalização das serventias notariais e registrais será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária<sup>1</sup>, que delegará poderes 35 aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei Federal nº 8.935/2017.

Parágrafo único – A escolha poderá recair sobre o Juiz Diretor ou Superintendente do Foro da Comarca a que pertence o Serviço Notarial ou de Registro, sem prejuízo da atribuição do Corregedor-Geral da Justiça de delegar sua competência administrativa a qualquer outro juiz em exercício no Estado de Alagoas, nos termos da legislação acima referida. (Grifos aditados).

13. Pois bem. *In casu*, consoante relatado, a Corregedoria Nacional de Justiça noticiou a existência de possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de auxílio emergencial, indicando, ainda, de acordo com a

<sup>1</sup> Art. 41. Compete ao Corregedor-Geral da Justiça dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina das atividades jurisdicionais e auxiliares da justiça, com jurisdição abrangente de todo o território estadual.

## Gabinete do Corregedor

documentação fornecida pela Receita Federal, que o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) teria possível participação na fraude.

14. Diante desse cenário, este Órgão Censor adotou as medidas cabíveis, no sentido de esclarecer se as certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51 são, de fato, falsificadas, bem como de verificar o envolvimento da Tabeliã Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL nos fatos noticiados.

15. Com efeito, depreende-se da manifestação apresentada pela Sr<sup>a</sup>. Janilza Soares de Melo Lima, Tabeliã Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), que nenhum dos papéis de segurança por ela adquiridos possui a numeração correspondente àquelas usadas nas falsificações, quais sejam, TR 001708846-E (fl. 34), AA 001710023 – BRP (fl. 42) e AA 00413771 MGP (fl. 44), não havendo razão para se concluir por eventual extravio.

16. Por outro lado, o Magistrado parecerista, visando obter maiores informações sobre a forma como é feita a aquisição dos papéis de segurança, "localizou o sítio eletrônico <https://www.papeldeseguranca.com.br/produto/4>, em que se constatou que a foto do produto comercializado conta com a numeração de identificação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), evidenciando a possibilidade de que os falsificadores tenham utilizado as imagens obtidas da internet para perpetrar o crime" (*sic*, fls. 79/80).

17. Nesse sentido, por ora, não vislumbro a participação da atual Tabeliã Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) nos fatos narrados. Não obstante, entendo que as evidências apontadas nestes autos são suficientes para se constatar a falsidade da documentação de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, sendo pertinente a sugestão do Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL no sentido de que o Ministério Público do Estado de Alagoas seja instado, haja vista os fatos narrados nestes autos indicarem a configuração, em tese, de crime contra a fé pública, na modalidade "falsificação de

documento público", contida no art. 297 do Código Penal<sup>2</sup>.

18. Outrossim, considerando que a notícia trazida aos presentes autos indica que possível associação criminosa vem utilizando as certidões de nascimento possivelmente falsificadas, para fins de percepção indevida de benefício federal (Auxílio Emergencial), entendendo que o Ministério Público Federal também deverá ser oficiado para, querendo, no âmbito de suas atribuições, apurar os fatos narrados no presente feito.

19. Além disso, tratando-se de certidões que podem vir a ser usadas para os mais diversos fins, prudente o envio de ofício circular aos Cartórios e Juízes Corregedores Permanentes do Estado de Alagoas, assim como às Corregedorias-Gerais de Justiça do Distrito Federal e de todos os Estados da Federação, também para noticiar a respeito de fortes evidências de fraude nos documentos de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51.

20. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 77/80, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **EXPEÇA-SE** ofício ao Ministério Público Federal e à Procuradoria-Geral de Justiça, com cópia dos presentes autos, a fim de apurar, no âmbito de suas atribuições, os fatos ora narrados, os quais conduzem à existência de fraude nas certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, e possível ocorrência do delito previsto no art. 297 do Código Penal (Falsificação de Documento Público). Outrossim, deverão ambos os Órgãos, em nome do princípio da cooperação, constante no art. 6º do CPC/2015<sup>3</sup>, **no prazo de 30 (trinta) dias, informar** a esta Corregedoria-Geral da Justiça se

<sup>2</sup> **Falsificação de documento público.** Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa. § 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte. § 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular. § 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir: I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório; II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita; III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado. § 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

<sup>3</sup> Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.





### Gabinete do Corregedor

alguma medida foi adotada com o fito de apurar a fraude em evidência, notadamente se as providências porventura tomadas indicam a participação de alguma serventia extrajudicial do Estado de Alagoas, ou então de pessoa sujeita à fiscalização deste Órgão Censor;

(2) **EXPEÇA-SE**, anexando cópia dos presentes autos, **ofício circular** direcionado aos Cartórios Extrajudiciais do Estado de Alagoas e a **todos** os Juízes Corregedores Permanentes vinculados ao TJ/AL, bem como **ofício a todas as Corregedorias-Gerais dos Estados da Federação e, também, do Distrito Federal**, dando-lhes ciência da existência de fortes indicativos de fraude nas certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51;

(3) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente *decisum*; e por fim

(4) **EXPEÇA-SE** ofício à Receita Federal do Brasil, com cópia dos presentes autos, dando-lhe ciência das medidas até então adotadas por esta CGJ/AL, com relação às certidões de de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, as quais estariam sendo utilizadas pra fins de emissão de CPFs, com provável objetivo de recebimento de benefício federal.

21. Após, cumpridas todas as determinações, bem como decorrido o prazo assinalado no item "(1)", **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins.

22. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.

23. Utilize-se cópia da presente decisão como Ofício.

Maceió, 06 de agosto de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021846811

Nome original: Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

Data: 16/08/2021 19:54:19

Remetente:

Rosimere de Melo Alves

Serventia ExtraJudicial

Tribunal de Justiça de Alagoas

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Des. Corregedor-Geral da Justiça, Drº Fábio José Bittencourt,  
envio cópia dos Autos do processo nº 0000120-55.2021.8.02.0073 para ciência.



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
CHEFIA DE GABINETE  
Rua do Livramento, nº 384, Centro, Maceió/AL  
CEP: 57020-030 - Fone: (82) 4009-3784/3785

**Ofício nº. 313-284/2021.**

Em 01 de Fevereiro de 2021.

Protocolo

Assunto: Autuação.

Autue-se e registre-se no SAJ, no extrajudicial administrativo.

Insira-se o prazo do CNJ para 12/02/2021.

Após, encaminhe-se à AEJ.


Atenciosamente,

**ROSEANA CELISTRE MACHADO**  
**CHEFE DE GABINETE DA CORREGEDORIA**

Lista de Anexos:

[20210201165523\\_scan-2021-02-01-16-50-34-115.pdf](#)

DESPACHO    DESPACHAR    RESPONDER    IMPRIMIR    ARQUIVAR    VOLTAR

-                    

☒ Ofício

## CERTIDÃO

Autos: 0000120-55.2021.8.02.0073

Classe: Processo Administrativo

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:  
**ANEXAR DECISÃO COMPLETA.** .  
Maceió, 02 de fevereiro de 2021.

Jadilene dos Santos Lima Alves





### Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000

Requerente: RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### DESPACHO

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a RECEITA FEDERAL afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

No documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento;



### **Conselho Nacional de Justiça**

o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

É o relatório.

Diante do narrado pela RECEITA FEDERA DO BRASIL, é necessária a apuração de eventual violação dos deveres funcionais pelos delegatários ou interinos à frente das unidades extrajudiciais mencionadas.

Assim, com fundamento no artigo 18, combinado com o artigo 28, parágrafo único, ambos do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça, encaminhem-se os autos às Corregedorias-Gerais da Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para apuração dos fatos narrados no presente expediente. Solicitem-se informações, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca resultado das apurações.

Decorrido o prazo sem resposta, oficie-se cobrando informações quanto ao resultado das apurações.

Intimem-se.

Brasília, data registrada no sistema.

**Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07

## **CERTIDÃO**

**Autos: 0000120-55.2021.8.02.0073**

**Classe: Processo Administrativo**

**Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:  
Assinado por erro.  
Maceió, 09 de fevereiro de 2021.**

**Anderson Santos dos Passos**



### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Moraes e Romeu Costa Paganas na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também teria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Pois bem. Apesar do relato detalhado trazido pelo despacho de pp. 03/04, com a indicação da possível participação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS

M





### Extrajudicial Administrativo

00.188-3), tenho que a elucidação dos fatos dependerá da apreciação da documentação que deu causa à instauração do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, a fim de que se possa averiguar a conduta da aludida Serventia, bem como em que medida esta teria concorrido para a prática dos fatos narrados. Assim, entendo ser imprescindível o acesso à tal documentação para definir os caminhos da apuração dos fatos por esta Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas.

6. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de ofício ao CNJ, a fim de que sejam disponibilizados os documentos a que se refere o despacho de pp. 03/04, notadamente, os CPFs e certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Registro Civil de

Notas de Água Branca/AL.

### 7. É o parecer.

8. À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.

Maceió, 09 de fevereiro de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça



Gabinete do Corregedor

Autos n.º 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### **DESPACHO**

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corregedora-Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000.

2. Em suma, fls. 03/04, a Corregedoria-Nacional relata ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de Benefício Federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

3. Ainda de acordo com referido órgão, estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganés", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

4. Por fim, relata-se que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

5. Às fls. 06/07, o Juiz auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, ofertou Parecer, opinando no sentido de que seja enviado ofício ao CNJ, para que aquele órgão disponibilize os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, quais sejam, CPFs e certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Registro Civil de Notas da Comarca de Água Branca/AL.

6. Pois bem. A Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, no art. 22, traz a possibilidade de responsabilização, independentemente de culpa ou dolo, dos Oficiais de



Gabinete do Corregedor

Registro, em procedimento que será distinto daquele que visa apurar a responsabilidade criminal, *in verbis*:

Art. 28. Além dos casos expressamente consignados, os oficiais **são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos interessados no registro.**

Parágrafo único. A **responsabilidade civil independe da criminal** pelos delitos que cometerem.

(Gritos aditados).

7. *In casu*, o despacho de fls. 03/04 não veio acompanhado dos documentos nele mencionados, os quais estariam relacionados às supostas fraudes. E, a meu ver, é importante que a resolução da presente demanda perpassse pela análise da documentação atrelada às aparentes condutas fraudulentas e criminosas.

8. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a **DETERMINAR** que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". **Sobrevindo resposta** do Conselho Nacional de Justiça, **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação.

9. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se.

10. Após o cumprimento de todas diligências, retornem os autos conclusos.

Maceió, 10 de fevereiro de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 10/02/2021 20:51  
Página: 1

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0023/2021, encaminhada para publicação.

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a DETERMINAR que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". Sobrevindo resposta do Conselho Nacional de Justiça, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se. Após o cumprimento de todas diligências, retornem os autos conclusos."

Maceió, 10 de fevereiro de 2021.



## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0023/2021, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 11/02/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 18/02/2021, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

15/02/2021 - Carnaval - Prorrogação  
16/02/2021 - Carnaval - Prorrogação  
17/02/2021 - Carnaval - Prorrogação

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a DETERMINAR que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". Sobrevindo resposta do Conselho Nacional de Justiça, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se. Após o cumprimento de todas diligências, retomem os autos conclusos."

Maceió, 11 de fevereiro de 2021.

Ofício nº 105/2021/GCCJ

Maceió, 11 de fevereiro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora  
**MINISTRA MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**  
**Corregedora Nacional de Justiça**  
Brasília/DF

**Assunto: Informações – Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073.**  
**Ref.: Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000**

Senhora Ministra Corregedora,

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do **Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.02.0000**, notadamente os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Respeitosamente,

  
**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
**Corregedor-Geral da Justiça**

*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD793.*



Conselho Nacional de Justiça  
PJe - Processo Judicial Eletrônico

12/02/2021

Número: 0010072-75.2020.2.00.0000

Classe: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Órgão julgador colegiado: Plenário

Órgão julgador: Corregedoria

Última distribuição : 03/12/2020

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Tabelionatos, Registros, Cartórios

Segredo de justiça? SIM

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/Interceiro vinculado
RECETA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)		
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)		
Documentos		Tipo
Id.	Data da Assinatura	Documento
4256529	12/02/2021 11:50	Informações



Senhora Ministra Corregedora,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, de ordem do Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, encaminho, anexo, Ofício nº 105/2021/GCGJ relativo ao Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000.

Respeitosamente,

Roseana Celistre Machado

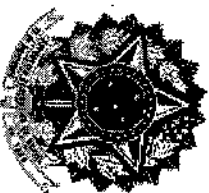
Chefe de Gabinete

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD793.

Assinado eletronicamente por: ROSEANA CELISTRE MACHADO - 12/02/2021 11:50:13  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnjl/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021211501383000000003849989>  
Número do documento: 21021211501383000000003849989



## Conselho Nacional de Justiça

### Comprovante de juntada de documento

#### Processo

Número do processo: 0010072-75.2020.2.00.0000

Órgão julgador: Corregedoria

Jurisdicção: CNJ

Classe: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Assunto principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) (10028) / Concessão / Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartório

Valor da causa: 0,00

Medida de urgência: Não

#### Partes

<b>REQUERENTE</b> - RECETA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)	<b>REQUERIDO</b> - CORREGEDORIA NA JUSTIÇA (REQUERIDO)
--	---

#### Outros interessados

Não existem outros interessados vinculados.

#### Assuntos

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) / Serviços (10028)  
 Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartórios (10083)

#### Documentos Protocolados

Documento	Tipo	Tamanho (t)
Informações	Informações	3,55
Ofício nº 105.2021.GCGJ.pdf	Informações	31,35
Decisão Corregedor.120.55.2021	Informações	138,71



---

Chefia de Gabinete

---

**Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**

**CERTIDÃO**

Certifico que encaminhei o ofício nº 105/2021/GCGJ, acompanhado da cópia da decisão e demais informações referentes ao **Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**, através do PJE no portal eletrônico do CNJ, no **Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000**, em 12/02/2021. O referido é verdade e dou fé.

Maceió, 18 de fevereiro de 2021.

  
**ROSEANA CELISTRE MACHADO**  
Chefe de Gabinete da Corregedoria



*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD7B9.*



### **Conselho Nacional de Justiça**

**Autos:** PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000  
**Requerente:** RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL  
**Requerido:** CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### **DESPACHO**

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a requerente afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

Na documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JÚZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; o caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e



### Conselho Nacional de Justiça

ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

Diante do contexto fático narrado, solicitaram-se informações às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para que prestassem informações acerca do constante na inicial.

Foram prestadas informações nos Ids 4256530, 4288749 e 4293183.

É o relatório.

Quanto às informações requeridas, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas formulou o seguinte pedido (Id 4256530):

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, **notadamente os CPFs e as certidões de nascimento** que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Por seu turno, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo noticiou o seguinte:

Com a premente finalidade de apurar os aventados fatos, esta Corregedoria Geral da Justiça notificou as mencionadas serventias para esclarecerem o ocorrido e se existem em seus assentos certidões, quaisquer que sejam, em nome dos investigados "Anderson Ricardo da Silva", "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", "Marinaldo Pereira Moraes" e "Romeu Costa Paganas". Feitas essas considerações iniciais, consigno que a delegatária Titular do



### **Conselho Nacional de Justiça**

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras, Sr<sup>ª</sup>. Paula Cecília da Luz Rodrigues, uma vez comunicada sobre a certidão de nascimento apresentada por Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, um dos investigados pela Receita Federal (ARF), circunscrição na cidade de Colatina, providenciou o registro do boletim de ocorrência (15.7.2020 - nº 202007150472) diante da evidente falsificação do referido instrumento público, apontando as seguintes inconsistências:

[...]

1 - Não foi localizado nenhum registro de nascimento de Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, nascido aos 26/01/1990;

2 - O livro descrito no documento não reflete o registro verdadeiramente lavrado;

3 - No campo onde consta as informações de Livro nº A00140 - Folha 079 - Termo nº 006058, não utilizamos para estas informações em nossas certidões aqui emitidas, mas sim para o número de CPF do registrado;

4 - O selo eletrônico 021733.ZTD1501.03009 não fora utilizado em 2<sup>a</sup> via de certidão para o nome Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, mas sim em uma segunda via de outra pessoa.

5 - O sinal público de Geovana Santos da Cruz não condiz com a assinatura da mesma, tão pouco com o cadastrado na Central Nacional do Registro Civil - CRC;

6 - O carimbo constante como "Cartório Amorim" não é mais utilizado por esta serventia, desde a assunção da Delegação pela Oficial Paula Cecília da Luz Rodrigues.

[...].

Dito isso, ambas unidades extrajudiciais notificadas aduziram que não constam em seus assentos públicos nenhum registro em nome dos investigados citados, decerto que houve apenas esta constatação de falsificação do Sr. Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, eis que os documentos objurgados na investigação do pedido de providências CNJ nº 0010072-75.2020.2.02.0000 não foram encaminhados para esta Corregedoria Geral da Justiça. Centrando ao caso em questão, deduz-se o provável cometimento de crime de falsificação por parte dos investigados, não havendo outras providências ao alcance da CGJES para persecução





### **Conselho Nacional de Justiça**

administrativa, mormente pelo fato do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras (CNS 02.173.3) ter comunicado o ocorrido à autoridade policial competente.

E, por fim, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais informou sobre a impossibilidade de eventual punição à responsável pela serventia investigada, uma vez que a oficiala teria sido destituída do cargo, em função da revogação de sua nomeação. Confira-se:

Cuida-se de expediente proveniente do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, por meio do qual a Exma. Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, determina que seja apurada suposta violação dos deveres funcionais pelo Oficial Responsável pelo Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial de Luislândia, na Comarca de Brasília de Minas/MG, em face do alerta enviado pela Receita Federal do Brasil sobre possível ação de quadrilha, composta por Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes, os quais estão fazendo uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, com o objetivo de emissão de CPF e supostamente recebimento de auxílio emergencial. A Juíza Auxiliar da Corregedoria Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, Dra. Roberta Rocha Fonseca, após detida análise dos autos, sobretudo, dos esclarecimentos prestados pelo Oficial Interino do mencionado Ofício ressaltou que "no caso em análise, ainda que surjam eventuais indícios de conduta inadequada da antiga responsável Márcia Aparecida Queiroz Gonçalves, não há possibilidade de responsabilizá-la administrativamente por atos praticados durante seu exercício, tendo em vista que foi destituída de sua função, em razão da revogação de sua nomeação, quando foi efetivada a anexação provisória da serventia ao Ofício de Registro Civil de Brasília de Minas/MG". Ao final, sugeriu o seguinte: "Posto isso, opino que, caso a presente manifestação seja aprovada, seja encaminhado ofício à e. Corregedoria Nacional de Justiça, informando acerca dos fatos informados pela Diretora do Foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, MMª Juíza de Direito Solange Procópio Xavier, notadamente quanto à possibilidade de



### **Conselho Nacional de Justiça**

irregularidade do registro nº 109, f. 28 do Livro nº 4, referente ao Pedro da Gama Silva, figurando como declarante Angelo da Cruz Toledo, o qual não é pai ou avô de nenhum dos registrados, sendo possível que também não seja autêntico.

SUGERE-SE, ainda, que seja enviada cópia da presente manifestação, caso aprovada, em atendimento à determinação proferida no Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000." Ante o exposto, acolho a manifestação da Juíza Auxiliar Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, contida no evento 5168400, pelos seus próprios fundamentos. Proceda-se conforme sugerido.

Diante das informações colacionadas aos autos, determino que se oficie ao Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, solicitando o encaminhamento a esta Corregedoria Nacional de Justiça de cópia dos documentos solicitados pelo Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, bem como para que tome ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Na oportunidade, encaminhe-se ao Órgão da Receita Federal supracitado cópia integral destes autos.

Sobreste-se o presente pedido de providências por 60 (sessenta) dias, no aguardo de manifestação pela parte requerente.

Intimem-se e cumpra-se.

Brasília, data registrada nos autos.

**Ministra MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07



## Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000

Requerente: RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### DESPACHO

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a RECEITA FEDERAL afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

Na documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e



### **Conselho Nacional de Justiça**

ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

Diante do contexto fático narrado, solicitaram-se informações às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para que prestassem informações acerca do constante na inicial.

Foram prestadas informações nos Ids 4256530, 4288749 e 4293183.

Quanto às informações requeridas, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas formulou o seguinte pedido (Id 4256530):

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Por seu turno, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo noticiou o seguinte:

Com a premente finalidade de apurar os aventados fatos, esta Corregedoria Geral da Justiça notificou as mencionadas serventias para esclarecerem o ocorrido e se existem em seus assentos certidões, quaisquer que sejam, em nome dos investigados "Anderson Ricardo da Silva", "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", "Marinaldo Pereira Moraes" e "Romeu Costa Paganes". Feitas essas considerações iniciais, consigno que a delegatária Titular do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras,



### **Conselho Nacional de Justiça**

Sr<sup>a</sup>. Paula Cecília da Luz Rodrigues, uma vez comunicada sobre a certidão de nascimento apresentada por Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, um dos investigados pela Receita Federal (ARF), circunscrição na cidade de Colatina, providenciou o registro do boletim de ocorrência (15.7.2020 - nº 202007150472) diante da evidente falsificação do referido instrumento público, apontando as seguintes inconsistências: [...] 1 - Não foi localizado nenhum registro de nascimento de Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, nascido aos 26/01/1990; 2 - O livro descrito no documento não reflete o registro verdadeiramente lavrado; 3 - No campo onde consta as informações de Livro nº A00140 - Folha 079 - Termo nº 006058, não utilizamos para estas informações em nossas certidões aqui emitidas, mas sim para o número de CPF do registrado; 4 - O selo eletrônico 021733.ZTD1501.03009 não fora utilizado em 2ª via de certidão para o nome Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, mas sim em uma segunda via de outra pessoa. 5 - O sinal público de Geovana Santos da Cruz não condiz com a assinatura da mesma, tão pouco com o cadastrado na Central Nacional do Registro Civil - CRC; 6 - O carimbo constante como "Cartório Amorim" não é mais utilizado por esta serventia, desde a assunção da Delegação pela Oficial Paula Cecília da Luz Rodrigues. [...] Dito isso, ambas unidades extrajudiciais notificadas aduziram que não constam em seus assentos públicos nenhum registro em nome dos investigados citados, decerto que houve apenas esta constatação de falsificação do Sr. Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, eis que os documentos objurados na investigação do pedido de providências CNJ nº 0010072-75.2020.2.02.0000 não foram encaminhados para esta Corregedoria Geral da Justiça. Centrando ao caso em questão, deduz-se o provável cometimento de crime de falsificação por parte dos investigados, não havendo outras providências ao alcance da CGJES para persecução administrativa, mormente pelo fato do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras (CNS 02.173.3) ter comunicado o ocorrido à autoridade policial competente.

E, por fim, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais informou sobre a impossibilidade de eventual punição à responsável pela serventia





### **Conselho Nacional de Justiça**

investigada, uma vez que a oficiala teria sido destituída do cargo, em função da revogação de sua nomeação. Confira-se:

Cuida-se de expediente proveniente do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, por meio do qual a Exma. Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, determina que seja apurada suposta violação dos deveres funcionais pelo Oficial Responsável pelo Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial de Luislândia, na Comarca de Brasília de Minas/MG, em face do alerta enviado pela Receita Federal do Brasil sobre possível ação de quadrilha, composta por Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Moraes e Romeu Costa Paganes, os quais estão fazendo uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, com o objetivo de emissão de CPF e supostamente recebimento de auxílio emergencial. A Juíza Auxiliar da Corregedoria Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, Dra. Roberta Rocha Fonseca, após detida análise dos autos, sobretudo, dos esclarecimentos prestados pelo Oficial Interino do mencionado Ofício ressaltou que "no caso em análise, ainda que surjam eventuais indícios de conduta inadequada da antiga responsável Márcia Aparecida Queiroz Gonçalves, não há possibilidade de responsabilizá-la administrativamente por atos praticados durante seu exercício, tendo em vista que foi destituída de sua função, em razão da revogação de sua nomeação, quando foi efetivada a anexação provisória da serventia ao Ofício de Registro Civil de Brasília de Minas/MG". Ao final, sugeriu o seguinte: "Posto isso, opino que, caso a presente manifestação seja aprovada, seja encaminhado ofício à e. Corregedoria Nacional de Justiça, informando acerca dos fatos informados pela Diretora do Foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, MMª Juíza de Direito Solange Procópio Xavier, notadamente quanto à possibilidade de irregularidade do registro nº 109, f. 28 do Livro nº 4, referente ao Pedro da Gama Silva, figurando como declarante Angelo da Cruz Toledo, o qual não é pai ou avô de nenhum dos registrados, sendo possível que também não seja autêntico. SUGERE-SE, ainda, que seja enviada cópia da presente manifestação, caso aprovada, em atendimento à determinação proferida no Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000." Ante o exposto,



### **Conselho Nacional de Justiça**

acolho a manifestação da Juíza Auxiliar Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, contida no evento 5168400, pelos seus próprios fundamentos. Proceda-se conforme sugerido.

Diante das informações colacionadas aos autos, determinou-se que se oficiasse ao Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, solicitando o encaminhamento a esta Corregedoria Nacional de Justiça de cópia dos documentos solicitados pelo Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, bem como para que tomasse ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Na oportunidade, encaminhou-se ao Órgão da Receita Federal supracitado cópia integral destes autos.

O presente pedido de providências foi sobrestado por 60 (sessenta) dias, no aguardo de manifestação pela parte requerente.

Sobrevieram informações nos Id. 4374026 a 4374031.

É o relatório.

No id. 4374027, o Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal em Vitória tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Além disso, encaminhou os documentos requeridos pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

Ante o exposto, determino que se encaminhem cópias dos documentos contidos nos Ids. 4374028, 4374029, 4374030 e 4374031, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, para análise eventuais providências que reputar cabíveis, no âmbito de sua competência.

No mais, determino o sobrestamento do corrente feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no aguardo das apurações a serem realizadas pela CGJ-AL.

Com o transcurso do prazo, intime-se a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas para que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste informações, acerca do apurado, a esta Corregedoria Nacional de Justiça.



**Conselho Nacional de Justiça**

Intimem-se.

Cumpra-se.

Brasília, data registrada no sistema.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07



16/07/2021

Número: **0010072-75.2020.2.00.0000**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **03/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Tabelionatos, Registros, Cartórios**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4374026	31/05/2021 14:03	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
4374027	31/05/2021 14:03	<a href="#">Ofício Corregedoria - CNJ - resposta intimação - assinado</a>	Informações
4374028	31/05/2021 14:03	<a href="#">Anderson - evadiu - 15.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão
4374029	31/05/2021 14:03	<a href="#">Gabriel - detido - 15.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão
4374030	31/05/2021 14:03	<a href="#">Marinaldo - suspenso - 20.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão
4374031	31/05/2021 14:03	<a href="#">Romeu - CPF presencial - 27.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão

Senhora Corregedora Nacional de Justiça

Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente, informo que o Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória/ES - NUPEI07 - tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e aproveito para

agradecer a atenção e o pronto atendimento por parte da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em anexo, constam cópias dos documentos repassados ao NUPEI07 pela Agência de Colatina e que serviram de base para as pesquisas, visando atender solicitação do Corregedor-Geral de

Justiça do estado de Alagoas

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031958400000003957992>  
Número do documento: 21053114031958400000003957992





OFÍCIO Nº VT20210025 -RFB/Copei/Nupeivt

Protocolo NUPEIVT2021000058

Vitória, 19 maio de 2021.

À Senhora  
Maria Thereza Rocha de Assis Moura  
Corregedora Nacional de Justiça  
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6  
CEP: 70070-600 – Brasília/DF

**Assunto:** Responde Intimação - Pedido de Providências - 0010072-75.2020.2.00.0000

Senhora Corregedora Nacional de Justiça

Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente, informo que o Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória/ES - NUPEI07 - tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e aproveitou para agradecer a atenção e o pronto atendimento por parte da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em anexo, constam cópias dos documentos repassados ao NUPEI07 pela Agência de Colatina e que serviram de base para as pesquisas, visando atender solicitação do Corregedor-Geral de Justiça do estado de Alagoas

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)  
Patrícia Tavares de Lima  
Chefe do Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória





Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1333, 7 º andar, Ala Leste, Ilha de Santa Maria CEP. 29051-015 – Vitória-ES  
27-3232-3567  
<http://rfb.gov.br>



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS			
<b>CERTIDAO DE NASCIMENTO</b>			
NOME: <b>ANDERSON RICARDO DA SILVA</b>		MATRÍCULA: <b>0246610155 1980 1 00398 037 0168508 22</b>	
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO Ao nove (09) de setembro (09) de mil novecentos e oitenta (1980)		DIA 09	MÊS 09
HORA DO NASCIMENTO 20:40		ANO 1980	
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO / UF Vitória-ES		LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Municipal São Judas tadeu, Ribeirão das Neves-MG	
FILIAÇÃO MARIA BARBOSA DA SILVA			
AVÓS Avós Maternos: Silvano Ribeiro da Silva e Elizabeth Barbosa da Silva			
GÊMEOS Não			
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO Aos dezasseis (16) dias do mês de janeiro (01) do ano de mil novecentos e oitenta (1980)		NÚMERO DA DNV (DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO) ////////////////	
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES			
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé Vitória-ES 12 de julho de 2018  Elaine Fudcheller de Medeiros Escrevente			
Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Selo Digital de Fiscalização 024661.WFN1807.32389 Emolumentos: R\$ 25,19 Taxas: R\$ 7,52 Total: R\$ 32,71 Consulte autenticidade em www.fjes.jus.br ELAINE 2ª VIA			
			

ARPENBRASIL



TR 001708846 - E







Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpccnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Carta de Autenticidade Administrativa

#### DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula 0018830155 1987 1 0003 950 0000533 31  
Padrão aaaaaabbcc ddd\_ e ffff ggg hhhhhh ii

#### DETALHAMENTO

aaaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia  
(identificação única do cartório)

bb (01) Código do Acervo, sendo:  
01 - Acervo Proprio  
Outros - Acervos Incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:  
55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano do Registro

e (1) Tipo de livro, sendo:

1: Livro A (Nascimento)  
2: Livro B (Casamento)  
3: Livro B AUXILIAR (Registro de  
casamento religioso para São João)

4: Livro C (Óbito)

5: Livro C AUXILIAR (Registro de Malesmortes)

6: Livro D (Registro de Proximidade)

7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil)

ffff (0003) Número do livro

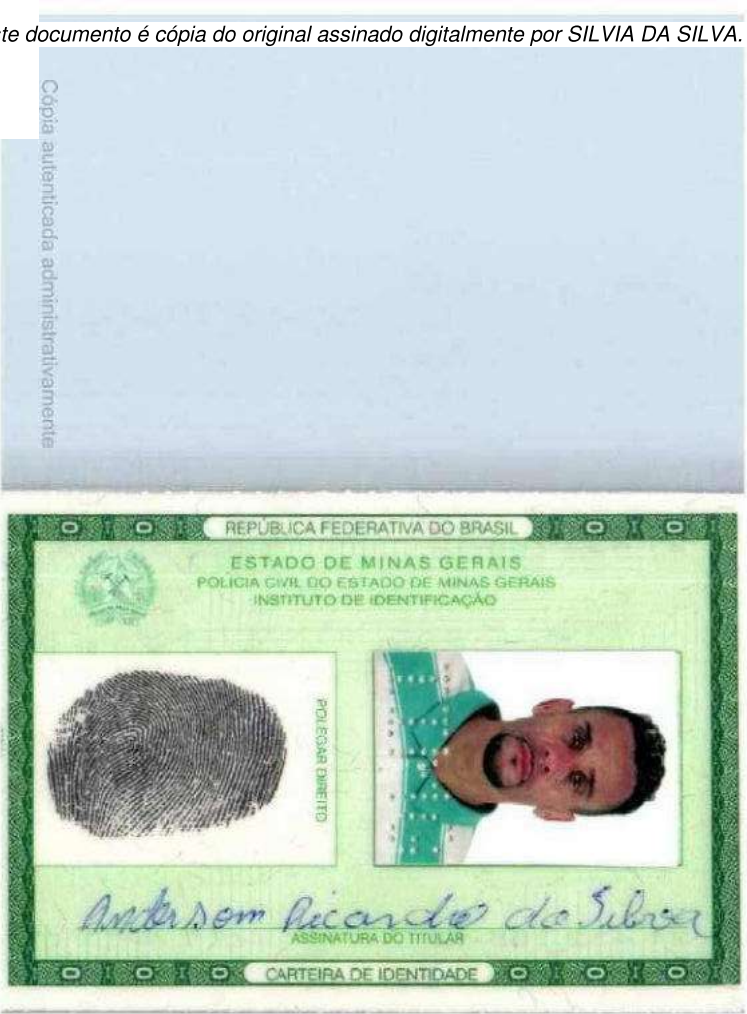
ggg (050) Número da folha

hhhhhhh (0000533) Número do Termo

ii (31) Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/plecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

PIR-2205  
ASSINATURA DO DIRETOR  
JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ  
Cópia autenticada administrativamente

2. VIA

DATA DE NASCIMENTO  
9/9/1980

NASC. LV-398 FL-37

VITORIA-ES

REGISTRO  
MG-8.733.060

DATA DE  
EXPIÇÃO  
20/06/2018

ANDERSON RICARDO SA SILVA

NAO DECLARADO

MARIA BARBOSA DA SILVA

RIBEIRAO DAS NEVES-MG

NATURALIDADE

FLUÍDO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031984500000003957994>  
Número do documento: 21053114031984500000003957994



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		TITULO ELEITORAL		IDENTIFICACAO BIOMETRICA	
NOME DO ELEITOR		ANDERSON RICARDO DA SILVA			
DATA DE NASCIMENTO		09/09/1980		Nº INSCRIÇÃO	
2246 2762 0272		035		0301	
MUNICIPIO / UF		BELO HORIZONTE/MG		DATA DE EMISSÃO	
07/02/2020		JUIZ ELEITORAL			

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031984500000003957994>  
Número do documento: 21053114031984500000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REGISTRO GERAL	MG-9.145.702	DATA DE EXPEDIÇÃO	24/10/2019
NOME GABRIEL HENRIQUE O. DOS SANTOS			
FILIAÇÃO JOAO PEREIRA DOS SANTOS VERA LUCIA OLIVEIRA DOS SANTOS			
NATURALIDADE MONTES CLAROS-MG		DATA DE NASCIMENTO 26/1/1990	
DOC. ORIGEM NASC. LV-140 FL-79 VITORIA-ES			
PIR-2205		2.VIA	
LEI N°7.116 DE 29/08/83			



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS			
<b>CERTIDÃO DE NASCIMENTO</b>			
NOME: <b>GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS</b>			
MATRÍCULA: <b>02173301 55 1990 1 00140 079 0060658 72</b>			
Livro nº A 00140 - Folha 079 - Termo nº 0060658			
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO			
Aos vinte e seis (26) dias do mês de janeiro (01) do ano de mil novecentos e noveenta.	DIÁ	MÊS	ANO
	26	01	1990
HORA	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO		
19:50	Montes Claros/MG		
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO		LOCAL DE NASCIMENTO	
Vitória/ES		Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros/MG	
FILIAÇÃO		SEXO	
JOÃO PEREIRA DOS SANTOS		Masculino	
VERA LÚCIA OLIVEIRA DOS SANTOS			
AVÓS			
Paternos: EFIGÊNIO DOS SANTOS e RAIMUNDA DOS SANTOS			
Materos: JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA e MARIA SOARES OLIVEIRA			
GÊMEO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)		
NÃO			
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO	NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO		
Doze (12) dias do mês de março (03) do ano de mil novecentos e noveenta (1990)			
OBSERVAÇÕES / AVERSAÇÕES			
Selo Digital de Registro: 021733.ZTD1501.03009 Nada mais foi declarado			
ANOTAÇÕES DE CADASTRO			
Não consta nenhuma anotação de cadastro.			
<b>CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO</b>			
<b>GOIABEIRAS</b>			
Oficial: <b>Paula Cecília Luz Rodrigues</b>			
Av. Antônio Fernandes Coelho, 1850, Loja 8, Ed. Mud Street, Jardim da			
Penha, Vitória-ES, Tel. (27) 3019-0049 cartoriogoiabeiras@arpenbrasil.com.br			
<b>Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo</b>			
<b>Selo Digital de Fiscalização</b>			
021733.ZTD1501.03009			
Emolumentos: 27,01 Taxas: R\$ 8,11 Total: R\$ 35,12			
Consulte a autenticidade em <a href="http://www.lfes.jus.br">www.lfes.jus.br</a>			
GEOVANNA			
			
			
Geovanna Santos da Cruz			
Escrivente Autorizada			
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe			
Vitória-ES 31 de janeiro de 2020.			

ARPENBRASIL



AA 001710023 BRP







Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995  
Número do documento: 21053114032004700000003957995

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA			
Matricula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31	ce (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais
Padrao	aaaaaabccc ddd.. e ffff ggg hhhhhh ii	ffff (0003)	Número do livro
DETALHAMENTO			
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)	ggg (050)	Número da folha
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados	hhhhhh (0000533)	Número do termo
		ii (31)	Digito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro Civil - MG  
São Digital: 010/83214 - Cod. Seg: 1987.1518.7521.0948 - Cod. e  
Quantidade doc(s) at(s) Praticado(s): 1 (7801) - Emcl: R\$ 29,82 -  
Tx. Ind.: R\$ 6,02 - Total: R\$ 35,84  
Consulte a validade no site: <https://eicjls.tjmg.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME

MARINALDO PEREIRA MORAIS

CPF

MATRICULA

0447270155 1964 1 001 04 078 0090110 61

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

quinze de julho de mil novecentos e cinquenta e dois

DE MES ANO

75/07/1952

NOME

NATURALIDADE

XXXXX

BRASILIA DE MINAS - MG

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

LOCAL MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

LUISLANDIA-MG

EM DOMICÍLIO, NESTE DISTRITO DE LUISLANDIA,  
BRASILIA DE MINAS - MG

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

AGUINALDO CARVALHO MORAIS,  
AMANDA PEREIRA REIS

NOS

FLACIANO MORAIS LIMA e LUANA LIMA CARVALHO  
ARMANDO PEREIRA REIS e JULIA PEREIRA DOS SANTOS

SEI

NOME E MATRICULA DOS DELEGADOS

NÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

dezoito de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

ASSERÇÃO DE REGISTRO E ADESSÃO

NÃO

HA

ANOTAÇÕES DE CASAMENTO

RG	NÚMERO	DATA DE EMISSÃO	ORIGEM EMISSORA	DATA DE VALIDADE
PIS/PIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---
TÍTULO DE ELETOR	NÚMERO	DATA DE EMISSÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
CEP Residência	---	---	Grupo Sanguíneo	---

Atenção: Os dados constantes nesta certidão são os constantes no documento original. Não se pode, sob pena de nulidade, alterar ou suprimir qualquer informação constante no documento original.

Cartório de Registro Civil  
Original: MARCIA APARECIDA QUEIROZ GONÇALVES  
RUA ZÉZE ROCHA, 268 CENTRO  
LUISLANDIA-MG (38)9827 - 8017

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
LUISLANDIA-MG, 09 de março de 2018.

Assinatura do Oficial Substituto

*[Assinatura]*

Deise Tatiele Ferreira de Araújo  
Oficial Substituto







Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula 0018830155 1987 1 0103 050 000533 31

Padrão aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhh ii

DETALHAMENTO

aaaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia  
(identificação única do cartório)  
bb (01) Código do Acervo, sendo:  
01 - Acervo Próprio  
Outros - Acervos incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:  
55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais  
dddd (1987) Ano de Registro

e (1) Tipo de livro, sendo:  
1: Livro A (Nascimento)  
2: Livro B (Casamento)  
3: Livro B Auxiliar (Registros de casamento religioso para fins civis)  
4: Livro C (Óbito)  
5: Livro C Auxiliar (Registro de Nascimento)  
6: Livro D (Registro de Nascimento)  
7: Livro E (Cartão de Registro de Nascimento em Registro Civil)

ffff (0003) Número do livro

ggg (050) Número da folha

hhhhhhh (000533) Número do Termo

ii (01) Dígito Verificador

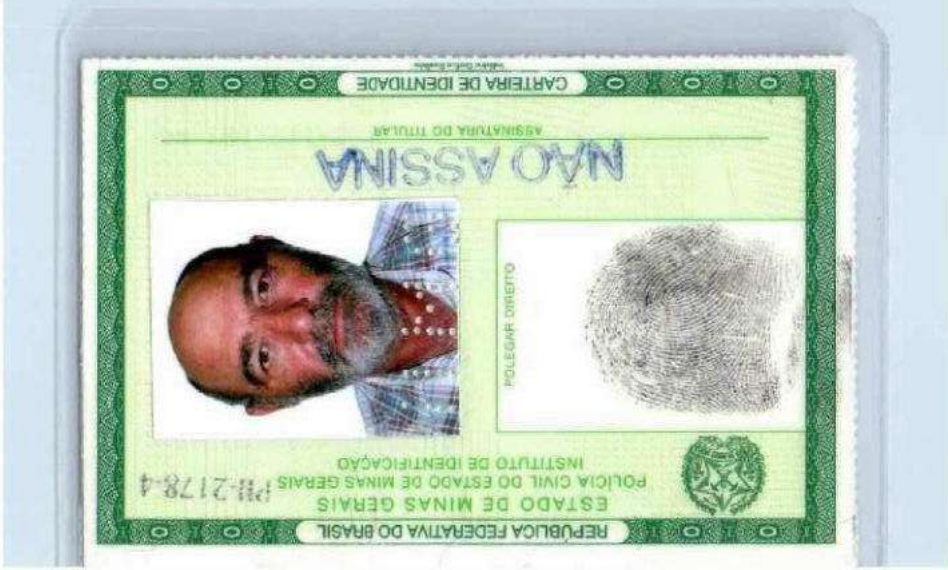
Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996



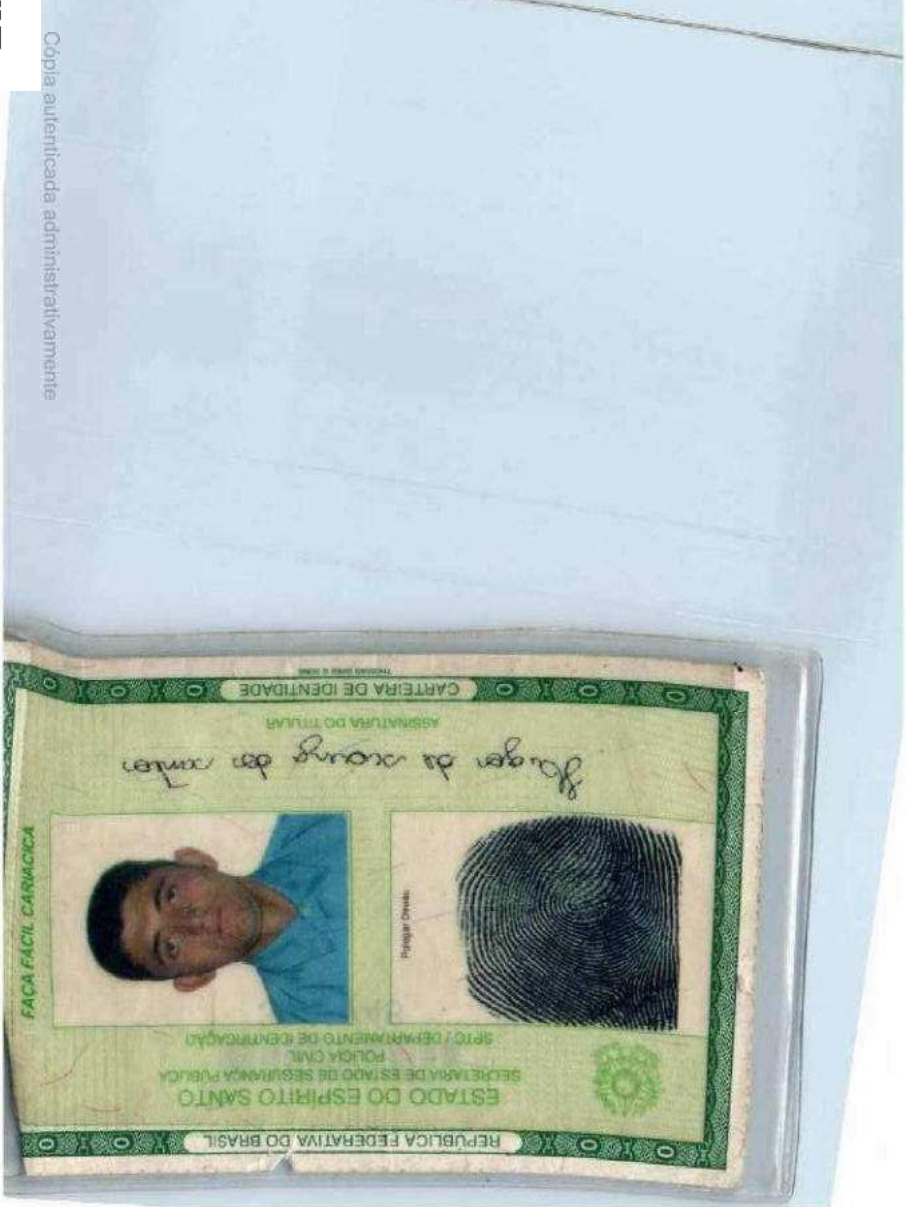


Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REGISTRO GERAL	MG-23.791.489	DATA DE EXPEDIÇÃO	17/07/2020
NOME	MARINALDO PEREIRA MORAIS		
PAI	AGUINALDO CARVALHO MORAIS		
MÃE	AMANDA PEREIRA REIS		
NATURALIDADE	BRASILIA DE MINAS-MG	DATA DE NASCIMENTO	15/7/1952
DOC. ORIGEM	NASC. LV-4 FL-28		
LOCAL DE NASCIMENTO	LUISLANDIA-MG		
CPF	P11-2178		
LEITICIA BAPTISTA GAMBOGE REIS		1. VIA	
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/plecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/ProcessoConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro Civil - MG  
Selo Digital: BWU83212 - Cod. Seg: 6012 3052 9882 0816 - Cod. e  
Quantidade (dois) al(s) Praticado(s): 1 (7801) - Eml: R\$ 29,82  
Tx Jud: R\$ 8,02 - Total: R\$ 35,84  
Consulte a validade no site: <https://seios.tjmg.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME  
ROMEU COSTA PAGANES

CPF  
Nada consta

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO  
quinze de abril de mil novecentos e cinquenta e dois  
044/270455 1944 001 04 027 0000108 28  
DATA, MES, ANO  
15/04/1952

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO  
LUISLÂNDIA-MG  
BRASILIA DE MINAS - MG  
LOCAL MUNICÍPIO DE V. SO. JENTO E UF  
EM DOMICÍLIO NESTE DISTRITO DE LUISLÂNDIA  
BRASILIA DE V.N.S - MG

FILIAÇÃO  
CARLOS DIAS PAGANES,  
NEUSA COSTA PAGANES.

AVÓS  
PEDRO PAGANES DIAS e MARIA PAGANES TEIXEIRA  
JULIO COSTA CASTRO e MARIA COSTA SOARES

GÊNERO  
NÃO  
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO  
dezessete de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro  
NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO  
AVISAÇÃO DE ANOTAÇÕES A ACRESCER  
NÃO HÁ

ANOTAÇÕES DE CASAMENTO				
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXERCÍCIO	ORÇÃO EXPEDIENTE	DATA DE VALIDADE
RG	---	---	---	---
PIS/INS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	2ª NÚMERO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
CEP Residencial	---	---	Grupo Sanguíneo	---

Cartório de Registro Civil  
Oficial MARCIA APARECIDA QUEIROZ GONCALVES  
RUA ZEZE ROCHA, 268 CENTRO  
LUISLÂNDIA-MG, (38)9827-8717

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.  
LUISLÂNDIA-MG, 09 de março de 2018.

Assinatura do Oficial/Substituto

*[Assinatura]*

Diene Tatielle Ferreira de Azeite  
Oficial Substituto



RECIVIL AA 004137735 MG-P



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.





Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula 0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31  
Padrão aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhh ii

DETALHAMENTO

aaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia  
(identificação única do cartório)  
bb (01) Código do Acervo, sendo:  
01 - Acervo Próprio  
Outros - Acervos incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:  
55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano do Registro

e (1) Tipo do livro, sendo:

- |  |  |
|--|--|
| 1: Livro A (nascimento)  | 4: Livro C (óbito)                                   |
| 2: Livro B (casamento)   | 5: Livro C Auxiliar (Registro de Matrimônios)        |
| 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para Cas Civil) | 6: Livro D (Registro de Proenhas)                    |
|  | 7: Livro E (demais atos relativos ao Registro Civil) |

fff (0003)

Número do livro

ggg (050)

Número da folha

hhhhhh (0000533)

Número do Termo

ii (31)

Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais

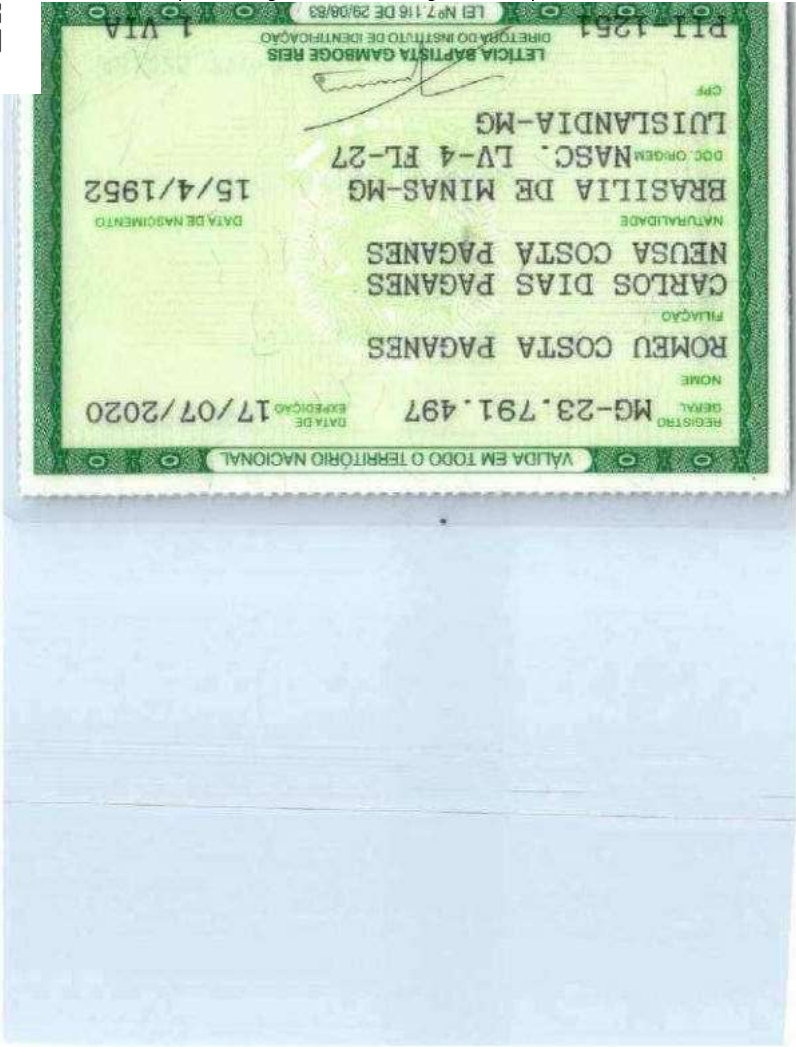


Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997



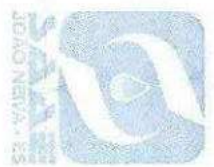
Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/plecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView>  
 Número do documento: 2105311403204860000003957997

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
AV. PRESIDENTE VARGAS, 356  
JOÃO NEIVA - ES - TEL: (27) 3258 - 1165  
CNPJ: 31.776.248/0001-72  
E-mail: saefes@gmail.com

**SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE**  
(27) 3258-14165

OTILDES AM. VALT. HENTRINGER-REMATO	THE S/ANO	04/7020
A CAMPAGNARO FRANCISCO 603	NR. GUA	
NR0 29680000 JOAO NEIVA-ES 29680	2004707	
STA -5-332	Callado/duarte/duarte	
0 11GAD00 000707-0	1-RES:	
ID ELETRONICO 000		

DESCRIPCION	VALOR
arifa de Agua	18.95
ARIFA DE ESCOTO	9.47



DADOS EM DEBITO: FEV/20 - MAR/20				VALOR A PAGAR	
O DEBITO TEM HA SIDO QUITADO. DESCONSIDERE ESTE RENDITO.				R\$ 28.42	
DATA DEBITO ANTERIOR	DATA DEBITO ATUAL	VENCIMENTO			
10/03/2020	13/04/2020	11/05/2020			
QUANTIDADE	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONTA PAGUADA	MEDIA	DATA DE INSCRIÇÃO
6843	6843	0	10	4	
NR DO HIGIENIZADO	VAZAO	ESGOTO			
771898	3	50.00			

DADOS DOS ÚLTIMOS 6 MESES			
ES	CONSUMO	NR. DIAS	MÉDIA
1/2020	1	30	0,03
2/2020	3	30	0,10
3/2020	4	30	0,13
4/2019	4	30	0,13
5/2019	3	30	0,10
6/2019	3	30	0,10

MENSAGEM DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 13.007/2009 DE CLARAROS QUE O CONSUMIDOR ACENA CIADO, N POSSUI DEBITO RELANTE AOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019, DEVENDO A ESSA INSTITUICAO.

IDGÃO NENVA - ES

DETALHES SOBRE A ECONOMIA AMBIENTAL	PERÍODO DA ANÁLISE
ANÁLISE	01/03/2020 a 31/03/2020
UNIDADE	VALOR MÉDIO
IFORNES 101	0.00
ORO RESIDUAL	0.80
APARELHO	0.80
IFORNES FIC	2.10
ELUORES	0.00
(POTENCIAL	0.80
IDADE DE TUR	0.00

Cópia autenticada administrativamente



Evite Desperdício, Água é Vida!!!

 Disk SAAE

(27) 3258-1165 - Plantão (27) 3258-3469

 48 litros por dia.

 Aberto apenas 2mm  
4.500 litros por dia.

 Aberto apenas 9mm  
25.000 litros por dia.

Evite Vazamento  
mantendo  
suas instalações  
internas em  
perfeitas condições.

TARIFAS MÍNIMAS POR CATEGORIAS

RESIDENCIAL	10 m³
COMERCIAL	15 m³
PÚBLICA	15 m³
OBRAS	20 m³
INDUSTRIAL	40 m³

**FORMAÇÕES:**

Formações complementares sobre a qualidade da água estão disponíveis na sede do SAAE, em caso de problema com qualidade de água, acione imediatamente o SAAE.

Sistema de abastecimento de água de João Neiva é suprido pelo Rio Piraguayçu, Acieli - Rio u Gigante, Barra do Triunfo - Rio Fran Gigante, Demétrio Ribeiro - Corrego do Santo Antônio, valinhos - Rio Cavalinhos.

a conta emitida caberá recursos pelo interessado, desde que apresentado ao SAAE até a ta de vencimento.

ão caberá recursos ou reclamações por aumento de consumo decorrentes de desperdício ou zamento nas instalações internas dos imóveis.

Falta de pagamento das contas de água esgota até o vencimento, implicará na cobrança de ita de mora em conta futura.

pagamento desta conta não cancela débito anterior.

recibo do pagamento só tem valor quando autenticado por agência bancária ou posto de uabimento autorizado.

qualquer mudança, violação ou alteração no hidrômetro, cavalete ou ligação de água ou na pção de esgoto, sem a autorização do SAAE implicará em multa além de indenização s danos causados.

ntes de efetuar o pagamento, verifique se a conta pertence ao imóvel.

**NAO PAGAMENTO DA FATURA EM 30 (TRINTA) DIAS APÓS O RECEBIMENTO DO MUNICÍPIO DE DEBITO IMPLICARÁ NA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA.**

PARTEAMENTO AO DEBITO DE 44% DE BANCOS DO GOVERNO FEDERAL, BANCOS DE CREDITO, BANCOS O LOCAIS, E INTERMEDIÁRIOS SECONDO A QUANTIDADE DA ÁGUA SAAE - AV. PRESIDENTE VARGAS, 386 - CENTRO - TEL: (27) 3258-3469

**QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA - PARÂMETROS ANALISADOS**

CONFORME PORTARIA 518 DE 26/03/2004 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Parâmetros Valor Máximo permitido.

Turbidez: ocorre devido as partículas em suspensão deixando a água com aparência turva (escura).

Cor: **Apresentar A cor é devido à presença de substâncias dissolvidas na água.**

Cloro Residual: É um produto utilizado para eliminar bactérias que fazem mal a saúde.

Flores: O flóres é um elemento químico adicionado à água durante o tratamento, com o objetivo de proteger os dentes das cáries.

pH: é usado para medir o quanto a água está ácida ou alcalina (básica).

Coliformes Totais: indicam a possibilidade de contaminação da água por bactérias.

**PARA RECLAMAÇÕES ANOTE A LEITURA DE SEU HIDRÔMETRO (SOMENTE DÍGITOS PRETOS)**

**QUALQUER RECLAMAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS**

Cópia autenticada eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20

1 / 1



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20

https://www.cnj.jus.br:443/jpccnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997

Número do documento: 21053114032048600000003957997



### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça e outro

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também teria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Acontece que, observando-se a necessidade de acessar os documentos falsos para fins de averiguação de possível envolvimento do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), por meio de despacho de pp. 08/09, que acolheu o parecer de

M



#### Extrajudicial Administrativo

pp. 06/07, foi determinada a expedição de ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando-lhe o envio dos documentos a que se refere o Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000.

6. Em resposta, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou as decisões proferidas no Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, acostadas às pp. 20/24 e 25/30 dos presentes autos, bem como os documentos de pp. 31/55.

7. Dos referidos documentos, extrai-se que, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, apesar de não constar o nome da Serventia no campo "detalhamento da matrícula", consta a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

8. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas.

9. Após o encaminhamento da resposta pela Interina Responsável, **OPINO** pelo envio de ofício-resposta ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito das providências tomadas.

#### 10.É o parecer.

**11.À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.**

Maceió, 16 de julho de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

---

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### DECISÃO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000, relatando ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

2. Ademais, salientou que estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganas", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

3. Por fim, narrou que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

4. Na sequência, às fls. 08/09, preferi despacho acolhendo o parecer da Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE de fls. 06/07, determinando o encaminhamento de Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que, se fosse possível, enviasse a este Órgão estadual os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL".

5. Destarte, às fls. 20/30, a Corregedoria Nacional de Justiça encaminhou cópia das



decisões proferidas nos autos do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, bem como os documentos de fls. 31/55.

6. Por fim, em parecer de fls. 56/57, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo "encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas". Ademais, sugeriu que seja enviado ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

#### **7. É o relatório, no essencial. Fundamento e decidido.**

8. *In casu*, consoante relatado, a Corregedoria Nacional de Justiça noticia a existência de possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de auxílio emergencial, indicando, ainda, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, que o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) teria possível participação na fraude.

9. Destarte, depreende-se da documentação de fls. 20/55 que, apesar de não constar o nome da serventia no campo "detalhamento da matrícula", há a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51.

10. Diante desse cenário, cabe a este Órgão Censor o dever de investigar a respeito da integridade da documentação de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51 e o suposto envolvimento da Tabela Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL nos fatos noticiados.

11. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 26/28, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **NOTIFIQUE-SE** a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e

(2) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por



Gabinete do Corregedor

---

esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente *decisum*.

12. Após, **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins.

13. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.

Maceió, 21 de julho de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 21/07/2021 14:11  
Página: 1

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0145/2021, encaminhada para publicação.

Requerente  
Conselho Nacional de Justiça

Forma  
D.J

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOLHO o parecer de fls. 26/28, DETERMINANDO a adoção das seguintes providências: (1) NOTIFIQUE-SE a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e (2) EXPEÇA-SE ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decisor. Após, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se. Maceió, 21 de julho de 2021. Des. Fábio José Bittencourt Araújo Corregedor-Geral da Justiça"

Maceió, 21 de julho de 2021.

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 22/07/2021 10:34  
Página: 1

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0145/2021, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 22/07/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 26/07/2021, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer de fls. 26/28, DETERMINANDO a adoção das seguintes providências: (1) NOTIFIQUE-SE a Tabelião Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e (2) EXPEÇA-SE ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decism. Após, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se. Maceió, 21 de julho de 2021. Des. Fábio José Bitencourt Araújo Corregedor-Geral da Justiça"

Maceió, 22 de julho de 2021.





*Poder Judiciário*

**Malote Digital**

Impresso em: 23/07/2021 às 09:55

**RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO**

**Código de rastreabilidade:** 8022021831545

**Documento:** Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

**Remetente:** Serventia Extrajudicial ( Rosimere de Melo Alves )

**Destinatário:** 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil - Água Branca - 1883 ( TJAL )

**Data de Envio:** 23/07/2021 09:51:52

**Assunto:** De ordem do Exmo. Juiz Auxiliar da CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, envio Decisão e docs. dos autos do Proc nº 0000120-55.2021.8.02.0073, para ciência e adoção das providências cabíveis. Na resposta, reportar o nº do proc acima



**Imprimir**

**Divisão de Processos Disciplinares**

Rua do Livramento, 384, Centro - CEP 57000-000, Maceió-AL  
Telefone: (82) 4009 3824 e E-mail: dpdcgj@tjal.jus.br

**Ofício nº 813/2021/GCCJ****Maceió – AL, 23 de julho de 2021.**

A Sua Excelência a Senhora  
**MINISTRA MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**  
**Corregedora Nacional de Justiça**  
Brasília/DF

**Assunto: Informações – Processo Administrativo SAJ n.º 0000120-55.2021.8.02.0073.**

*Ref.: Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.00.0000*

Senhora Ministra Corregedora,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia do *decisum* proferido nos autos do **Processo Administrativo SAJ n.º 0000120-55.2021.8.02.0073**, instaurado nesta Corregedoria Geral da Justiça em razão dos fatos narrados no **Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.00.0000**, relatando a "existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, in *casu*, Auxílio Emergencial", a fim de atualizar esse Órgão censor a respeito das providências adotadas por este Órgão Estadual.

Sem outro assunto para o momento, subscrevo-me.

Respeitosamente,

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*



## Conselho Nacional de Justiça

### Comprovante de juntada de documento

#### Processo

Número do processo:	0010072-75.2020.2.00.0000
Órgão julgador:	Corregedoria
Jurisdição:	CNJ
Classe:	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
Assunto principal:	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) (10028) / Concessão / Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartório
Valor da causa:	0,00
Medida de urgência:	Não

#### Partes

##### REQUERENTE

- RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)

##### REQUERIDO

- CORREGEDORIA NA JUSTIÇA (REQUERIDO)

#### Outros interessados

Não existem outros interessados vinculados.

#### Assuntos

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) / Serviços (10028) Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartórios (10083)

#### Documentos Protocolados

Documento	Tipo	Tamanho (KB)
Informações	Informações	3,55
Of. 813 CNJ	Informações	122,26
Decisão Corregedor	Informações	145,43

**Documento(s) juntado(s) por: ROSEANA CELISTRE MACHADO em 23/07/2021 13:37**





23/07/2021

Número: **0010072-75.2020.2.00.0000**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **03/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Tabelionatos, Registros, Cartórios**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4427998	23/07/2021 13:37	<a href="#">Informações</a>	Informações

Senhora Ministra Corregedora.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, de ordem do Desembargador Fábio José Bitencourt Araújo, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, encaminho, anexo, Ofício nº 813/2021/GCGJ relativo ao Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000.

Respeitosamente,

Roseana Celistre Machado

Chefe de Gabinete

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 50A0DBA.

Assinado eletronicamente por: ROSEANA CELISTRE MACHADO - 23/07/2021 13:37:47  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072313374677600000004007965>  
Número do documento : 21072313374677600000004007965



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 50EFCB6.

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021838020

Nome original: Resposta Autos 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

Data: 02/08/2021 22:10:28

Fimetele:

Janilza Soares de Melo Lima

2º Tabelionato de Notas e Registro Civil - Água Branca - 1883

TJAL

Foridade: Normal.

Modo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Resposta nos autos 0000120-55.2021.8.0073



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE ALAGOAS  
ÁGUA BRANCA - ALAGOAS  
SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
Rua Barão de Água Branca, 42, Centro - Água Branca - CEP: 57490-000  
(82) 99644-4752 E-mail: cartoriocivilab@gmail.com

Água Branca, 29 de julho de 2021.

Ofício RCPN N.º 66/2021

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE ALAGOAS**

**Processo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**

**JANILZA SOARES DE MELO LIMA**, devidamente qualificada nos autos do processo disciplinar em epígrafe, por seu advogado, abaixo assinado, constituído nos termos da procuração já anexada, com escritório situado no rodapé da presente, local indicado para receber as intimações e notificações que se fizerem necessárias, vem perante Vossa Excelência apresentar **MANIFESTAÇÃO**, o que faz pelos motivos de fato e de direito que passa a aduzir adiante:

Houve o recebimento de notificação expedida por esta ínclita Corregedoria Geral de Justiça, no sentido de esclarecer a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas, tendo em vista que no verso do papel de segurança das certidões de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, consta o CNS do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

Constam nos versos das mencionadas certidões, supostamente o CNS do cartório requerente, vejamos:

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA	
Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaabbcc ddd_ e ffff ggg hhhhhh ii
DETALHAMENTO	
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados

**Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civi**



Percebe-se ainda, em que pese não ter *expertise* para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Agua Branca.

Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso nas respectivas certidões são emitidos pela gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA937751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a AA951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2018); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA978051 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA442751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA 475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518201 a AA518400 (19/12/2019); AA549301 a AA549500 (27/01/2020); AA567951 a AA568150 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa.

Desta feita, estas são as informações relevantes que se tinha a passar e a relatar sobre as mencionadas certidões, reafirmando que foi colocado indevidamente o CNS do cartório no verso das certidões, estando o cartório à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Água Branca/AL, 29 de julho de 2021.

  
**JANILZA SOARES DE MELO LIMA**

Oficiala Cartório de Registro Civil





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



ARPENALAGOAS

AA 908937



# DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaaahccc dddd e ffff ggg hhhhhhh ii
DETALHAMENTO	
aaaaa (00188-3)	Código Nacional de Serenata (identificação única de cartório)
bb (01)	Código de Ativo, sendo: 01 - Ativo Próprio Outros - Ativos Incorporados

cc (55)	<p>                     Tipo do Serviço Prestado, sendo:                      55 - Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais                 </p>
dd (1987)	Ano do Registro
ee (1)	<p>                     Tipo do livro, sendo:                      1 - Livro A (Pessoas)                      2 - Livro B (Casamento)                      3 - Livro B (Atas) (Registro de                      casamento celebrado pela via civil)                 </p>

fff (0085)	Numero do livro
ggg (959)	Numero da folha
hhhhhh (0000533)	Numero do Termo
ii (21)	Digito Verificador



## RELACÃO SELOS MENSAS PERÍODO: 01/01/2018 A 31/12/2020

75929	AB816006 a AB816015 /	11/03/2019	10	208,70
76956	AB822611 a AB822615 /	03/05/2019	5	127,94
77268	AB825106 a AB825110 /	24/05/2019	5	127,94
77699	AB827751 a AB827755 /	18/06/2019	5	127,94
78117	AB830271 a AB830275 /	12/07/2019	5	127,94
78927	AB833781 a AB833785 /	29/08/2019	5	127,94
79204	AB833211 a AB833215 /	20/09/2019	5	127,94
TOTAIS SELOS:			135	2.959,16

SELO: 4 NOTARIAL				
69412	AC296106 a AC296110 /	12/03/2018	5	113,06
71192	AC330671 a AC330675 /	14/06/2018	5	113,06
72629	AC359746 a AC359750 /	05/09/2018	5	113,06
75749	AC416446 a AC416450 /	22/02/2019	5	113,06
TOTAIS SELOS:			20	452,24


SELO: 5 CERTIDAO E AVERBAÇÃO				
68257	AD400471 a AD400520 /	05/01/2018	50	278,00
68399	AD409786 a AD409835 /	12/01/2018	50	278,00
68680	AD425626 a AD425725 /	26/01/2018	100	556,00
68757	AD431321 a AD431370 /	31/01/2018	50	278,00
69009	AD443886 a AD443965 /	19/02/2018	80	444,80
69256	AD459316 a AD459375 /	02/03/2018	60	333,60
69412	AD468336 a AD468395 /	12/03/2018	60	333,60
69650	AD481761 a AD481810 /	22/03/2018	50	278,00
69885	AD494141 a AD494200 /	05/04/2018	60	333,60
70065	AD505746 a AD505795 /	17/04/2018	50	278,00
70403	AD521696 a AD521755 /	02/05/2018	70	369,20
70862	AD547191 a AD547260 /	25/05/2018	70	369,20
71192	AD566266 a AD566315 /	14/06/2018	50	278,00
71451	AD578486 a AD578555 /	03/07/2018	70	369,20
71793	AD598151 a AD598220 /	20/07/2018	70	369,20
71912	AD607336 a AD607385 /	27/07/2018	50	278,00
72179	AD623496 a AD623565 /	13/08/2018	70	369,20
72629	AD652706 a AD652775 /	05/09/2018	70	369,20
72859	AD664331 a AD664410 /	18/09/2018	80	444,80
73228	AD686021 a AD686090 /	05/10/2018	70	369,20
73726	AD715731 a AD715810 /	05/11/2018	80	444,80
73986	AD730616 a AD730685 /	19/11/2018	70	369,20
74226	AD0741831 a AD0741880 /	29/11/2018	50	278,00
74661	AD770631 a AD770690 /	26/12/2018	60	333,60
74862	AD781501 a AD781550 /	09/01/2019	50	278,00
75267	AD804686 a AD804755 /	30/01/2019	70	369,20
75633	AD825806 a AD825965 /	18/02/2019	60	333,60
75749	AD830691 a AD830740 /	22/02/2019	50	278,00
75929	AD844161 a AD844200 /	11/03/2019	40	222,40
76460	AD877121 a AD877190 /	05/04/2019	70	477,40
76856	AD900736 a AD900805 /	03/05/2019	70	477,40
77268	AD919806 a AD919885 /	24/05/2019	80	545,60
77699	AD941621 a AD941690 /	18/06/2019	70	477,40
78117	AD964676 a AD964755 /	12/07/2019	80	545,60
78609	AD981936 a AD982005 /	05/08/2019	70	477,40
78927	AD993516 a AD993585 /	29/08/2019	70	477,40
79204	AE000346 a AE000415 /	20/09/2019	70	477,40
79351	AE005676 a AE005735 /	04/10/2019	60	409,20
79431	AE007511 a AE007550 /	14/10/2019	40	272,80
79584	AE009211 a AE009240 /	04/11/2019	30	204,60
TOTAIS SELOS:			2.520	14.905,80


SELO: 18 PAPEL DE CERTIDÃO				
78929	AAA22001 a AAA22200 /	30/08/2019	200	0,00
79204	AAA42751 a AAA42850 /	20/09/2019	100	0,00
79351	AAA62501 a AAA62650 /	04/10/2019	150	0,00
79584	AAA74951 a AAA75150 /	04/11/2019	200	0,00
80042	AAA518201 a AAA518400 /	19/12/2019	200	0,00



RELAÇÃO SELOS MENSAIS PERÍODO: 01/01/2018 A 31/12/2020

80272	AA549301 a AA549500 /	27/01/2020	200	0,00
80344	AA567951 a AA568150 /	17/02/2020	200	0,00
TOTALS SELOS:			1.250	0,00
SELO: 19 PAPEL DE NOTAS				
79204	AA017751 a AA017800 /	20/09/2019	50	0,00
TOTALS SELOS:			50	0,00
SELO: 20 FOLHA DE CERTIDÃO				
68399	AA937751 a AA937850 /	12/01/2018	100	0,00
68680	AA951151 a AA951250 /	26/01/2018	100	0,00
68757	AA955501 a AA955600 /	31/01/2018	100	0,00
69009	AA966751 a AA966850 /	19/02/2018	100	0,00
69258	AA978051 a AA978150 /	02/03/2018	100	0,00
69412	AA987151 a AA987250 /	12/03/2018	100	0,00
TOTALS SELOS:			600	0,00
TOTALS CARTÓRIO:				
			6.985	19.884,54
TOTALS GERAIS:				
			6.985	19.884,54

		<b>GUIA DE REQUISICÃO DE PAPEL DE SEGURANÇA</b>				<b>DATA</b> 15/04/2020	
		<b>REGISTRO CIVIL DE ÁGUA BRANCA</b>					
<b>CÓD.</b>	SERVENTIA					<b>Nº DA GUIA</b>	
<b>101</b>						<b>20</b>	
RECEBI A QUANTIDADE DE PAPEL DE SEGURANÇA CONFORME ABAIXO							
PAPEL	QUANTIDADE DE	NUMERAÇÃO			VALOR		
		INICIAL		FINAL			
CERTIDÃO	100	AA	594201	AA	594300	R\$ 16,00	
NOTAS	0	AA	0	AA	0	R\$ 0,00	
TOTAL	100					R\$ 16,00	



Arpen Alagoas

ASSINATURA DA ARPEN



### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça e outro

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também seria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Acontece que, observando-se a necessidade de acessar os documentos falsos para fins de averiguação de possível envolvimento do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), por meio de despacho de pp. 08/09, que acolheu o parecer de

M



### Extrajudicial Administrativo

pp. 06/07, foi determinada a expedição de ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando-lhe o envio dos documentos a que se refere o Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000.

6. Em resposta, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou as decisões proferidas no Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, acostadas às pp. 20/24 e 25/30 dos presentes autos, bem como os documentos de pp. 31/55.

7. Dos referidos documentos, extraiu-se que, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, apesar de não constar o nome da Serventia no campo "detalhamento da matrícula", consta a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

8. Assim, por meio de decisão de pp. 58/60, que acolheu o parecer de pp. 56/57, o eminente Corregedor-Geral da Justiça, Des. Fábio José Bittencourt Araújo, determinou a adoção das seguintes providências:

11. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 26/28, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **NOTIFIQUE-SE** a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e

(2) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decisor.

9. Em resposta de pp. 70/71, a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, apresentou os seguintes esclarecimentos:

Percebe-se ainda, em que pese não ter *expertise* para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca.

Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso das respectivas certidões são emitidos pela





### Extrajudicial Administrativo

gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA967751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a 951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2019); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA9780551 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA42751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa.

10. Junto à manifestação, a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, apresentou documentos comprobatórios de suas alegações às pp. 72/76.

### 11. É o relatório.

12. Pois bem. Diante dos esclarecimentos obtidos junto à Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, fez-se possível verificar que nenhum dos papéis de segurança por ela adquiridos possui a numeração correspondente àquelas usadas nas falsificações, quais sejam TR 001708846-E (p. 34), AA 001710023 – BRP (p. 42) e AA 00413771 MGP (p. 44), não havendo razão para se concluir por eventual extravio.

13. É válido registrar que, visando obter maiores informações sobre a forma como é feita a aquisição dos papéis de segurança, este Juiz Parecerista localizou o sítio eletrônico <https://www.papeldeseguranca.com.br/produto/4>, em que se constatou que a foto do produto



### Extrajudicial Administrativo

comercializado conta com a numeração de identificação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), evidenciando a possibilidade de que os falsificadores tenham utilizado as imagens obtidas da *internet* para perpetrar o crime.

14. Nesse contexto, por ora, não se vislumbra a participação da Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, para os falsos cometidos, contudo, entende-se necessária a comunicação das Autoridades competentes acerca do ocorrido, para que sejam adotadas as providências necessárias.

15. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de expediente ao Ministério Público do Estado de Alagoas, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que, em sendo o caso, adote as providências que entender necessárias, e solicitando-lhe que, após a conclusão a respeito das medidas a serem adotadas, seja comunicada esta CGJ/AL.

**16.OPINO**, outrossim, pelo envio de ofício ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito da resposta ofertada pela Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, bem como, acerca das providências tomadas.

### 17.É o parecer.

**18.À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.**

Maceió, 03 de agosto de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

---

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

**DECISÃO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000, relatando ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

2. Ademais, salientou que estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganés", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

3. Por fim, narrou que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

4. Na sequência, às fls. 08/09, preferi despacho acolhendo o parecer da Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE de fls. 06/07, determinando o encaminhamento de Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que, se fosse possível, enviasse a este Órgão estadual os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL".

5. Destarte, às fls. 20/30, a Corregedoria Nacional de Justiça encaminhou cópia das decisões proferidas nos autos do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000,

bem como os documentos de fls. 31/55.

6. Em parecer de fls. 56/57, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo "encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas". Ademais, sugeriu que seja enviado ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

7. Após, proferi decisão às fls. 58/60, determinando a notificação da Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Srª. Janilza Soares de Melo Lima, a fim de que esclarecesse a respeito do uso dos papéis de segurança em questão, na confecção das sobreditas certidões falsas, e a expedição de ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

8. Em resposta às fls. 70/71, a Srª. Janilza Soares de Melo Lima, Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), prestou as seguintes informações, *in verbis*:

"[...] Percebe-se ainda, em que pese não ter expertise para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca. Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso das respectivas certidões são emitidos pela gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA967751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a 951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2019); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA9780551 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA442751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do



ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa [...]” (sic, fl. 71).

9. Ao final, a Sr<sup>a</sup>. Janilza Soares de Melo Lima colacionou os documentos de fls. 72/76.

10. Por fim, às fls. 77/80, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo encaminhamento de expediente ao Ministério Público do Estado de Alagoas, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que, em sendo o caso, adote as providências que entender necessárias, solicitando-lhe que, após a conclusão das medidas porventura adotadas, esta CGJ/AL seja comunicada. Sugeriu, outrossim, o “envio de ofício ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito da resposta ofertada pela Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, bem como acerca das providências tomadas”.

#### 11. É o relatório, no essencial. Fundamento e decido.

12. De pronto, impende registrar a competência desta Corregedoria-Geral da Justiça, tal como órgão orientador, fiscalizador e disciplinador da atividade cartorária, nos termos do art. 63 do Provimento CGJ/AL n.º 16/2019 (Consolidação Normativa Notarial e Registral), *in verbis*:

Art. 63 – A fiscalização das serventias notariais e registrais será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária<sup>1</sup>, que delegará poderes 35 aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei Federal nº 8.935/2017.

Parágrafo único – A escolha poderá recair sobre o Juiz Diretor ou Superintendente do Foro da Comarca a que pertence o Serviço Notarial ou de Registro, sem prejuízo da atribuição do Corregedor-Geral da Justiça de delegar sua competência administrativa a qualquer outro juiz em exercício no Estado de Alagoas, nos termos da legislação acima referida. (Grifos aditados).

13. Pois bem. *In casu*, consoante relatado, a Corregedoria Nacional de Justiça noticiou a existência de possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de auxílio emergencial, indicando, ainda, de acordo com a

<sup>1</sup> Art. 41. Compete ao Corregedor-Geral da Justiça dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina das atividades jurisdicionais e auxiliares da justiça, com jurisdição abrangente de todo o território estadual.

documentação fornecida pela Receita Federal, que o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) teria possível participação na fraude.

14. Diante desse cenário, este Órgão Censor adotou as medidas cabíveis, no sentido de esclarecer se as certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51 são, de fato, falsificadas, bem como de verificar o envolvimento da Tabeliã Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL nos fatos noticiados.

15. Com efeito, depreende-se da manifestação apresentada pela Sr<sup>a</sup>. Janilza Soares de Melo Lima, Tabeliã Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), que nenhum dos papéis de segurança por ela adquiridos possui a numeração correspondente àquelas usadas nas falsificações, quais sejam, TR 001708846-E (fl. 34), AA 001710023 – BRP (fl. 42) e AA 00413771 MGP (fl. 44), não havendo razão para se concluir por eventual extravio.

16. Por outro lado, o Magistrado parecerista, visando obter maiores informações sobre a forma como é feita a aquisição dos papéis de segurança, "localizou o sítio eletrônico <https://www.papeldeseguranca.com.br/produto/4>, em que se constatou que a foto do produto comercializado conta com a numeração de identificação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), evidenciando a possibilidade de que os falsificadores tenham utilizado as imagens obtidas da internet para perpetrar o crime" (*sic*, fls. 79/80).

17. Nesse sentido, por ora, não vislumbro a participação da atual Tabeliã Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) nos fatos narrados. Não obstante, entendo que as evidências apontadas nestes autos são suficientes para se constatar a falsidade da documentação de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, sendo pertinente a sugestão do Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL no sentido de que o Ministério Público do Estado de Alagoas seja instado, haja vista os fatos narrados nestes autos indicarem a configuração, em tese, de crime contra a fé pública, na modalidade "falsificação de

documento público", contida no art. 297 do Código Penal<sup>2</sup>.

18. Outrossim, considerando que a notícia trazida aos presentes autos indica que possível associação criminosa vem utilizando as certidões de nascimento possivelmente falsificadas, para fins de percepção indevida de benefício federal (Auxílio Emergencial), entendendo que o Ministério Público Federal também deverá ser oficiado para, querendo, no âmbito de suas atribuições, apurar os fatos narrados no presente feito.

19. Além disso, tratando-se de certidões que podem vir a ser usadas para os mais diversos fins, prudente o envio de ofício circular aos Cartórios e Juízes Corregedores Permanentes do Estado de Alagoas, assim como às Corregedorias-Gerais de Justiça do Distrito Federal e de todos os Estados da Federação, também para noticiar a respeito de fortes evidências de fraude nos documentos de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51.

20. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 77/80, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **EXPEÇA-SE** ofício ao Ministério Público Federal e à Procuradoria-Geral de Justiça, com cópia dos presentes autos, a fim de apurar, no âmbito de suas atribuições, os fatos ora narrados, os quais conduzem à existência de fraude nas certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, e possível ocorrência do delito previsto no art. 297 do Código Penal (Falsificação de Documento Público). Outrossim, deverão ambos os Órgãos, em nome do princípio da cooperação, constante no art. 6º do CPC/2015<sup>3</sup>, **no prazo de 30 (trinta) dias, informar** a esta Corregedoria-Geral da Justiça se

<sup>2</sup> **Falsificação de documento público.** Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa. § 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte. § 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular. § 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir: I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório; II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita; III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado. § 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

<sup>3</sup> Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.



### Gabinete do Corregedor

alguma medida foi adotada com o fito de apurar a fraude em evidência, notadamente se as providências porventura tomadas indicam a participação de alguma serventia extrajudicial do Estado de Alagoas, ou então de pessoa sujeita à fiscalização deste Órgão Censor;

(2) **EXPEÇA-SE**, anexando cópia dos presentes autos, **ofício circular** direcionado aos Cartórios Extrajudiciais do Estado de Alagoas e a **todos** os Juízes Corregedores Permanentes vinculados ao TJ/AL, bem como **ofício a todas as Corregedorias-Gerais dos Estados da Federação e, também, do Distrito Federal**, dando-lhes ciência da existência de fortes indicativos de fraude nas certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51;

(3) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente *decisum*; e por fim

(4) **EXPEÇA-SE** ofício à Receita Federal do Brasil, com cópia dos presentes autos, dando-lhe ciência das medidas até então adotadas por esta CGJ/AL, com relação às certidões de de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, as quais estariam sendo utilizadas pra fins de emissão de CPFs, com provável objetivo de recebimento de benefício federal.

21. Após, cumpridas todas as determinações, bem como decorrido o prazo assinalado no item "(1)", **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins.

22. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.

23. Utilize-se cópia da presente decisão como Ofício.

Maceió, 06 de agosto de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021846822

Nome original: Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

Data: 16/08/2021 20:42:52

Remetente:

Rosimere de Melo Alves

Serventia ExtraJudicial

Tribunal de Justiça de Alagoas

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Des. Corregedor-Geral da Justiça, Drº Fábio José Bittencourt,  
envio cópia dos Autos do processo nº 0000120-55.2021.8.02.0073 para ciência.



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
CHEFIA DE GABINETE  
Rua do Livramento, nº 384, Centro, Maceió/AL  
CEP: 57020-030 - Fone: (82) 4009-3784/3785

**Ofício nº. 313-284/2021.**

Em 01 de Fevereiro de 2021.

Protocolo

Assunto: Autuação.

Autue-se e registre-se no SAJ, no extrajudicial administrativo.

Insira-se o prazo do CNJ para 12/02/2021.

Após, encaminhe-se à AEJ.


Atenciosamente,

**ROSEANA CELISTRE MACHADO**  
**CHEFE DE GABINETE DA CORREGEDORIA**

Lista de Anexos:

[20210201165523\\_scan-2021-02-01-16-50-34-115.pdf](#)

DESPACHO    DESPACHAR    RESPONDER    IMPRIMIR    ARQUIVAR    VOLTAR

-                    

☒ Ofício

## CERTIDÃO

Autos: 0000120-55.2021.8.02.0073

Classe: Processo Administrativo

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:  
**ANEXAR DECISÃO COMPLETA.** .  
Maceió, 02 de fevereiro de 2021.

Jadilene dos Santos Lima Alves



### Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000

Requerente: RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### DESPACHO

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a RECEITA FEDERAL afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

No documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento;





### **Conselho Nacional de Justiça**

o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

É o relatório.

Diante do narrado pela RECEITA FEDERA DO BRASIL, é necessária a apuração de eventual violação dos deveres funcionais pelos delegatários ou interinos à frente das unidades extrajudiciais mencionadas.

Assim, com fundamento no artigo 18, combinado com o artigo 28, parágrafo único, ambos do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça, encaminhem-se os autos às Corregedorias-Gerais da Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para apuração dos fatos narrados no presente expediente. Solicitem-se informações, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca resultado das apurações.

Decorrido o prazo sem resposta, oficie-se cobrando informações quanto ao resultado das apurações.

Intimem-se.

Brasília, data registrada no sistema.

**Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07

## **CERTIDÃO**

**Autos: 0000120-55.2021.8.02.0073**

**Classe: Processo Administrativo**

**Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:  
Assinado por erro.  
Maceió, 09 de fevereiro de 2021.**

**Anderson Santos dos Passos**



### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Moraes e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também teria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Pois bem. Apesar do relato detalhado trazido pelo despacho de pp. 03/04, com a indicação da possível participação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS

M



### Extrajudicial Administrativo

00.188-3), tenho que a elucidação dos fatos dependerá da apreciação da documentação que deu causa à instauração do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, a fim de que se possa averiguar a conduta da aludida Serventia, bem como em que medida esta teria concorrido para a prática dos fatos narrados. Assim, entendo ser imprescindível o acesso à tal documentação para definir os caminhos da apuração dos fatos por esta Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas.

6. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de ofício ao CNJ, a fim de que sejam disponibilizados os documentos a que se refere o despacho de pp. 03/04, notadamente, os CPFs e certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Registro Civil de

Notas de Água Branca/AL.

### 7. É o parecer.

8. À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.

Maceió, 09 de fevereiro de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça



Autos n.º 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### **DESPACHO**

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corregedora-Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000.

2. Em suma, fls. 03/04, a Corregedoria-Nacional relata ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de Benefício Federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

3. Ainda de acordo com referido órgão, estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganés", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

4. Por fim, relata-se que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

5. Às fls. 06/07, o Juiz auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, ofertou Parecer, opinando no sentido de que seja enviado ofício ao CNJ, para que aquele órgão disponibilize os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, quais sejam, CPFs e certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Registro Civil de Notas da Comarca de Água Branca/AL.

6. Pois bem. A Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, no art. 22, traz a possibilidade de responsabilização, independentemente de culpa ou dolo, dos Oficiais de



Gabinete do Corregedor

Registro, em procedimento que será distinto daquele que visa apurar a responsabilidade criminal, *in verbis*:

Art. 28. Além dos casos expressamente consignados, os oficiais **são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos interessados no registro.**

Parágrafo único. A **responsabilidade civil independe da criminal** pelos delitos que cometerem.

(Gritos aditados).

7. *In casu*, o despacho de fls. 03/04 não veio acompanhado dos documentos nele mencionados, os quais estariam relacionados às supostas fraudes. E, a meu ver, é importante que a resolução da presente demanda perpassse pela análise da documentação atrelada às aparentes condutas fraudulentas e criminosas.

8. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a **DETERMINAR** que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". **Sobrevindo resposta** do Conselho Nacional de Justiça, **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação.

9. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se.

10. Após o cumprimento de todas diligências, retornem os autos conclusos.

Maceió, 10 de fevereiro de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 10/02/2021 20:51  
Página: 1

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0023/2021, encaminhada para publicação.

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a DETERMINAR que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". Sobre vindo resposta do Conselho Nacional de Justiça, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se. Após o cumprimento de todas diligências, retornem os autos conclusos."

Maceió, 10 de fevereiro de 2021.

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0023/2021, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 11/02/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 18/02/2021, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

15/02/2021 - Carnaval - Prorrogação  
16/02/2021 - Carnaval - Prorrogação  
17/02/2021 - Carnaval - Prorrogação

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a DETERMINAR que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". Sobrevindo resposta do Conselho Nacional de Justiça, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se. Após o cumprimento de todas diligências, retomem os autos conclusos."

Maceió, 11 de fevereiro de 2021.



Ofício nº 105/2021/GCCJ

Maceió, 11 de fevereiro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora  
**MINISTRA MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**  
**Corregedora Nacional de Justiça**  
Brasília/DF

**Assunto: Informações – Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073.**  
**Ref.: Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000**

Senhora Ministra Corregedora,

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do **Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.02.0000**, notadamente os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Respeitosamente,

  
**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
**Corregedor-Geral da Justiça**

*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD793.*



Conselho Nacional de Justiça  
PJe - Processo Judicial Eletrônico

12/02/2021

Número: 0010072-75.2020.2.00.0000

Classe: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Órgão julgador colegiado: Plenário

Órgão julgador: Corregedoria

Última distribuição : 03/12/2020

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Tabelionatos, Registros, Cartórios

Segredo de justiça? SIM

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/Interceiro vinculado
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)		
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)		
Documentos		Tipo
Id. Data da Assinatura		Documento
42565 29	12/02/2021 11:50	Informações

Senhora Ministra Corregedora,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, de ordem do Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, encaminho, anexo, Ofício nº 105/2021/GCGJ relativo ao Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000.

Respeitosamente,

Roseana Celistre Machado

Chefe de Gabinete

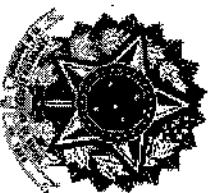
Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD793.

Assinado eletronicamente por: ROSEANA CELISTRE MACHADO - 12/02/2021 11:50:13  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnjl/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021211501383000000003849989>  
Número do documento: 21021211501383000000003849989





## Conselho Nacional de Justiça

### Comprovante de juntada de documento

#### Processo

Número do processo: 0010072-75.2020.2.00.0000

Órgão julgador: Corregedoria

Jurisdicção: CNJ

Classe: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Assunto principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) (10028) / Concessão / Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartório

Valor da causa: 0,00

Medida de urgência: Não

#### Partes

<b>REQUERENTE</b> - RECETA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)	<b>REQUERIDO</b> - CORREGEDORIA NA JUSTIÇA (REQUERIDO)
--	---

#### Outros interessados

Não existem outros interessados vinculados.

#### Assuntos

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) / Serviços (10028)  
 Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartórios (10083)

#### Documentos Protocolados

Documento	Tipo	Tamanho (t)
Informações	Informações	3,55
Ofício nº 105.2021.GCCGJ.pdf	Informações	31,35
Decisão Corregedor.120.55.2021	Informações	138,71



---

Chefia de Gabinete

---

**Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**

**CERTIDÃO**

Certifico que encaminhei o ofício nº 105/2021/GCGJ, acompanhado da cópia da decisão e demais informações referentes ao **Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**, através do PJE no portal eletrônico do CNJ, no **Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000**, em 12/02/2021. O referido é verdade e dou fé.

Maceió, 18 de fevereiro de 2021.

  
**ROSEANA CELISTRE MACHADO**  
Chefe de Gabinete da Corregedoria

*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD7B9.*





### **Conselho Nacional de Justiça**

**Autos:** PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000  
**Requerente:** RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL  
**Requerido:** CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### **DESPACHO**

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a requerente afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

Na documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JÚZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; o caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e



### Conselho Nacional de Justiça

ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

Diante do contexto fático narrado, solicitaram-se informações às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para que prestassem informações acerca do constante na inicial.

Foram prestadas informações nos Ids 4256530, 4288749 e 4293183.

É o relatório.

Quanto às informações requeridas, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas formulou o seguinte pedido (Id 4256530):

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, **notadamente os CPFs e as certidões de nascimento** que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Por seu turno, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo noticiou o seguinte:

Com a premente finalidade de apurar os aventados fatos, esta Corregedoria Geral da Justiça notificou as mencionadas serventias para esclarecerem o ocorrido e se existem em seus assentos certidões, quaisquer que sejam, em nome dos investigados "Anderson Ricardo da Silva", "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", "Marinaldo Pereira Moraes" e "Romeu Costa Paganes". Feitas essas considerações iniciais, consigno que a delegatária Titular do



### **Conselho Nacional de Justiça**

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras, Sr<sup>ª</sup>. Paula Cecília da Luz Rodrigues, uma vez comunicada sobre a certidão de nascimento apresentada por Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, um dos investigados pela Receita Federal (ARF), circunscrição na cidade de Colatina, providenciou o registro do boletim de ocorrência (15.7.2020 - nº 202007150472) diante da evidente falsificação do referido instrumento público, apontando as seguintes inconsistências:

[...]

1 - Não foi localizado nenhum registro de nascimento de Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, nascido aos 26/01/1990;

2 - O livro descrito no documento não reflete o registro verdadeiramente lavrado;

3 - No campo onde consta as informações de Livro nº A00140 - Folha 079 - Termo nº 006058, não utilizamos para estas informações em nossas certidões aqui emitidas, mas sim para o número de CPF do registrado;

4 - O selo eletrônico 021733.ZTD1501.03009 não fora utilizado em 2<sup>a</sup> via de certidão para o nome Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, mas sim em uma segunda via de outra pessoa.

5 - O sinal público de Geovana Santos da Cruz não condiz com a assinatura da mesma, tão pouco com o cadastrado na Central Nacional do Registro Civil - CRC;

6 - O carimbo constante como "Cartório Amorim" não é mais utilizado por esta serventia, desde a assunção da Delegação pela Oficial Paula Cecília da Luz Rodrigues.

[...].

Dito isso, ambas unidades extrajudiciais notificadas aduziram que não constam em seus assentos públicos nenhum registro em nome dos investigados citados, decerto que houve apenas esta constatação de falsificação do Sr. Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, eis que os documentos objurgados na investigação do pedido de providências CNJ nº 0010072-75.2020.2.02.0000 não foram encaminhados para esta Corregedoria Geral da Justiça. Centrando ao caso em questão, deduz-se o provável cometimento de crime de falsificação por parte dos investigados, não havendo outras providências ao alcance da CGJES para persecução



### **Conselho Nacional de Justiça**

administrativa, mormente pelo fato do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras (CNS 02.173.3) ter comunicado o ocorrido à autoridade policial competente.

E, por fim, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais informou sobre a impossibilidade de eventual punição à responsável pela serventia investigada, uma vez que a oficiala teria sido destituída do cargo, em função da revogação de sua nomeação. Confira-se:

Cuida-se de expediente proveniente do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, por meio do qual a Exma. Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, determina que seja apurada suposta violação dos deveres funcionais pelo Oficial Responsável pelo Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial de Luislândia, na Comarca de Brasília de Minas/MG, em face do alerta enviado pela Receita Federal do Brasil sobre possível ação de quadrilha, composta por Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes, os quais estão fazendo uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, com o objetivo de emissão de CPF e supostamente recebimento de auxílio emergencial. A Juíza Auxiliar da Corregedoria Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, Dra. Roberta Rocha Fonseca, após detida análise dos autos, sobretudo, dos esclarecimentos prestados pelo Oficial Interino do mencionado Ofício ressaltou que "no caso em análise, ainda que surjam eventuais indícios de conduta inadequada da antiga responsável Márcia Aparecida Queiroz Gonçalves, não há possibilidade de responsabilizá-la administrativamente por atos praticados durante seu exercício, tendo em vista que foi destituída de sua função, em razão da revogação de sua nomeação, quando foi efetivada a anexação provisória da serventia ao Ofício de Registro Civil de Brasília de Minas/MG". Ao final, sugeriu o seguinte: "Posto isso, opino que, caso a presente manifestação seja aprovada, seja encaminhado ofício à e. Corregedoria Nacional de Justiça, informando acerca dos fatos informados pela Diretora do Foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, MMª Juíza de Direito Solange Procópio Xavier, notadamente quanto à possibilidade de





### **Conselho Nacional de Justiça**

irregularidade do registro nº 109, f. 28 do Livro nº 4, referente ao Pedro da Gama Silva, figurando como declarante Angelo da Cruz Toledo, o qual não é pai ou avô de nenhum dos registrados, sendo possível que também não seja autêntico.

SUGERE-SE, ainda, que seja enviada cópia da presente manifestação, caso aprovada, em atendimento à determinação proferida no Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000." Ante o exposto, acolho a manifestação da Juíza Auxiliar Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, contida no evento 5168400, pelos seus próprios fundamentos. Proceda-se conforme sugerido.

Diante das informações colacionadas aos autos, determino que se oficie ao Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, solicitando o encaminhamento a esta Corregedoria Nacional de Justiça de cópia dos documentos solicitados pelo Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, bem como para que tome ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Na oportunidade, encaminhe-se ao Órgão da Receita Federal supracitado cópia integral destes autos.

Sobreste-se o presente pedido de providências por 60 (sessenta) dias, no aguardo de manifestação pela parte requerente.

Intimem-se e cumpra-se.

Brasília, data registrada nos autos.

**Ministra MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07



### Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000

Requerente: RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### DESPACHO

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a RECEITA FEDERAL afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

Na documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e



### **Conselho Nacional de Justiça**

ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

Diante do contexto fático narrado, solicitaram-se informações às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para que prestassem informações acerca do constante na inicial.

Foram prestadas informações nos Ids 4256530, 4288749 e 4293183.

Quanto às informações requeridas, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas formulou o seguinte pedido (Id 4256530):

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Por seu turno, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo noticiou o seguinte:

Com a premente finalidade de apurar os aventados fatos, esta Corregedoria Geral da Justiça notificou as mencionadas serventias para esclarecerem o ocorrido e se existem em seus assentos certidões, quaisquer que sejam, em nome dos investigados "Anderson Ricardo da Silva", "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", "Marinaldo Pereira Moraes" e "Romeu Costa Paganes". Feitas essas considerações iniciais, consigno que a delegatária Titular do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras,



### **Conselho Nacional de Justiça**

Sr<sup>a</sup>. Paula Cecília da Luz Rodrigues, uma vez comunicada sobre a certidão de nascimento apresentada por Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, um dos investigados pela Receita Federal (ARF), circunscrição na cidade de Colatina, providenciou o registro do boletim de ocorrência (15.7.2020 - nº 202007150472) diante da evidente falsificação do referido instrumento público, apontando as seguintes inconsistências: [...] 1 - Não foi localizado nenhum registro de nascimento de Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, nascido aos 26/01/1990; 2 - O livro descrito no documento não reflete o registro verdadeiramente lavrado; 3 - No campo onde consta as informações de Livro nº A00140 - Folha 079 - Termo nº 006058, não utilizamos para estas informações em nossas certidões aqui emitidas, mas sim para o número de CPF do registrado; 4 - O selo eletrônico 021733.ZTD1501.03009 não fora utilizado em 2ª via de certidão para o nome Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, mas sim em uma segunda via de outra pessoa. 5 - O sinal público de Geovana Santos da Cruz não condiz com a assinatura da mesma, tão pouco com o cadastrado na Central Nacional do Registro Civil - CRC; 6 - O carimbo constante como "Cartório Amorim" não é mais utilizado por esta serventia, desde a assunção da Delegação pela Oficial Paula Cecília da Luz Rodrigues. [...] Dito isso, ambas unidades extrajudiciais notificadas aduziram que não constam em seus assentos públicos nenhum registro em nome dos investigados citados, decerto que houve apenas esta constatação de falsificação do Sr. Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, eis que os documentos objurados na investigação do pedido de providências CNJ nº 0010072-75.2020.2.02.0000 não foram encaminhados para esta Corregedoria Geral da Justiça. Centrando ao caso em questão, deduz-se o provável cometimento de crime de falsificação por parte dos investigados, não havendo outras providências ao alcance da CGJES para persecução administrativa, mormente pelo fato do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras (CNS 02.173.3) ter comunicado o ocorrido à autoridade policial competente.

E, por fim, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais informou sobre a impossibilidade de eventual punição à responsável pela serventia





### **Conselho Nacional de Justiça**

investigada, uma vez que a oficiala teria sido destituída do cargo, em função da revogação de sua nomeação. Confira-se:

Cuida-se de expediente proveniente do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, por meio do qual a Exma. Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, determina que seja apurada suposta violação dos deveres funcionais pelo Oficial Responsável pelo Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial de Luislândia, na Comarca de Brasília de Minas/MG, em face do alerta enviado pela Receita Federal do Brasil sobre possível ação de quadrilha, composta por Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Moraes e Romeu Costa Paganes, os quais estão fazendo uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, com o objetivo de emissão de CPF e supostamente recebimento de auxílio emergencial. A Juíza Auxiliar da Corregedoria Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, Dra. Roberta Rocha Fonseca, após detida análise dos autos, sobretudo, dos esclarecimentos prestados pelo Oficial Interino do mencionado Ofício ressaltou que "no caso em análise, ainda que surjam eventuais indícios de conduta inadequada da antiga responsável Márcia Aparecida Queiroz Gonçalves, não há possibilidade de responsabilizá-la administrativamente por atos praticados durante seu exercício, tendo em vista que foi destituída de sua função, em razão da revogação de sua nomeação, quando foi efetivada a anexação provisória da serventia ao Ofício de Registro Civil de Brasília de Minas/MG". Ao final, sugeriu o seguinte: "Posto isso, opino que, caso a presente manifestação seja aprovada, seja encaminhado ofício à e. Corregedoria Nacional de Justiça, informando acerca dos fatos informados pela Diretora do Foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, MMª Juíza de Direito Solange Procópio Xavier, notadamente quanto à possibilidade de irregularidade do registro nº 109, f. 28 do Livro nº 4, referente ao Pedro da Gama Silva, figurando como declarante Angelo da Cruz Toledo, o qual não é pai ou avô de nenhum dos registrados, sendo possível que também não seja autêntico. SUGERE-SE, ainda, que seja enviada cópia da presente manifestação, caso aprovada, em atendimento à determinação proferida no Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000." Ante o exposto,



### **Conselho Nacional de Justiça**

acolho a manifestação da Juíza Auxiliar Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, contida no evento 5168400, pelos seus próprios fundamentos. Proceda-se conforme sugerido.

Diante das informações colacionadas aos autos, determinou-se que se oficiasse ao Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, solicitando o encaminhamento a esta Corregedoria Nacional de Justiça de cópia dos documentos solicitados pelo Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, bem como para que tomasse ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Na oportunidade, encaminhou-se ao Órgão da Receita Federal supracitado cópia integral destes autos.

O presente pedido de providências foi sobrestado por 60 (sessenta) dias, no aguardo de manifestação pela parte requerente.

Sobrevieram informações nos Id. 4374026 a 4374031.

É o relatório.

No id. 4374027, o Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal em Vitória tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Além disso, encaminhou os documentos requeridos pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

Ante o exposto, determino que se encaminhem cópias dos documentos contidos nos Ids. 4374028, 4374029, 4374030 e 4374031, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, para análise eventuais providências que reputar cabíveis, no âmbito de sua competência.

No mais, determino o sobrestamento do corrente feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no aguardo das apurações a serem realizadas pela CGJ-AL.

Com o transcurso do prazo, intime-se a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas para que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste informações, acerca do apurado, a esta Corregedoria Nacional de Justiça.



**Conselho Nacional de Justiça**

Intimem-se.

Cumpra-se.

Brasília, data registrada no sistema.

Ministra **MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07





Senhora Corregedora Nacional de Justiça

Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente, informo que o Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória/ES - NUPEI07 - tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e aproveito para

agradecer a atenção e o pronto atendimento por parte da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em anexo, constam cópias dos documentos repassados ao NUPEI07 pela Agência de Colatina e que serviram de base para as pesquisas, visando atender solicitação do Corregedor-Geral de

Justiça do estado de Alagoas

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031958400000003957992>  
Número do documento: 21053114031958400000003957992



OFÍCIO Nº VT20210025 -RFB/Copei/Nupeivt

Protocolo NUPEIVT2021000058

Vitória, 19 maio de 2021.

À Senhora  
Maria Thereza Rocha de Assis Moura  
Corregedora Nacional de Justiça  
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6  
CEP: 70070-600 – Brasília/DF

**Assunto:** Responde Intimação - Pedido de Providências - 0010072-75.2020.2.00.0000

Senhora Corregedora Nacional de Justiça

Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente, informo que o Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória/ES - NUPEI07 - tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e aproveitou para agradecer a atenção e o pronto atendimento por parte da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em anexo, constam cópias dos documentos repassados ao NUPEI07 pela Agência de Colatina e que serviram de base para as pesquisas, visando atender solicitação do Corregedor-Geral de Justiça do estado de Alagoas

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)  
Patrícia Tavares de Lima  
Chefe do Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória



Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1333, 7 º andar, Ala Leste, Ilha de Santa Maria CEP. 29051-015 – Vitória-ES  
27-3232-3567  
<http://rfb.gov.br>



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS			
<b>CERTIDAO DE NASCIMENTO</b>			
NOME: <b>ANDERSON RICARDO DA SILVA</b>		MATRÍCULA: <b>0246610155 1980 1 00398 037 0168508 22</b>	
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO Ao nove (09) de setembro (09) de mil novecentos e oitenta (1980)		DIA: 09 MÊS: 09 ANO: 1980	
HORA DO NASCIMENTO 20:40		MUNICÍPIO DE NASCIMENTO/UNIDADE DA FEDERAÇÃO Ribeirão das Neves/MG	
MUNICÍPIO DE REGISTRO / UF Vitória-ES		LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Municipal São Judas tadeu, Ribeirão das Neves-MG	
FILIAÇÃO MARIA BARBOSA DA SILVA			
AVÓS Avós Maternos: Silvano Ribeiro da Silva e Elizabeth Barbosa da Silva			
GÊMEOS Não			
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO Aos dezasseis (16) dias do mês de janeiro (01) do ano de mil novecentos e oitenta (1980)		NÚMERO DA DNV (RECUAÇÃO DE NASCIMENTO) ////////////////	
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES			
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé Vitória-ES 12 de julho de 2018			
<b>CARTÓRIO SARLO</b> Oficial e Tabelião: Comarca de Vitória Av. N. S. da Penha 549, Lj 1, Ed. Wilma Santa Lúcia - Vitória - ES Tel. (27) 2424-9500 www.cartoriosarlo.com.br		Elaine Fudcheller de Medeiros Escrevente	
Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Selo Digital de Fiscalização 024661.WFN1807.32389			
Emolumentos: R\$ 25,19 Taxas: R\$ 7,52 Total: R\$ 32,71 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br			
ELAINE 2ª VIA			







Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpccnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Carta de Autenticidade Administrativa

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matricula 0018830155 1987 1 0003 950 0000533 31  
Padrão aaaaaabbcc ddd\_ e ffff ggg hhhhhh ii

DETALHAMENTO

aaaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia

(identificação única do cartório)

bb (01) Código do Acervo, sendo:

01 - Acervo Proprio

Outros - Acervos Incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:  
55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano do Registro

e (1) Tipo de livro, sendo:

1: Livro A (Nascimento)

2: Livro B (Casamento)

3: Livro B Auxiliar (Registro de

casamento religioso para São João)

4: Livro C (Óbito)

5: Livro C Auxiliar (Registro de Malesmortes)

6: Livro D (Registro de Proximidade)

7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil)

ffff (0003) Número do livro

ggg (050) Número da folha

hhhhhhh (0000533) Número do Termo

ii (31) Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

PIR-2205  
ASSINATURA DO DIRETOR  
JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ  
Cópia autenticada administrativamente

DATA DE NASCIMENTO: 9/9/1980  
NASC. LV-398 FL-37  
RIBEIRAO DAS NEVES-MG  
NATURAIDADE  
FILIAÇÃO  
NOME  
ANDERSON RICARDO SA SILVA  
MG-8.733.060  
REGISTRO  
GERAL  
DATA DE  
EXPIÇÃO: 20/06/2018  
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2. VIA



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		TITULO ELEITORAL		IDENTIFICACAO BIOMETRICA	
NOME DO ELEITOR		ANDERSON RICARDO DA SILVA			
DATA DE NASCIMENTO		09/09/1980		Nº INSCRICAO	
2246 2762 0272		035		0301	
MUNICIPIO / UF		BELO HORIZONTE/MG		DATA DE EMISSAO	
07/02/2020		JUIZ ELEITORAL			

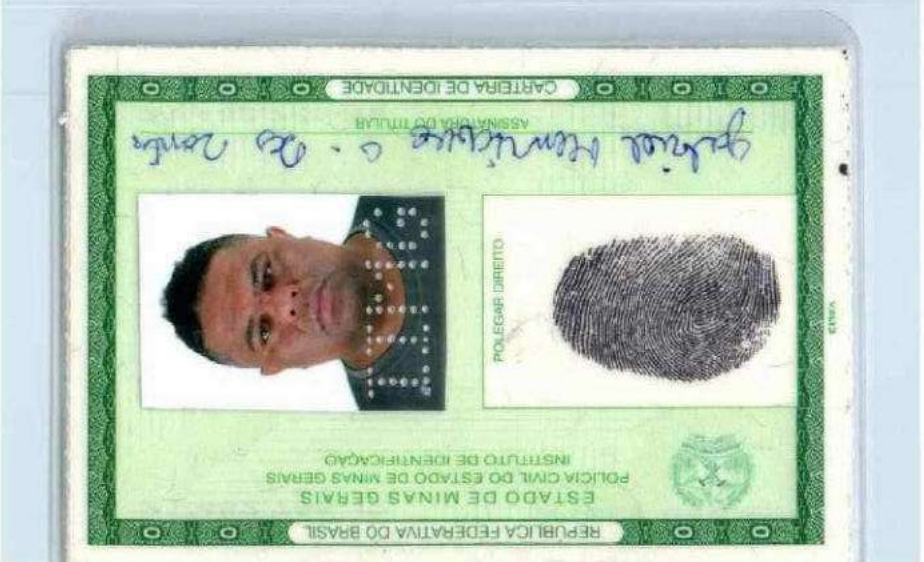
Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031984500000003957994>  
Número do documento: 21053114031984500000003957994



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REGISTRO GERAL	MG-9.145.702	DATA DE EXPEDIÇÃO	24/10/2019
GABRIEL HENRIQUE O. DOS SANTOS			
JOAO PEREIRA DOS SANTOS			
VERA LUCIA OLIVEIRA DOS SANTOS			
NATURALIDADE	MONTES CLAROS-MG	DATA DE NASCIMENTO	26/1/1990
DOC ORIGEM	NASC. LV-140 FL-79		
VITORIA-ES			
PIR-2205		LEITICIA BAPTISTA GAMBOSGE REIS ASSINATURA DO DIRETOR	2.VIA
LEI Nº7.116 DE 29/08/83			



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS		
<b>CERTIDÃO DE NASCIMENTO</b>		
NOME: <b>GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS</b>		
MATRÍCULA: <b>02173301 55 1990 1 00140 079 0060658 72</b>		
Livro nº A 00140 - Folha 079 - Termo nº 0060658		
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO		
Aos vinte e seis (26) dias do mês de janeiro (01) do ano de mil novecentos e noventa.	DIA 26	MÊS 01
		ANO 1990
HORA 19:50	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Montes Claros/MG	
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO		
Vitória/ES	LOCAL DE NASCIMENTO Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros/MG	SEXO Masculino
FILIAÇÃO		
JOÃO PEREIRA DOS SANTOS		
VERA LÚCIA OLIVEIRA DOS SANTOS		
AVÓS		
Paternos: EFIGÊNIO DOS SANTOS e RAIMUNDA DOS SANTOS		
Materos: JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA e MARIA SOARES OLIVEIRA		
GÊMEO NÃO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)	
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO	NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO	
Doze (12) dias do mês de março (03) do ano de mil novecentos e noventa (1990)		
OBSERVAÇÕES / AVERSAÇÕES		
Selo Digital de Registro: 021733.ZTD1501.03009 Nada mais foi declarado		
ANOTAÇÕES DE CADASTRO		
Não consta nenhuma anotação de cadastro.		
<b>CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO</b>		
<b>GOIABEIRAS</b>		
Oficial: <b>Paula Cecília Luz Rodrigues</b>		
Av. Antônio Fernandes Coelho, 1850, Loja 8, Ed. Mud Street, Jardim da Penha, Vitória-ES, Tel. (27) 3019-0049 cartoriogoiabeiras@arpenbrasil.com.br		
<b>Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo</b>		
<b>Selo Digital de Fiscalização</b>		
<b>021733.ZTD1501.03009</b>		
<b>Emolumentos: 27,01 Taxas: R\$ 8,11 Total: R\$ 35,12</b>		
Consulte autenticidade em <a href="http://www.lfes.jus.br">www.lfes.jus.br</a>		
		
		
Geovanna Santos da Cruz Escritorante Autorizada		
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe Vitória-ES 31 de janeiro de 2020.		

ARPENBRASIL



AA 001710023 BRP





Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Carta de Identificação Administrativa

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA			
Matricula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31	ce (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais
Padrão	aaaaaabccc ddd.. e ffff ggg hhhhhh ii	ffff (0003)	Número do livro
DETALHAMENTO			
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (Identificação Única do cartório)	ggg (050)	Número da folha
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados	hhhhhh (0000533)	Número do Termo
		ii (31)	Digito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



## NOI 150

*Neda consta*

100

MATTHEW

0447276155 1964 1 00104 028 0000110 61

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

quinze de julho de mil novecentos e cinquenta e dois

MORRIS

## NATURAL IDIOMS

XXXXX

LUISLANDIA-MG

EM DOMICILIO. NESTE DISTRITO DE LUISLÂNDIA,

SEXO

## FILIAÇÃO

AGUINALDO CARVALHO MORAIS,  
AMANDA PEREIRA REIS

24/05

LUCIANO MORAIS LIMA e JULIANA LIMA CARVALHO  
ARMANDO PEREIRA REIS e JULIA PEREIRA DOS SANTOS

OSI MODEL

NONTE E MATRICULA DO(S) GÊMEOS(S)

NAC

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

dezessete de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro

AVERBACH DEBRANDTALLOY'S &amp; ASSOCIATES

NUMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO: XXXXXXXXXX

MAO HÁ

INSTRUCIONES DE CALADRO

Tipo de Documento	Número	Data Expediente	Órgão Expedidor	Data de Validez
RG	---	---	---	---
PIS/NIIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cadastro Nacional de Saúde	---	---	---	---

Tipo de Documento	Número	Zona de Atuação	Município	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---

CPF Residência	Grupo Sanguíneo
---	---

45. Mulheres de qualquer idade não dispõem a parte interessada de apresentação do documento original, que, em caso de não ser apresentado, o candidato solicitante ou quem dele necessitar deve identificá-lo de seu portador.

Cartório de Registro Civil  
Origem: MARCIA APARECIDA QUEIROZ GONÇALVES  
RUA ZEZE ROCHA, 268 CENTRO  
LUSILÂNDIA-MG (36)9627-8017

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé  
LUIZLANDIA-MG, 09 de março de 2018.

Assinatura do Oficial Substituto

Deise Tatiele Ferreira de Araújo  
Oficial Substituta

Officiala Substituata

Cartório de Registro Civil e Notas  
CNPJ 21.213.088/0001-40  
Márcia A. Queiroz Gonçalves  
Oscara  
Luzimanta - MG  
Comarca de Brasília de Minas - MG

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=210531140320270000000003957996>

Número do documento: 21053114032027000000003957996





Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Prova de autenticação administrativa

<b>DETALHAMENTO DA MATRÍCULA</b>			
Matrícula	0018830155 1987 1 0103 050 000533 31	cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:	ffff (0003) Número do livro
Padrão	aaaaabbcc dddd e fff ggg hhhhhh ii	55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais	ggg (050) Número da folha
<b>DETALHAMENTO</b>		dddd (1987) Ano de Registro	hhhhhhh (000533) Número do Termo
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)	e (1) Tipo de livro, sendo:	ii (01) Dígito Verificador
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados	1: Livro A (Nascimento) 2: Livro B (Casamento) 3: Livro B Auxiliar (Registros de casamento religioso para fins civis) 4: Livro C (Óbito) 5: Livro C Auxiliar (Registro de Nascimento) 6: Livro D (Registro de Separação) 7: Livro E (Documentos relativos ao Registro Civil)	

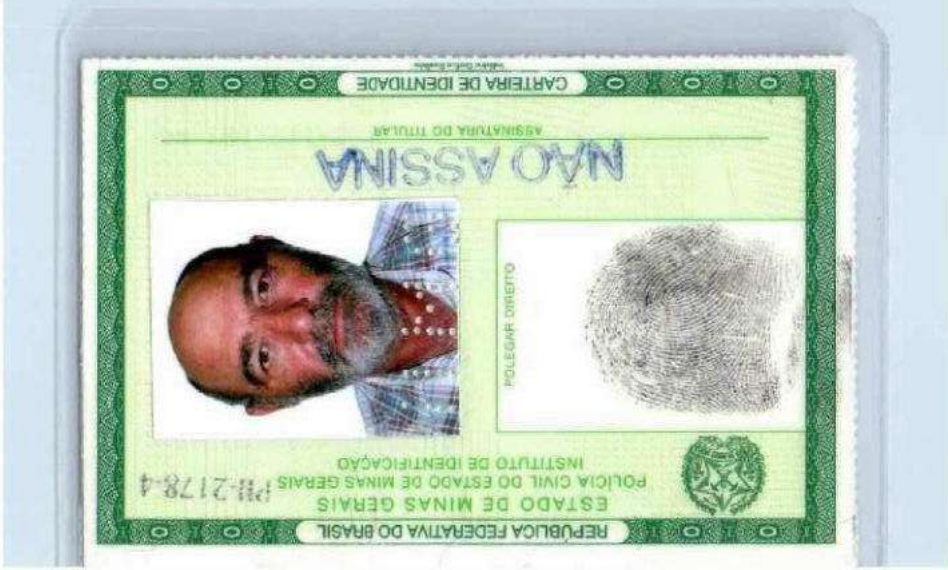
Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996



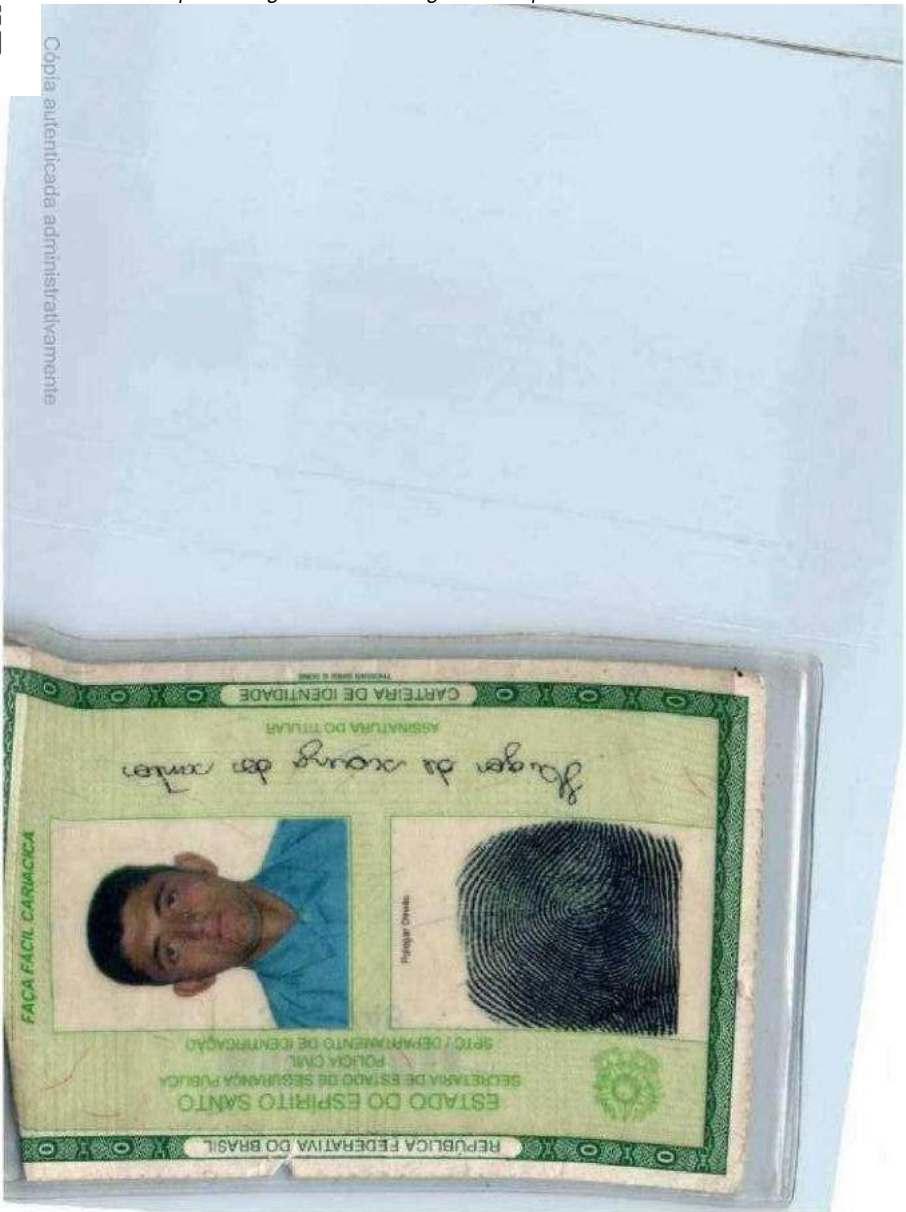
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REGISTRO GERAL	MG-23.791.489	DATA DE EXPEDIÇÃO	17/07/2020
NOME	MARINALDO PEREIRA MORAIS		
AVULSAÇÃO	AGUINALDO CARVALHO MORAIS		
	AMANDA PEREIRA REIS		
NATURALIDADE	BRASILIA DE MINAS-MG	DATA DE NASCIMENTO	15/7/1952
DOC. ORIGEM	NASC. LV-4 FL-28		
	LUISLANDIA-MG		
PII-2178	LETICIA BAPTISTA GAMBOGE REIS DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	1. VIA	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/plecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro Civil - MG  
Selo Digital: BWU83212 - Cod. Seg: 6012 3052 9882 0816 - Cod. e  
Quantidade (dois) al(s) Praticado(s): 1 (7801) - Eml: R\$ 29,82  
Tx Jud: R\$ 8,02 - Total: R\$ 35,84  
Consulte a validade no site: <https://seios.tjmg.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME  
ROMÉU COSTA PAGANES

CPF  
Nada consta

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO  
quinze de abril de mil novecentos e cinquenta e dois  
044/720455 1944 001 04 027 0000108 28  
DATA, MES, ANO  
15/04/1952

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO  
LUISLÂNDIA-MG  
BRASILIA DE MINAS - MG  
LOCAL MUNICÍPIO DE V. SO. JENTO E UF  
EM DOMICÍLIO NESTE DISTRITO DE LUISLÂNDIA  
BRASILIA DE MINAS - MG  
SEXO  
masculino

FILIAÇÃO  
CARLOS DIAS PAGANES,  
NEUSA COSTA PAGANES.

AVÓS  
PEDRO PAGANES DIAS e MARIA PAGANES TEIXEIRA  
JULIO COSTA CASTRO e MARIA COSTA SOARES  
GÊNERO  
NÃO

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO  
dezessete de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro  
NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO  
NÃO HÁ  
ATUALIZAÇÕES/ANOTAÇÕES A ADICIONAR

ANOTAÇÕES DE CASAMENTO				
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXERCÍCIO	ORÇÃO EXPEDIENTE	DATA DE VALIDADE
RG	---	---	---	---
PIS/INS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	2ª EMISSÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
CEP Residencial	---	---	Grupo Sanguíneo	---

Cartório de Registro Civil  
Oficial MARCIA APARECIDA QUEIROZ GONCALVES  
RUA ZEZE ROCHA, 266 CENTRO  
LUISLÂNDIA-MG, (38)9827-8717

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.  
LUISLÂNDIA-MG, 09 de março de 2018.

Assinatura do Oficial/Substituto

*[Assinatura]*

Drise Tatielle Ferreira de Azevedo  
Oficial Substituto



RECIVIL AA 004137735 MG-P



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.





Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



FSC  
Certificado de  
Origem  
Controlado  
FSC C015673  
FSC - Certificação  
Administrativa

#### DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula 0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31  
Padrão aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhh ii

#### DETALHAMENTO

aaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia  
(identificação única do cartório)  
bb (01) Código do Arquivo, sendo:  
01 - Arquivo Próprio  
Outros - Arquivos incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:  
55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano do Registro

e (1) Tipo do livro, sendo:

- |  |  |
|--|--|
| 1: Livro A (nascimento)  | 4: Livro C (óbito)                                   |
| 2: Livro B (casamento)   | 5: Livro D Auxiliar (Registro de Matrimônios)        |
| 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para Cas Civil) | 6: Livro E (Registro de Proenhas)                    |
|  | 7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil) |

fff (0003) Número do livro

ggg (050) Número da folha

hhhhhh (0000533) Número do Termo

ii (31) Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

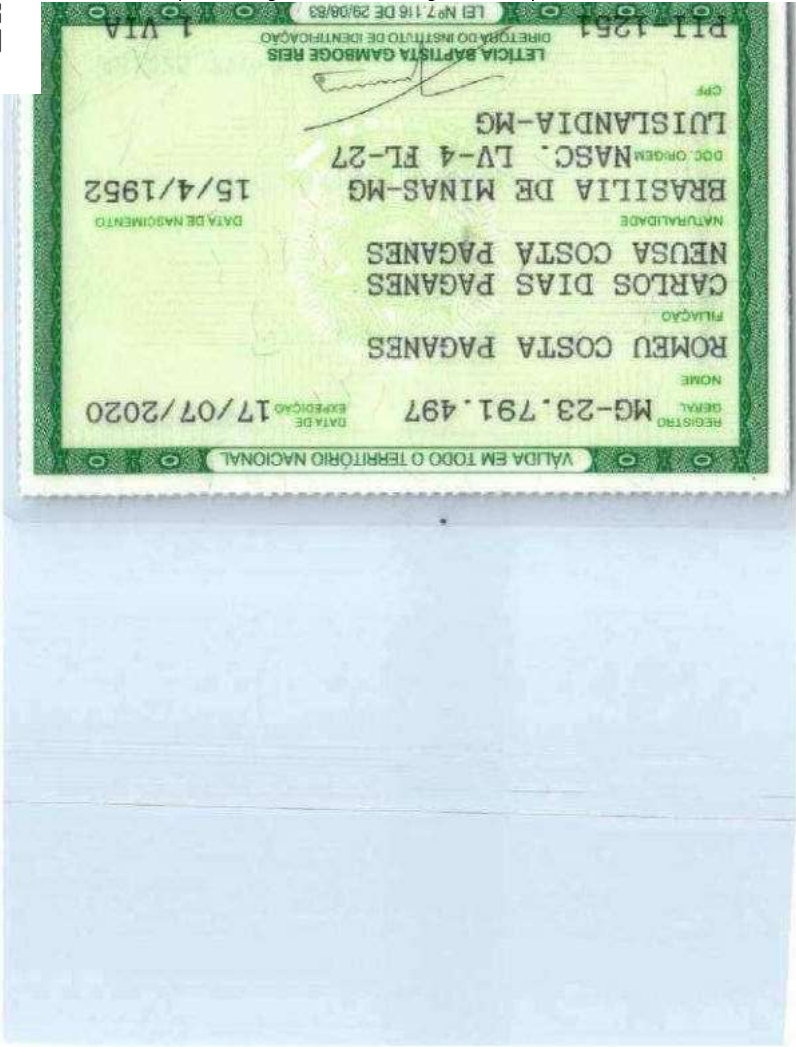


Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.*

[illegible]









### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça e outro

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também teria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Acontece que, observando-se a necessidade de acessar os documentos falsos para fins de averiguação de possível envolvimento do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), por meio de despacho de pp. 08/09, que acolheu o parecer de

M



### Extrajudicial Administrativo

pp. 06/07, foi determinada a expedição de ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando-lhe o envio dos documentos a que se refere o Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000.

6. Em resposta, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou as decisões proferidas no Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, acostadas às pp. 20/24 e 25/30 dos presentes autos, bem como os documentos de pp. 31/55.

7. Dos referidos documentos, extrai-se que, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, apesar de não constar o nome da Serventia no campo "detalhamento da matrícula", consta a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

8. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas.

9. Após o encaminhamento da resposta pela Interina Responsável, **OPINO** pelo envio de ofício-resposta ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito das providências tomadas.

### 10.É o parecer.

**11.À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.**

Maceió, 16 de julho de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

---

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### DECISÃO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000, relatando ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

2. Ademais, salientou que estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganese", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

3. Por fim, narrou que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

4. Na sequência, às fls. 08/09, preferi despacho acolhendo o parecer da Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE de fls. 06/07, determinando o encaminhamento de Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que, se fosse possível, enviasse a este Órgão estadual os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL".

5. Destarte, às fls. 20/30, a Corregedoria Nacional de Justiça encaminhou cópia das

decisões proferidas nos autos do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, bem como os documentos de fls. 31/55.

6. Por fim, em parecer de fls. 56/57, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo "encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas". Ademais, sugeriu que seja enviado ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

#### **7. É o relatório, no essencial. Fundamento e decidido.**

8. *In casu*, consoante relatado, a Corregedoria Nacional de Justiça noticia a existência de possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de auxílio emergencial, indicando, ainda, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, que o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) teria possível participação na fraude.

9. Destarte, depreende-se da documentação de fls. 20/55 que, apesar de não constar o nome da serventia no campo "detalhamento da matrícula", há a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51.

10. Diante desse cenário, cabe a este Órgão Censor o dever de investigar a respeito da integridade da documentação de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51 e o suposto envolvimento da Tabela Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL nos fatos noticiados.

11. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 26/28, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **NOTIFIQUE-SE** a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e

(2) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por





Gabinete do Corregedor

---

esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente *decisum*.

12. Após, **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins.

13. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.

Maceió, 21 de julho de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 21/07/2021 14:11  
Página: 1

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0145/2021, encaminhada para publicação.

Requerente  
Conselho Nacional de Justiça

Forma  
D.J

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOLHO o parecer de fls. 26/28, DETERMINANDO a adoção das seguintes providências: (1) NOTIFIQUE-SE a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e (2) EXPEÇA-SE ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decisor. Após, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se. Maceió, 21 de julho de 2021. Des. Fábio José Bittencourt Araújo Corregedor-Geral da Justiça"

Maceió, 21 de julho de 2021.

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 22/07/2021 10:34  
Página: 1

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0145/2021, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 22/07/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 26/07/2021, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer de fls. 26/28, DETERMINANDO a adoção das seguintes providências: (1) NOTIFIQUE-SE a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e (2) EXPEÇA-SE ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decism. Após, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se. Maceió, 21 de julho de 2021. Des. Fábio José Bitencourt Araújo Corregedor-Geral da Justiça"

Maceió, 22 de julho de 2021.



*Poder Judiciário*

**Malote Digital**

Impresso em: 23/07/2021 às 09:55

**RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO**

**Código de rastreabilidade:** 8022021831545

**Documento:** Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

**Remetente:** Serventia ExtraJudicial ( Rosimere de Melo Alves )

**Destinatário:** 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil - Água Branca - 1883 ( TJAL )

**Data de Envio:** 23/07/2021 09:51:52

**Assunto:** De ordem do Exmo. Juiz Auxiliar da CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, envio Decisão e docs. dos autos do Proc nº 0000120-55.2021.8.02.0073, para ciência e adoção das providências cabíveis. Na resposta, reportar o nº do proc acima





**Divisão de Processos Disciplinares**

Rua do Livramento, 384, Centro - CEP 57000-000, Maceió-AL  
Telefone: (82) 4009 3824 e E-mail: dpdcgj@tjal.jus.br

**Ofício nº 813/2021/GCCJ****Maceió – AL, 23 de julho de 2021.**

A Sua Excelência a Senhora  
**MINISTRA MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**  
**Corregedora Nacional de Justiça**  
Brasília/DF

**Assunto: Informações – Processo Administrativo SAJ n.º 0000120-55.2021.8.02.0073.**

*Ref.: Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.00.0000*

Senhora Ministra Corregedora,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia do *decisum* proferido nos autos do **Processo Administrativo SAJ n.º 0000120-55.2021.8.02.0073**, instaurado nesta Corregedoria Geral da Justiça em razão dos fatos narrados no **Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.00.0000**, relatando a "existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, in *casu*, Auxílio Emergencial", a fim de atualizar esse Órgão censor a respeito das providências adotadas por este Órgão Estadual.

Sem outro assunto para o momento, subscrevo-me.

Respeitosamente,

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*



# Conselho Nacional de Justiça

## Comprovante de juntada de documento

### Processo

Número do processo:	0010072-75.2020.2.00.0000
Órgão julgador:	Corregedoria
Jurisdicção:	CNJ
Classe:	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
Assunto principal:	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) (10028) / Concessão / Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartório
Valor da causa:	0,00
Medida de urgência:	Não

### Partes

REQUERENTE	REQUERIDO
- RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)	- CORREGEDORIA NA JUSTIÇA (REQUERIDO)

### Outros interessados

Não existem outros interessados vinculados.

### Assuntos

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) / Serviços (10028) Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartórios (10083)

### Documentos Protocolados

Documento	Tipo	Tamanho (KB)
Informações	Informações	3,55
Of. 813 CNJ	Informações	122,26
Decisão Corregedor	Informações	145,43

**Documento(s) juntado(s) por: ROSEANA CELISTRE MACHADO em 23/07/2021 13:37**



23/07/2021

Número: **0010072-75.2020.2.00.0000**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **03/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Tabelionatos, Registros, Cartórios**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4427998	23/07/2021 13:37	<a href="#">Informações</a>	Informações



Senhora Ministra Corregedora.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, de ordem do Desembargador Fábio José Bitencourt Araújo, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, encaminho, anexo, Ofício nº 813/2021/GCGJ relativo ao Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000.

Respeitosamente,

Roseana Celistre Machado

Chefe de Gabinete

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 50A0DBA.

Assinado eletronicamente por: ROSEANA CELISTRE MACHADO - 23/07/2021 13:37:47  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072313374677600000004007965>  
Número do documento : 21072313374677600000004007965



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 50EFCB6.

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021838020

Nome original: Resposta Autos 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

Data: 02/08/2021 22:10:28

Fimetele:

Janilza Soares de Melo Lima

2º Tabelionato de Notas e Registro Civil - Água Branca - 1883

TJAL

Foridade: Normal.

Modo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Resposta nos autos 0000120-55.2021.8.0073



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE ALAGOAS  
ÁGUA BRANCA – ALAGOAS  
SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
Rua Barão de Água Branca, 42, Centro – Água Branca – CEP: 57490-000  
(82) 99644-4752 E-mail: cartoriorciviliab@gmail.com

Água Branca, 29 de julho de 2021.

Ofício RCPN N.º 66/2021

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE ALAGOAS**

**Processo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**

**JANILZA SOARES DE MELO LIMA**, devidamente qualificada nos autos do processo disciplinar em epígrafe, por seu advogado, abaixo assinado, constituído nos termos da procuração já anexada, com escritório situado no rodapé da presente, local indicado para receber as intimações e notificações que se fizerem necessárias, vem perante Vossa Excelência apresentar **MANIFESTAÇÃO**, o que faz pelos motivos de fato e de direito que passa a aduzir adiante:

Houve o recebimento de notificação expedida por esta ínclita Corregedoria Geral de Justiça, no sentido de esclarecer a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas, tendo em vista que no verso do papel de segurança das certidões de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, consta o CNS do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

Constam nos versos das mencionadas certidões, supostamente o CNS do cartório requerente, vejamos:

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA	
Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaabbcc ddd_ e ffff ggg hhhhhh ii
DETALHAMENTO	
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados

**Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civi**



Percebe-se ainda, em que pese não ter *expertise* para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca.

Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso nas respectivas certidões são emitidos pela gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA937751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a AA951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2018); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA978051 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA442751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA 475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (19/12/2019); AA549301 a AA549500 (27/01/2020); AA567951 a AA568150 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa.

Desta feita, estas são as informações relevantes que se tinha a passar e a relatar sobre as mencionadas certidões, reafirmando que foi colocado indevidamente o CNS do cartório no verso das certidões, estando o cartório à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Água Branca/AL, 29 de julho de 2021.

  
**JANILZA SOARES DE MELO LIMA**

Oficiala Cartório de Registro Civil





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



ARPENALAGOAS

AA 908937



# DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaaahccc dddd e ffff ggg hhhhhhh ii
DETALHAMENTO	
aaaaa (00188-3)	Código Nacional de Serenata (identificação única do cartório)
bb (01)	Código de Arquivo, sendo: 01 - Arquivo Próprio Outros - Arquivos Incorporados

cc (55)	<p>                     Tipo do Serviço Prestado, sendo:                      55 - Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais                 </p>
dd (1987)	Ano do Registro
e (1)	<p>                     Tipo do livro, sendo:                      1 - Livro A (Reservado)                      2 - Livro B (Casamento)                      3 - Livro B (Assistência Social)                      4 - Livro C (Registro de Imóveis)                      5 - Livro D (Registro de Empresas)                      6 - Livro E (Registro de Empresas)                      7 - Livro F (Registro de Empresas)                      8 - Livro G (Registro de Empresas)                      9 - Livro H (Registro de Empresas)                      0 - Livro I (Registro de Empresas)                 </p>

fff (0085)	Numero do livro
ggg (959)	Numero da folha
hhhhhh (0000533)	Numero do Termo
ii (21)	Digito Verificador



## RELACÃO SELOS MENSAS PERÍODO: 01/01/2018 A 31/12/2020

75929	AB816006 a AB816015 /	11/03/2019	10	208,70
76956	AB822611 a AB822615 /	03/05/2019	5	127,94
77268	AB825106 a AB825110 /	24/05/2019	5	127,94
77699	AB827751 a AB827755 /	18/06/2019	5	127,94
78117	AB830271 a AB830275 /	12/07/2019	5	127,94
78927	AB833781 a AB833785 /	29/08/2019	5	127,94
79204	AB833211 a AB833215 /	20/09/2019	5	127,94
TOTALS SELOS:			135	2.959,16

SELO: 4 NOTARIAL				
69412	AC296106 a AC296110 /	12/03/2018	5	113,06
71192	AC330671 a AC330675 /	14/06/2018	5	113,06
72629	AC359746 a AC359750 /	05/09/2018	5	113,06
75749	AC416446 a AC416450 /	22/02/2019	5	113,06
TOTALS SELOS:			20	452,24


SELO: 5 CERTIDAO E AVERBAÇÃO				
68257	AD400471 a AD400520 /	05/01/2018	50	278,00
68399	AD409786 a AD409835 /	12/01/2018	50	278,00
68680	AD425626 a AD425725 /	26/01/2018	100	556,00
68757	AD431321 a AD431370 /	31/01/2018	50	278,00
69009	AD443886 a AD443965 /	19/02/2018	80	444,80
69256	AD459316 a AD459375 /	02/03/2018	60	333,60
69412	AD468336 a AD468395 /	12/03/2018	60	333,60
69650	AD481761 a AD481810 /	22/03/2018	50	278,00
69885	AD494141 a AD494200 /	05/04/2018	60	333,60
70065	AD505746 a AD505795 /	17/04/2018	50	278,00
70403	AD521696 a AD521755 /	02/05/2018	70	369,20
70862	AD547191 a AD547260 /	25/05/2018	70	369,20
71192	AD566266 a AD566315 /	14/06/2018	50	278,00
71451	AD578486 a AD578555 /	03/07/2018	70	369,20
71793	AD598151 a AD598220 /	20/07/2018	70	369,20
71912	AD607336 a AD607385 /	27/07/2018	50	278,00
72179	AD623496 a AD623565 /	13/08/2018	70	369,20
72629	AD652706 a AD652775 /	05/09/2018	70	369,20
72859	AD664331 a AD664410 /	18/09/2018	80	444,80
73228	AD686021 a AD686090 /	05/10/2018	70	369,20
73726	AD715731 a AD715810 /	05/11/2018	80	444,80
73986	AD730616 a AD730685 /	19/11/2018	70	369,20
74226	AD0741831 a AD0741880 /	29/11/2018	50	278,00
74661	AD770631 a AD770690 /	26/12/2018	60	333,60
74862	AD781501 a AD781550 /	09/01/2019	50	278,00
75267	AD804686 a AD804755 /	30/01/2019	70	369,20
75633	AD825806 a AD825965 /	18/02/2019	60	333,60
75749	AD830691 a AD830740 /	22/02/2019	50	278,00
75929	AD844161 a AD844200 /	11/03/2019	40	222,40
76460	AD877121 a AD877190 /	05/04/2019	70	477,40
76856	AD900736 a AD900805 /	03/05/2019	70	477,40
77268	AD919806 a AD919885 /	24/05/2019	80	545,60
77699	AD941621 a AD941690 /	18/06/2019	70	477,40
78117	AD964676 a AD964755 /	12/07/2019	80	545,60
78609	AD981936 a AD982005 /	05/08/2019	70	477,40
78927	AD993516 a AD993585 /	29/08/2019	70	477,40
79204	AE000346 a AE000415 /	20/09/2019	70	477,40
79351	AE005676 a AE005735 /	04/10/2019	60	409,20
79431	AE007511 a AE007550 /	14/10/2019	40	272,80
79584	AE009211 a AE009240 /	04/11/2019	30	204,60
TOTALS SELOS:			2.520	14.905,80


SELO: 18 PAPEL DE CERTIDÃO				
78929	AAA22001 a AAA22200 /	30/08/2019	200	0,00
79204	AAA42751 a AAA42850 /	20/09/2019	100	0,00
79351	AAA62501 a AAA62650 /	04/10/2019	150	0,00
79584	AAA74951 a AAA75150 /	04/11/2019	200	0,00
80042	AAA518201 a AAA518400 /	19/12/2019	200	0,00

RELACÃO SELOS MENSAS PERÍODO: 01/01/2018 A 31/12/2020

80272	AA549301 a AA549500 /	27/01/2020	200	0,00
80344	AA567951 a AA568150 /	17/02/2020	200	0,00
TOTAIS SELOS:			1.250	0,00
SELO: 19 PAPEL DE NOTAS				
79204	AA017751 a AA017800 /	20/09/2019	50	0,00
TOTAIS SELOS:			50	0,00
SELO: 20 FOLHA DE CERTIDÃO				
68399	AA937751 a AA937850 /	12/01/2018	100	0,00
68680	AA951151 a AA951250 /	26/01/2018	100	0,00
68757	AA955501 a AA955600 /	31/01/2018	100	0,00
69009	AA966751 a AA966850 /	19/02/2018	100	0,00
69258	AA978051 a AA978150 /	02/03/2018	100	0,00
69412	AA987151 a AA987250 /	12/03/2018	100	0,00
TOTAIS SELOS:			600	0,00
TOTAIS CARTÓRIO:				
			6.985	19.884,54
TOTAIS GERAIS:				
			6.985	19.884,54



		<b>GUIA DE REQUISICÃO DE PAPEL DE SEGURANÇA</b>				<b>DATA</b> 15/04/2020	
		<b>REGISTRO CIVIL DE ÁGUA BRANCA</b>					
<b>CÓD.</b>	SERVENTIA					<b>Nº DA GUIA</b>	
<b>101</b>						<b>20</b>	
RECEBI A QUANTIDADE DE PAPEL DE SEGURANÇA CONFORME ABAIXO							
PAPEL	QUANTIDADE DE	NUMERAÇÃO			VALOR		
		INICIAL		FINAL			
CERTIDÃO	100	AA	594201	AA	594300	R\$ 16,00	
NOTAS	0	AA	0	AA	0	R\$ 0,00	
TOTAL	100					R\$ 16,00	



Arpen Alagoas

ASSINATURA DA ARPEN



### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça e outro

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também seria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Acontece que, observando-se a necessidade de acessar os documentos falsos para fins de averiguação de possível envolvimento do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), por meio de despacho de pp. 08/09, que acolheu o parecer de

M



### Extrajudicial Administrativo

pp. 06/07, foi determinada a expedição de ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando-lhe o envio dos documentos a que se refere o Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000.

6. Em resposta, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou as decisões proferidas no Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, acostadas às pp. 20/24 e 25/30 dos presentes autos, bem como os documentos de pp. 31/55.

7. Dos referidos documentos, extraiu-se que, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, apesar de não constar o nome da Serventia no campo "detalhamento da matrícula", consta a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

8. Assim, por meio de decisão de pp. 58/60, que acolheu o parecer de pp. 56/57, o eminente Corregedor-Geral da Justiça, Des. Fábio José Bittencourt Araújo, determinou a adoção das seguintes providências:

11. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 26/28, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **NOTIFIQUE-SE** a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e

(2) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decisor.

9. Em resposta de pp. 70/71, a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, apresentou os seguintes esclarecimentos:

Percebe-se ainda, em que pese não ter *expertise* para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca.

Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso das respectivas certidões são emitidos pela



### Extrajudicial Administrativo

gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA967751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a 951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2019); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA9780551 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA42751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa.

10. Junto à manifestação, a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, apresentou documentos comprobatórios de suas alegações às pp. 72/76.

### 11. É o relatório.

12. Pois bem. Diante dos esclarecimentos obtidos junto à Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, fez-se possível verificar que nenhum dos papéis de segurança por ela adquiridos possui a numeração correspondente àquelas usadas nas falsificações, quais sejam TR 001708846-E (p. 34), AA 001710023 – BRP (p. 42) e AA 00413771 MGP (p. 44), não havendo razão para se concluir por eventual extravio.

13. É válido registrar que, visando obter maiores informações sobre a forma como é feita a aquisição dos papéis de segurança, este Juiz Parecerista localizou o sítio eletrônico <https://www.papeldeseguranca.com.br/produto/4>, em que se constatou que a foto do produto

M





### Extrajudicial Administrativo

comercializado conta com a numeração de identificação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), evidenciando a possibilidade de que os falsificadores tenham utilizado as imagens obtidas da *internet* para perpetrar o crime.

14. Nesse contexto, por ora, não se vislumbra a participação da Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, para os falsos cometidos, contudo, entende-se necessária a comunicação das Autoridades competentes acerca do ocorrido, para que sejam adotadas as providências necessárias.

15. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de expediente ao Ministério Público do Estado de Alagoas, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que, em sendo o caso, adote as providências que entender necessárias, e solicitando-lhe que, após a conclusão a respeito das medidas a serem adotadas, seja comunicada esta CGJ/AL.

**16.OPINO**, outrossim, pelo envio de ofício ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito da resposta ofertada pela Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, bem como, acerca das providências tomadas.

### 17.É o parecer.

**18.À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.**

Maceió, 03 de agosto de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

---

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### DECISÃO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000, relatando ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

2. Ademais, salientou que estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganés", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

3. Por fim, narrou que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

4. Na sequência, às fls. 08/09, preferi despacho acolhendo o parecer da Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE de fls. 06/07, determinando o encaminhamento de Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que, se fosse possível, enviasse a este Órgão estadual os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL".

5. Destarte, às fls. 20/30, a Corregedoria Nacional de Justiça encaminhou cópia das decisões proferidas nos autos do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000,

bem como os documentos de fls. 31/55.

6. Em parecer de fls. 56/57, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo "encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas". Ademais, sugeriu que seja enviado ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

7. Após, proferi decisão às fls. 58/60, determinando a notificação da Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Srª. Janilza Soares de Melo Lima, a fim de que esclarecesse a respeito do uso dos papéis de segurança em questão, na confecção das sobreditas certidões falsas, e a expedição de ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

8. Em resposta às fls. 70/71, a Srª. Janilza Soares de Melo Lima, Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), prestou as seguintes informações, *in verbis*:

"[...] Percebe-se ainda, em que pese não ter expertise para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca. Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso das respectivas certidões são emitidos pela gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA967751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a 951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2019); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA9780551 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA442751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do

ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa [...]” (sic, fl. 71).

9. Ao final, a Sr<sup>a</sup>. Janilza Soares de Melo Lima colacionou os documentos de fls. 72/76.

10. Por fim, às fls. 77/80, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo encaminhamento de expediente ao Ministério Público do Estado de Alagoas, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que, em sendo o caso, adote as providências que entender necessárias, solicitando-lhe que, após a conclusão das medidas porventura adotadas, esta CGJ/AL seja comunicada. Sugeriu, outrossim, o “envio de ofício ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito da resposta ofertada pela Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, bem como acerca das providências tomadas”.

#### 11. É o relatório, no essencial. Fundamento e decido.

12. De pronto, impende registrar a competência desta Corregedoria-Geral da Justiça, tal como órgão orientador, fiscalizador e disciplinador da atividade cartorária, nos termos do art. 63 do Provimento CGJ/AL n.º 16/2019 (Consolidação Normativa Notarial e Registral), *in verbis*:

Art. 63 – A fiscalização das serventias notariais e registrais será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária<sup>1</sup>, que delegará poderes 35 aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei Federal nº 8.935/2017.

Parágrafo único – A escolha poderá recair sobre o Juiz Diretor ou Superintendente do Foro da Comarca a que pertence o Serviço Notarial ou de Registro, sem prejuízo da atribuição do Corregedor-Geral da Justiça de delegar sua competência administrativa a qualquer outro juiz em exercício no Estado de Alagoas, nos termos da legislação acima referida. (Grifos aditados).

13. Pois bem. *In casu*, consoante relatado, a Corregedoria Nacional de Justiça noticiou a existência de possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de auxílio emergencial, indicando, ainda, de acordo com a

<sup>1</sup> Art. 41. Compete ao Corregedor-Geral da Justiça dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina das atividades jurisdicionais e auxiliares da justiça, com jurisdição abrangente de todo o território estadual.



## Gabinete do Corregedor

documentação fornecida pela Receita Federal, que o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) teria possível participação na fraude.

14. Diante desse cenário, este Órgão Censor adotou as medidas cabíveis, no sentido de esclarecer se as certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51 são, de fato, falsificadas, bem como de verificar o envolvimento da Tabeliã Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL nos fatos noticiados.

15. Com efeito, depreende-se da manifestação apresentada pela Sr<sup>a</sup>. Janilza Soares de Melo Lima, Tabeliã Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), que nenhum dos papéis de segurança por ela adquiridos possui a numeração correspondente àquelas usadas nas falsificações, quais sejam, TR 001708846-E (fl. 34), AA 001710023 – BRP (fl. 42) e AA 00413771 MGP (fl. 44), não havendo razão para se concluir por eventual extravio.

16. Por outro lado, o Magistrado parecerista, visando obter maiores informações sobre a forma como é feita a aquisição dos papéis de segurança, "localizou o sítio eletrônico <https://www.papeldeseguranca.com.br/produto/4>, em que se constatou que a foto do produto comercializado conta com a numeração de identificação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), evidenciando a possibilidade de que os falsificadores tenham utilizado as imagens obtidas da internet para perpetrar o crime" (*sic*, fls. 79/80).

17. Nesse sentido, por ora, não vislumbro a participação da atual Tabeliã Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) nos fatos narrados. Não obstante, entendo que as evidências apontadas nestes autos são suficientes para se constatar a falsidade da documentação de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, sendo pertinente a sugestão do Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL no sentido de que o Ministério Público do Estado de Alagoas seja instado, haja vista os fatos narrados nestes autos indicarem a configuração, em tese, de crime contra a fé pública, na modalidade "falsificação de

documento público", contida no art. 297 do Código Penal<sup>2</sup>.

18. Outrossim, considerando que a notícia trazida aos presentes autos indica que possível associação criminosa vem utilizando as certidões de nascimento possivelmente falsificadas, para fins de percepção indevida de benefício federal (Auxílio Emergencial), entendendo que o Ministério Público Federal também deverá ser oficiado para, querendo, no âmbito de suas atribuições, apurar os fatos narrados no presente feito.

19. Além disso, tratando-se de certidões que podem vir a ser usadas para os mais diversos fins, prudente o envio de ofício circular aos Cartórios e Juízes Corregedores Permanentes do Estado de Alagoas, assim como às Corregedorias-Gerais de Justiça do Distrito Federal e de todos os Estados da Federação, também para noticiar a respeito de fortes evidências de fraude nos documentos de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51.

20. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 77/80, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **EXPEÇA-SE** ofício ao Ministério Público Federal e à Procuradoria-Geral de Justiça, com cópia dos presentes autos, a fim de apurar, no âmbito de suas atribuições, os fatos ora narrados, os quais conduzem à existência de fraude nas certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, e possível ocorrência do delito previsto no art. 297 do Código Penal (Falsificação de Documento Público). Outrossim, deverão ambos os Órgãos, em nome do princípio da cooperação, constante no art. 6º do CPC/2015<sup>3</sup>, **no prazo de 30 (trinta) dias, informar** a esta Corregedoria-Geral da Justiça se

<sup>2</sup> **Falsificação de documento público.** Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa. § 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte. § 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular. § 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir: I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório; II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita; III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado. § 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

<sup>3</sup> Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.



## Gabinete do Corregedor

alguma medida foi adotada com o fito de apurar a fraude em evidência, notadamente se as providências porventura tomadas indicam a participação de alguma serventia extrajudicial do Estado de Alagoas, ou então de pessoa sujeita à fiscalização deste Órgão Censor;

(2) **EXPEÇA-SE**, anexando cópia dos presentes autos, **ofício circular** direcionado aos Cartórios Extrajudiciais do Estado de Alagoas e a **todos** os Juízes Corregedores Permanentes vinculados ao TJ/AL, bem como **ofício a todas as Corregedorias-Gerais dos Estados da Federação e, também, do Distrito Federal**, dando-lhes ciência da existência de fortes indicativos de fraude nas certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51;

(3) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente *decisum*; e por fim

(4) **EXPEÇA-SE** ofício à Receita Federal do Brasil, com cópia dos presentes autos, dando-lhe ciência das medidas até então adotadas por esta CGJ/AL, com relação às certidões de de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, as quais estariam sendo utilizadas pra fins de emissão de CPFs, com provável objetivo de recebimento de benefício federal.

21. Após, cumpridas todas as determinações, bem como decorrido o prazo assinalado no item "(1)", **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins.

22. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.

23. Utilize-se cópia da presente decisão como Ofício.

Maceió, 06 de agosto de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021846828

Nome original: Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

Data: 16/08/2021 20:44:51

Remetente:

Rosimere de Melo Alves

Serventia ExtraJudicial

Tribunal de Justiça de Alagoas

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Des. Corregedor-Geral da Justiça, Drº Fábio José Bittencourt,  
envio cópia dos Autos do processo nº 0000120-55.2021.8.02.0073 para ciência.





CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
CHEFIA DE GABINETE  
Rua do Livramento, nº 384, Centro, Maceió/AL  
CEP: 57020-030 - Fone: (82) 4009-3784/3785

**Ofício nº. 313-284/2021.**

Em 01 de Fevereiro de 2021.

Protocolo

Assunto: Autuação.

Autue-se e registre-se no SAJ, no extrajudicial administrativo.

Insira-se o prazo do CNJ para 12/02/2021.

Após, encaminhe-se à AEJ.


Atenciosamente,

**ROSEANA CELISTRE MACHADO**  
**CHEFE DE GABINETE DA CORREGEDORIA**

Lista de Anexos:

[20210201165523\\_scan-2021-02-01-16-50-34-115.pdf](#)

DESPACHO    DESPACHAR    RESPONDER    IMPRIMIR    ARQUIVAR    VOLTAR

-                    

☒ Ofício

## CERTIDÃO

Autos: 0000120-55.2021.8.02.0073

Classe: Processo Administrativo

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:  
**ANEXAR DECISÃO COMPLETA.** .  
Maceió, 02 de fevereiro de 2021.

Jadilene dos Santos Lima Alves



### Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000

Requerente: RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### DESPACHO

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a RECEITA FEDERAL afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

No documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento;



### **Conselho Nacional de Justiça**

o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

É o relatório.

Diante do narrado pela RECEITA FEDERA DO BRASIL, é necessária a apuração de eventual violação dos deveres funcionais pelos delegatários ou interinos à frente das unidades extrajudiciais mencionadas.

Assim, com fundamento no artigo 18, combinado com o artigo 28, parágrafo único, ambos do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça, encaminhem-se os autos às Corregedorias-Gerais da Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para apuração dos fatos narrados no presente expediente. Solicitem-se informações, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca resultado das apurações.

Decorrido o prazo sem resposta, oficie-se cobrando informações quanto ao resultado das apurações.

Intimem-se.

Brasília, data registrada no sistema.

**Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07



## **CERTIDÃO**

**Autos: 0000120-55.2021.8.02.0073**

**Classe: Processo Administrativo**

**Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:  
Assinado por erro.  
Maceió, 09 de fevereiro de 2021.**

**Anderson Santos dos Passos**

## **CERTIDÃO**

**Autos: 0000120-55.2021.8.02.0073**

**Classe: Processo Administrativo**

**Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:  
Assinado por erro.  
Maceió, 09 de fevereiro de 2021.**

**Anderson Santos dos Passos**



### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Moraes e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também teria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Pois bem. Apesar do relato detalhado trazido pelo despacho de pp. 03/04, com a indicação da possível participação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS

M



### Extrajudicial Administrativo

00.188-3), tenho que a elucidação dos fatos dependerá da apreciação da documentação que deu causa à instauração do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, a fim de que se possa averiguar a conduta da aludida Serventia, bem como em que medida esta teria concorrido para a prática dos fatos narrados. Assim, entendo ser imprescindível o acesso à tal documentação para definir os caminhos da apuração dos fatos por esta Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas.

6. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de ofício ao CNJ, a fim de que sejam disponibilizados os documentos a que se refere o despacho de pp. 03/04, notadamente, os CPFs e certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Registro Civil de

Notas de Água Branca/AL.

### 7. É o parecer.

8. À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.

Maceió, 09 de fevereiro de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça



Autos n.º 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### **DESPACHO**

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corregedora-Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000.

2. Em suma, fls. 03/04, a Corregedoria-Nacional relata ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de Benefício Federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

3. Ainda de acordo com referido órgão, estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganés", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

4. Por fim, relata-se que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

5. Às fls. 06/07, o Juiz auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, ofertou Parecer, opinando no sentido de que seja enviado ofício ao CNJ, para que aquele órgão disponibilize os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, quais sejam, CPFs e certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Registro Civil de Notas da Comarca de Água Branca/AL.

6. Pois bem. A Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, no art. 22, traz a possibilidade de responsabilização, independentemente de culpa ou dolo, dos Oficiais de



Gabinete do Corregedor

Registro, em procedimento que será distinto daquele que visa apurar a responsabilidade criminal, *in verbis*:

Art. 28. Além dos casos expressamente consignados, os oficiais **são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos interessados no registro.**

Parágrafo único. **A responsabilidade civil independe da criminal pelos delitos que cometerem.**

(Gritos aditados).

7. *In casu*, o despacho de fls. 03/04 não veio acompanhado dos documentos nele mencionados, os quais estariam relacionados às supostas fraudes. E, a meu ver, é importante que a resolução da presente demanda perpassse pela análise da documentação atrelada às aparentes condutas fraudulentas e criminosas.

8. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a **DETERMINAR** que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". **Sobrevindo resposta** do Conselho Nacional de Justiça, **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação.

9. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se.

10. Após o cumprimento de todas diligências, retornem os autos conclusos.

Maceió, 10 de fevereiro de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 10/02/2021 20:51  
Página: 1

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0023/2021, encaminhada para publicação.

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a DETERMINAR que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". Sobrevindo resposta do Conselho Nacional de Justiça, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se. Após o cumprimento de todas diligências, retornem os autos conclusos."

Maceió, 10 de fevereiro de 2021.

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 11/02/2021 11:26  
Página: 1

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0023/2021, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 11/02/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 18/02/2021, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

15/02/2021 - Carnaval - Prorrogação  
16/02/2021 - Carnaval - Prorrogação  
17/02/2021 - Carnaval - Prorrogação

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer da AEJ desta CGJ/AL, de modo a DETERMINAR que seja encaminhado Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, se for possível, envie a este órgão os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL". Sobrevindo resposta do Conselho Nacional de Justiça, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial Judicial (AEJ) para manifestação. Publique-se. Cumpra-se. Intime-se. Após o cumprimento de todas diligências, retornem os autos conclusos."

Maceió, 11 de fevereiro de 2021.



Ofício nº 105/2021/GCCJ

Maceió, 11 de fevereiro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora  
**MINISTRA MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**  
**Corregedora Nacional de Justiça**  
Brasília/DF

**Assunto: Informações – Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073.**  
**Ref.: Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000**

Senhora Ministra Corregedora,

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do **Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.02.0000**, notadamente os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Respeitosamente,

  
**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
**Corregedor-Geral da Justiça**

*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD793.*



Conselho Nacional de Justiça  
PJe - Processo Judicial Eletrônico

12/02/2021

Número: 0010072-75.2020.2.00.0000

Classe: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Órgão julgador colegiado: Plenário

Órgão julgador: Corregedoria

Última distribuição : 03/12/2020

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Tabelionatos, Registros, Cartórios

Segredo de justiça? SIM

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/Interceiro vinculado
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)		
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)		
Documentos		Tipo
Id.		
Data da Assinatura		Documento
42565 29		Informações
12/02/2021 11:50		Informações

Senhora Ministra Corregedora,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, de ordem do Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, encaminho, anexo, Ofício nº 105/2021/GCGJ relativo ao Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000.

Respeitosamente,

Roseana Celistre Machado

Chefe de Gabinete

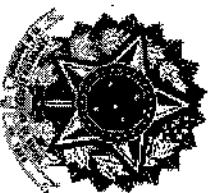
Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD793.

Assinado eletronicamente por: ROSEANA CELISTRE MACHADO - 12/02/2021 11:50:13  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnjl/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021211501383000000003849989>  
Número do documento: 21021211501383000000003849989





## Conselho Nacional de Justiça

### Comprovante de juntada de documento

#### Processo

Número do processo:	0010072-75.2020.2.00.0000
Órgão julgador:	Corregedoria
Jurisdicção:	CNJ
Classe:	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
Assunto principal:	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) (10028) / Concessão / Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartório
Valor da causa:	0,00
Medida de urgência:	Não

#### Partes

<b>REQUERENTE</b>	<b>REQUERIDO</b>
- RECETA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)	- CORREGEDORIA NA JUSTIÇA (REQUERIDO)

#### Outros interessados

Não existem outros interessados vinculados.

#### Assuntos

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) / Serviços (10028)  
 Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartórios (10083)

#### Documentos Protocolados

Documento	Tipo	Tamanho (t)
Informações	Informações	3,55
Ofício nº 105.2021.GCGJ.pdf	Informações	31,35
Decisão Corregedor.120.55.2021	Informações	138,71



---

Chefia de Gabinete

---

**Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**

**CERTIDÃO**

Certifico que encaminhei o ofício nº 105/2021/GCGJ, acompanhado da cópia da decisão e demais informações referentes ao **Processo Administrativo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**, através do PJE no portal eletrônico do CNJ, no **Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000**, em 12/02/2021. O referido é verdade e dou fé.

Maceió, 18 de fevereiro de 2021.

  
**ROSEANA CELISTIRE MACHADO**  
Chefe de Gabinete da Corregedoria

*Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MYLENA MELO DE ARAUJO COSTA LYRA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 4BCD7B9.*





### **Conselho Nacional de Justiça**

**Autos:** PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000  
**Requerente:** RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL  
**Requerido:** CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### **DESPACHO**

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a requerente afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

Na documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JÚZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; o caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e



### Conselho Nacional de Justiça

ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

Diante do contexto fático narrado, solicitaram-se informações às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para que prestassem informações acerca do constante na inicial.

Foram prestadas informações nos Ids 4256530, 4288749 e 4293183.

É o relatório.

Quanto às informações requeridas, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas formulou o seguinte pedido (Id 4256530):

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, **notadamente os CPFs e as certidões de nascimento** que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Por seu turno, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo noticiou o seguinte:

Com a premente finalidade de apurar os aventados fatos, esta Corregedoria Geral da Justiça notificou as mencionadas serventias para esclarecerem o ocorrido e se existem em seus assentos certidões, quaisquer que sejam, em nome dos investigados "Anderson Ricardo da Silva", "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", "Marinaldo Pereira Moraes" e "Romeu Costa Paganese". Feitas essas considerações iniciais, consigno que a delegatária Titular do



### **Conselho Nacional de Justiça**

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras, Sr<sup>a</sup>. Paula Cecília da Luz Rodrigues, uma vez comunicada sobre a certidão de nascimento apresentada por Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, um dos investigados pela Receita Federal (ARF), circunscrição na cidade de Colatina, providenciou o registro do boletim de ocorrência (15.7.2020 - nº 202007150472) diante da evidente falsificação do referido instrumento público, apontando as seguintes inconsistências:

[...]

1 - Não foi localizado nenhum registro de nascimento de Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, nascido aos 26/01/1990;

2 - O livro descrito no documento não reflete o registro verdadeiramente lavrado;

3 - No campo onde consta as informações de Livro nº A00140 - Folha 079 - Termo nº 006058, não utilizamos para estas informações em nossas certidões aqui emitidas, mas sim para o número de CPF do registrado;

4 - O selo eletrônico 021733.ZTD1501.03009 não fora utilizado em 2<sup>a</sup> via de certidão para o nome Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, mas sim em uma segunda via de outra pessoa.

5 - O sinal público de Geovana Santos da Cruz não condiz com a assinatura da mesma, tão pouco com o cadastrado na Central Nacional do Registro Civil - CRC;

6 - O carimbo constante como "Cartório Amorim" não é mais utilizado por esta serventia, desde a assunção da Delegação pela Oficial Paula Cecília da Luz Rodrigues.

[...].

Dito isso, ambas unidades extrajudiciais notificadas aduziram que não constam em seus assentos públicos nenhum registro em nome dos investigados citados, decerto que houve apenas esta constatação de falsificação do Sr. Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, eis que os documentos objurgados na investigação do pedido de providências CNJ nº 0010072-75.2020.2.02.0000 não foram encaminhados para esta Corregedoria Geral da Justiça. Centrando ao caso em questão, deduz-se o provável cometimento de crime de falsificação por parte dos investigados, não havendo outras providências ao alcance da CGJES para persecução



### **Conselho Nacional de Justiça**

administrativa, mormente pelo fato do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras (CNS 02.173.3) ter comunicado o ocorrido à autoridade policial competente.

E, por fim, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais informou sobre a impossibilidade de eventual punição à responsável pela serventia investigada, uma vez que a oficiala teria sido destituída do cargo, em função da revogação de sua nomeação. Confira-se:

Cuida-se de expediente proveniente do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, por meio do qual a Exma. Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, determina que seja apurada suposta violação dos deveres funcionais pelo Oficial Responsável pelo Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial de Luislândia, na Comarca de Brasília de Minas/MG, em face do alerta enviado pela Receita Federal do Brasil sobre possível ação de quadrilha, composta por Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes, os quais estão fazendo uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, com o objetivo de emissão de CPF e supostamente recebimento de auxílio emergencial. A Juíza Auxiliar da Corregedoria Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, Dra. Roberta Rocha Fonseca, após detida análise dos autos, sobretudo, dos esclarecimentos prestados pelo Oficial Interino do mencionado Ofício ressaltou que "no caso em análise, ainda que surjam eventuais indícios de conduta inadequada da antiga responsável Márcia Aparecida Queiroz Gonçalves, não há possibilidade de responsabilizá-la administrativamente por atos praticados durante seu exercício, tendo em vista que foi destituída de sua função, em razão da revogação de sua nomeação, quando foi efetivada a anexação provisória da serventia ao Ofício de Registro Civil de Brasília de Minas/MG". Ao final, sugeriu o seguinte: "Posto isso, opino que, caso a presente manifestação seja aprovada, seja encaminhado ofício à e. Corregedoria Nacional de Justiça, informando acerca dos fatos informados pela Diretora do Foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, MMª Juíza de Direito Solange Procópio Xavier, notadamente quanto à possibilidade de





### **Conselho Nacional de Justiça**

irregularidade do registro nº 109, f. 28 do Livro nº 4, referente ao Pedro da Gama Silva, figurando como declarante Angelo da Cruz Toledo, o qual não é pai ou avô de nenhum dos registrados, sendo possível que também não seja autêntico.

SUGERE-SE, ainda, que seja enviada cópia da presente manifestação, caso aprovada, em atendimento à determinação proferida no Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000." Ante o exposto, acolho a manifestação da Juíza Auxiliar Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, contida no evento 5168400, pelos seus próprios fundamentos. Proceda-se conforme sugerido.

Diante das informações colacionadas aos autos, determino que se oficie ao Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, solicitando o encaminhamento a esta Corregedoria Nacional de Justiça de cópia dos documentos solicitados pelo Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, bem como para que tome ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Na oportunidade, encaminhe-se ao Órgão da Receita Federal supracitado cópia integral destes autos.

Sobreste-se o presente pedido de providências por 60 (sessenta) dias, no aguardo de manifestação pela parte requerente.

Intimem-se e cumpra-se.

Brasília, data registrada nos autos.

**Ministra MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07



### Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0010072-75.2020.2.00.0000

Requerente: RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL

Requerido: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### DESPACHO

Trata-se de pedido de providências apresentado pela RECEITA FEDERAL – NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL, em face da CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

Na exordial, a RECEITA FEDERAL afirma que há informação repassada pela Agência da Receita Federal do Brasil em Colatina/ES, alertando sobre possível ação de quadrilha com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de recebimento do auxílio emergencial.

Os fatos se referem, especificamente, a quatro pessoas: ANDERSON RICARDO DA SILVA, GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, MARINALDO PEREIRA MORAIS e ROMEU COSTA PAGANES.

Na documentação trazida pela RECEITA FEDERAL, são mencionados como possíveis envolvidos o CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL/ES (CNS 02.466-1); o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO DISTRITO DE GOIABEIRAS/ES (CNS 02.173.3); o REGISTRO CIVIL E NOTAS DE ÁGUA BRANCA/AL (CNS 00.188-3); e o CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LUISLANDIA (CNS 04.472-7), localizado em Brasília de Minas/MG.

Além do mais, a RECEITA FEDERAL informa que “todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e



### **Conselho Nacional de Justiça**

ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório".

Diante do contexto fático narrado, solicitaram-se informações às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Minas Gerais, para que prestassem informações acerca do constante na inicial.

Foram prestadas informações nos Ids 4256530, 4288749 e 4293183.

Quanto às informações requeridas, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas formulou o seguinte pedido (Id 4256530):

Visando elucidar a questão posta à apreciação desta Corregedoria-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo SAJ de n.º 0000120-55.2021.8.02.0073, solicito a Vossa Excelência, se for possível, o encaminhamento dos documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativo aos autos do Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do Cartório de Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

Por seu turno, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo noticiou o seguinte:

Com a premente finalidade de apurar os aventados fatos, esta Corregedoria Geral da Justiça notificou as mencionadas serventias para esclarecerem o ocorrido e se existem em seus assentos certidões, quaisquer que sejam, em nome dos investigados "Anderson Ricardo da Silva", "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", "Marinaldo Pereira Moraes" e "Romeu Costa Paganes". Feitas essas considerações iniciais, consigno que a delegatária Titular do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras,



### **Conselho Nacional de Justiça**

Sr<sup>a</sup>. Paula Cecília da Luz Rodrigues, uma vez comunicada sobre a certidão de nascimento apresentada por Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, um dos investigados pela Receita Federal (ARF), circunscrição na cidade de Colatina, providenciou o registro do boletim de ocorrência (15.7.2020 - nº 202007150472) diante da evidente falsificação do referido instrumento público, apontando as seguintes inconsistências: [...] 1 - Não foi localizado nenhum registro de nascimento de Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, nascido aos 26/01/1990; 2 - O livro descrito no documento não reflete o registro verdadeiramente lavrado; 3 - No campo onde consta as informações de Livro nº A00140 - Folha 079 - Termo nº 006058, não utilizamos para estas informações em nossas certidões aqui emitidas, mas sim para o número de CPF do registrado; 4 - O selo eletrônico 021733.ZTD1501.03009 não fora utilizado em 2ª via de certidão para o nome Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, mas sim em uma segunda via de outra pessoa. 5 - O sinal público de Geovana Santos da Cruz não condiz com a assinatura da mesma, tão pouco com o cadastrado na Central Nacional do Registro Civil - CRC; 6 - O carimbo constante como "Cartório Amorim" não é mais utilizado por esta serventia, desde a assunção da Delegação pela Oficial Paula Cecília da Luz Rodrigues. [...] Dito isso, ambas unidades extrajudiciais notificadas aduziram que não constam em seus assentos públicos nenhum registro em nome dos investigados citados, decerto que houve apenas esta constatação de falsificação do Sr. Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, eis que os documentos objurados na investigação do pedido de providências CNJ nº 0010072-75.2020.2.02.0000 não foram encaminhados para esta Corregedoria Geral da Justiça. Centrando ao caso em questão, deduz-se o provável cometimento de crime de falsificação por parte dos investigados, não havendo outras providências ao alcance da CGJES para persecução administrativa, mormente pelo fato do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Goiabeiras (CNS 02.173.3) ter comunicado o ocorrido à autoridade policial competente.

E, por fim, o Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais informou sobre a impossibilidade de eventual punição à responsável pela serventia





### **Conselho Nacional de Justiça**

investigada, uma vez que a oficiala teria sido destituída do cargo, em função da revogação de sua nomeação. Confira-se:

Cuida-se de expediente proveniente do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, por meio do qual a Exma. Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, determina que seja apurada suposta violação dos deveres funcionais pelo Oficial Responsável pelo Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial de Luislândia, na Comarca de Brasília de Minas/MG, em face do alerta enviado pela Receita Federal do Brasil sobre possível ação de quadrilha, composta por Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Moraes e Romeu Costa Paganes, os quais estão fazendo uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, com o objetivo de emissão de CPF e supostamente recebimento de auxílio emergencial. A Juíza Auxiliar da Corregedoria Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, Dra. Roberta Rocha Fonseca, após detida análise dos autos, sobretudo, dos esclarecimentos prestados pelo Oficial Interino do mencionado Ofício ressaltou que "no caso em análise, ainda que surjam eventuais indícios de conduta inadequada da antiga responsável Márcia Aparecida Queiroz Gonçalves, não há possibilidade de responsabilizá-la administrativamente por atos praticados durante seu exercício, tendo em vista que foi destituída de sua função, em razão da revogação de sua nomeação, quando foi efetivada a anexação provisória da serventia ao Ofício de Registro Civil de Brasília de Minas/MG". Ao final, sugeriu o seguinte: "Posto isso, opino que, caso a presente manifestação seja aprovada, seja encaminhado ofício à e. Corregedoria Nacional de Justiça, informando acerca dos fatos informados pela Diretora do Foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, MMª Juíza de Direito Solange Procópio Xavier, notadamente quanto à possibilidade de irregularidade do registro nº 109, f. 28 do Livro nº 4, referente ao Pedro da Gama Silva, figurando como declarante Angelo da Cruz Toledo, o qual não é pai ou avô de nenhum dos registrados, sendo possível que também não seja autêntico. SUGERE-SE, ainda, que seja enviada cópia da presente manifestação, caso aprovada, em atendimento à determinação proferida no Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000." Ante o exposto,



### **Conselho Nacional de Justiça**

acolho a manifestação da Juíza Auxiliar Superintendente Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro, contida no evento 5168400, pelos seus próprios fundamentos. Proceda-se conforme sugerido.

Diante das informações colacionadas aos autos, determinou-se que se oficiasse ao Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, solicitando o encaminhamento a esta Corregedoria Nacional de Justiça de cópia dos documentos solicitados pelo Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, bem como para que tomasse ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Na oportunidade, encaminhou-se ao Órgão da Receita Federal supracitado cópia integral destes autos.

O presente pedido de providências foi sobrestado por 60 (sessenta) dias, no aguardo de manifestação pela parte requerente.

Sobrevieram informações nos Id. 4374026 a 4374031.

É o relatório.

No id. 4374027, o Núcleo de Pesquisa e Investigação da Receita Federal em Vitória tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Além disso, encaminhou os documentos requeridos pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

Ante o exposto, determino que se encaminhem cópias dos documentos contidos nos Ids. 4374028, 4374029, 4374030 e 4374031, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, para análise eventuais providências que reputar cabíveis, no âmbito de sua competência.

No mais, determino o sobrestamento do corrente feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no aguardo das apurações a serem realizadas pela CGJ-AL.

Com o transcurso do prazo, intime-se a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas para que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste informações, acerca do apurado, a esta Corregedoria Nacional de Justiça.



**Conselho Nacional de Justiça**

Intimem-se.

Cumpra-se.

Brasília, data registrada no sistema.

Ministra **MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**

Corregedora Nacional de Justiça

A17/Z07



16/07/2021

Número: **0010072-75.2020.2.00.0000**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **03/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Tabelionatos, Registros, Cartórios**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4374026	31/05/2021 14:03	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
4374027	31/05/2021 14:03	<a href="#">Ofício Corregedoria - CNJ - resposta intimação - assinado</a>	Informações
4374028	31/05/2021 14:03	<a href="#">Anderson - evadiu - 15.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão
4374029	31/05/2021 14:03	<a href="#">Gabriel - detido - 15.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão
4374030	31/05/2021 14:03	<a href="#">Marinaldo - suspenso - 20.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão
4374031	31/05/2021 14:03	<a href="#">Romeu - CPF presencial - 27.07.2020</a>	Cópia de procedimento de outro órgão



Senhora Corregedora Nacional de Justiça

Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente, informo que o Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória/ES - NUPEI07 - tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e aproveito para

agradecer a atenção e o pronto atendimento por parte da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em anexo, constam cópias dos documentos repassados ao NUPEI07 pela Agência de Colatina e que serviram de base para as pesquisas, visando atender solicitação do Corregedor-Geral de

Justiça do estado de Alagoas

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031958400000003957992>  
Número do documento: 21053114031958400000003957992



OFÍCIO Nº VT20210025 -RFB/Copei/Nupeivt

Protocolo NUPEIVT2021000058

Vitória, 19 maio de 2021.

À Senhora  
Maria Thereza Rocha de Assis Moura  
Corregedora Nacional de Justiça  
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6  
CEP: 70070-600 – Brasília/DF

**Assunto:** Responde Intimação - Pedido de Providências - 0010072-75.2020.2.00.0000

Senhora Corregedora Nacional de Justiça

Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente, informo que o Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória/ES - NUPEI07 - tomou ciência acerca das manifestações trazidas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e aproveitou para agradecer a atenção e o pronto atendimento por parte da Corregedoria Nacional de Justiça.

Em anexo, constam cópias dos documentos repassados ao NUPEI07 pela Agência de Colatina e que serviram de base para as pesquisas, visando atender solicitação do Corregedor-Geral de Justiça do estado de Alagoas

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)  
Patrícia Tavares de Lima  
Chefe do Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória





Núcleo de Pesquisa e Investigação em Vitória  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1333, 7 º andar, Ala Leste, Ilha de Santa Maria CEP. 29051-015 – Vitória-ES  
27-3232-3567  
<http://rfb.gov.br>



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS			
<b>CERTIDAO DE NASCIMENTO</b>			
NOME: <b>ANDERSON RICARDO DA SILVA</b>			
MATRÍCULA: <b>0246610155 1980 1 00398 037 0168508 22</b>			
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO Ao nove (09) de setembro (09) de mil novecentos e oitenta (1980)		DIA: 09 MÊS: 09 ANO: 1980	
HORA DO NASCIMENTO 20:40		MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Ribeirão das Neves/MG	
MUNICÍPIO DE REGISTRO / UF Vitória-ES		LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Municipal São Judas tadeu, Ribeirão das Neves-MG	
FILIAÇÃO MARIA BARBOSA DA SILVA			
AVÓS Avós Maternos: Silvano Ribeiro da Silva e Elizabeth Barbosa da Silva			
GÊMEOS Não			
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO Aos dezasseis (16) dias do mês de janeiro (01) do ano de mil novecentos e oitenta (1980)		NÚMERO DA DNV (DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO) ////////////////	
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES			
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé Vitória-ES 12 de julho de 2018			
<b>CARTÓRIO SARLO</b> Oficial e Tabelião: Comarca de Vitória Av. N. S. da Penha 549, Lj 1, Ed. Wilma Santa Lúcia - Vitória - ES Tel. (27) 2424-9500 www.cartoriosarlo.com.br		Elaine Fudcheller de Medeiros Escrevente	
Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Selo Digital de Fiscalização 024661.WFN1807.32389			
Emolumentos: R\$ 25,19 Taxas: R\$ 7,52 Total: R\$ 32,71 Consulte autenticidade em www.fjes.jus.br			
ELAINE 2ª VIA			
			







Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Cópia autenticada administrativamente

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matricula 0018830155 1987 1 0003 950 0000533 31  
Padrão aaaaaabbcc ddd\_ e ffff ggg hhhhhh ii

DETALHAMENTO

aaaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)

bb (01) Código do Acervo, sendo:  
01 - Acervo Proprio  
Outros - Acervos Incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:  
55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano do Registro

e (1) Tipo de livro, sendo:

- 1: Livro A (Nascimento)  
2: Livro B (Casamento)  
3: Livro B AUXILIAR (Registro de casamento religioso para São João)  
4: Livro C (Óbito)  
5: Livro C AUXILIAR (Registro de Malesmortes)  
6: Livro D (Registro de Proximidade)  
7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil)

ffff (0003) Número do livro

ggg (050) Número da folha

hhhhhhh (0000533) Número do Termo

ii (31) Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

PIR-2205  
ASSINATURA DO DIRETOR  
JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ  
Cópia autenticada administrativamente

CPF  
VITORIA-ES  
DOC. ORDEM  
NASC. LV-398 FL-37  
RIBEIRAO DAS NEVES-MG  
9/9/1980  
NATURALIDADE  
MÁRIA BARBOSA DA SILVA  
NÃO DECLARADO  
FILIAÇÃO  
ANDERSON RICARDO SA SILVA  
NOME  
MG-8.733.060  
REGISTRO  
GERAL  
DATA DE  
EXPIRAÇÃO  
20/06/2018  
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031984500000003957994>  
Número do documento: 21053114031984500000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2105311403198450000003957994>  
Número do documento: 2105311403198450000003957994

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		TITULO ELEITORAL		IDENTIFICACAO BIOMETRICA	
NOME DO ELEITOR		ANDERSON RICARDO DA SILVA			
DATA DE NASCIMENTO		09/09/1980		Nº INSCRIÇÃO	
2246 2762 0272		035		0301	
MUNICÍPIO / UF		BELO HORIZONTE/MG		DATA DE EMISSÃO	
07/02/2020		JUIZ ELEITORAL			

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:19  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114031984500000003957994>  
Número do documento: 21053114031984500000003957994



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpccnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REGISTRO GERAL	MG-9.145.702	DATA DE EXPEDIÇÃO	24/10/2019
GABRIEL HENRIQUE O. DOS SANTOS			
JOAO PEREIRA DOS SANTOS			
VERA LUCIA OLIVEIRA DOS SANTOS			
NATURALIDADE	MONTES CLAROS-MG	DATA DE NASCIMENTO	26/1/1990
DOC ORIGEM	NASC. LV-140 FL-79		
VITORIA-ES			
PIR-2205		LEITICIA BAPTISTA GAMBOSGE REIS ASSINATURA DO DIRETOR	2.VIA
LEI Nº7.116 DE 29/08/83			



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS			
<b>CERTIDÃO DE NASCIMENTO</b>			
NOME: <b>GABRIEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS</b>			
MATRÍCULA: <b>02173301 55 1990 1 00140 079 0060658 72</b>			
Livro nº A 00140 - Folha 079 - Termo nº 0060658			
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO			
Aos vinte e seis (26) dias do mês de janeiro (01) do ano de mil novecentos e noveenta.	DIÁ	MÊS	ANO
	26	01	1990
HORA	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO		
19:50	Montes Claros/MG		
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO		LOCAL DE NASCIMENTO	SEXO
Vitória/ES		Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros/MG	Masculino
FILIAÇÃO			
JOÃO PEREIRA DOS SANTOS			
VERA LÚCIA OLIVEIRA DOS SANTOS			
AVÓS			
Paternos: EFIGÊNIO DOS SANTOS e RAIMUNDA DOS SANTOS			
Materos: JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA e MARIA SOARES OLIVEIRA			
GÊMEO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)		
NÃO			
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO	NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO		
Doze (12) dias do mês de março (03) do ano de mil novecentos e noventa (1990)			
OBSERVAÇÕES / AVERSAÇÕES			
Selo Digital de Registro: 021733.ZTD1501.03009 Nada mais foi declarado			
ANOTAÇÕES DE CADASTRO			
Não consta nenhuma anotação de cadastro.			
<b>CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO</b>			
<b>GOIABEIRAS</b>			
Oficial: <b>Paula Cecília Luz Rodrigues</b>			
Av. Antônio Fernandes Coelho, 1850, Loja 8, Ed. Mud Street, Jardim da Penha, Vitória-ES, Tel. (27) 3019-0049 cartoriogoiabeiras@arpenbrasil.com.br			
<b>Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo</b>			
<b>Selo Digital de Fiscalização</b>			
<b>021733.ZTD1501.03009</b>			
<b>Emolumentos: 27,01 Taxas: R\$ 8,11 Total: R\$ 35,12</b>			
Consulte autenticidade em <a href="http://www.lfes.jus.br">www.lfes.jus.br</a>			
GEOVANNA			
			
			
Geovanna Santos da Cruz			
Escritante Autorizada			
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe			
Vitória-ES 31 de janeiro de 2020.			

ARPENBRASIL



AA 001710023 BRP







Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032004700000003957995>  
Número do documento: 21053114032004700000003957995

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

Carta de Identificação Administrativa

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA			
Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31	ce (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais
Padrão	aaaaaabccc ddd.. e ffff ggg hhhhhh ii	ffff (0003)	Número do livro
DETALHAMENTO			
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (Identificação Única do cartório)	ggg (050)	Número da folha
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados	hhhhhh (0000533)	Número do termo
		ii (31)	Digito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996  
Número do documento: 21053114032027000000003957996

PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro Civil - MG  
São Digital: 010/83214 - Cod. Seg: 1987.1518.7521 0948 - Cod. e  
Quantidade doc(s) at(s) Praticado(s): 1 (7801) - Emcl: R\$ 29,82 -  
Tx. Ind.: R\$ 6,02 - Total: R\$ 35,84  
Consulte a validade no site: https://eicjls.tjmg.jus.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME

MARINALDO PEREIRA MORAIS

CPF

MATRÍCULA

0447270155 1964 1 001 04 078 0090110 61

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

quinze de julho de mil novecentos e cinquenta e dois

DE MES ANO

75/07/1952

NOME

NATURALIDADE

XXXX X

BRASILIA DE MINAS - MG

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

LOCAL MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

LUISLANDIA-MG

EM DOMICÍLIO, NESTE DISTRITO DE LUISLANDIA,  
BRASILIA DE MINAS - MG

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

AGUINALDO CARVALHO MORAIS,  
AMANDA PEREIRA REIS

NOS

FLACIANO MORAIS LIMA e LUANA LIMA CARVALHO  
ARMANDO PEREIRA REIS e JULIA PEREIRA DOS SANTOS

SEXO

NOME E MATRÍCULA DOS FILHOS (de menor)

NÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

dezesete de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

ALFABETIZAÇÃO: A. ALFABETIZADA

NÃO HÁ

ANOTAÇÕES DE CASAMENTO			
RG	NÚMERO	DATA DE REGISTRO	DATA DE VALIDADE
PIS/PIS	---	---	---
Passaporte	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---
TÍTULO DE ELETOR	NÚMERO	DATA DE REGISTRO	DATA DE VALIDADE
Título de Eleitor	---	---	---
CEP Residência	---	---	---

Atenção: Este documento contém informações pessoais e deve ser guardado com cuidado. Qualquer alteração ou falsificação será punida por lei.

Cartório de Registro Civil  
Original: MARCIA APARECIDA QUEIROZ GONÇALVES  
RUA ZÉZE ROCHA, 268 CENTRO  
LUISLANDIA-MG (38)9827 - 8017

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
LUISLANDIA-MG, 09 de março de 2018.

Assinatura do Oficial Substituto

Deise Tatiele Ferreira de Araújo  
Oficial Substituto



RECIBO Nº 00413771 MG-P





Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula 0018830155 1987 1 0103 050 000533 31

Padrão aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhh ii

DETALHAMENTO

aaaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia

(identificação única do cartório)

bb (01) Código do Acervo, sendo:

01 - Acervo Próprio

Cursos - Acervos Incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:

55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano de Registro

e (1) Tipo de livro, sendo:

1: Livro A (Nascimento)

2: Livro B (Casamento)

3: Livro B Auxiliar (Registros de

casamento realizados por fora civil)

4: Livro C (Óbito)

5: Livro C Auxiliar (Registro de Nascimento)

6: Livro D (Registro de Separação)

7: Livro E (Cartões de Registro de Registro Civil)

ffff (0003)

Número do livro

ggg (050)

Número da folha

hhhhhhh (000533)

Número do Termo

ii (01)

Dígito Verificador

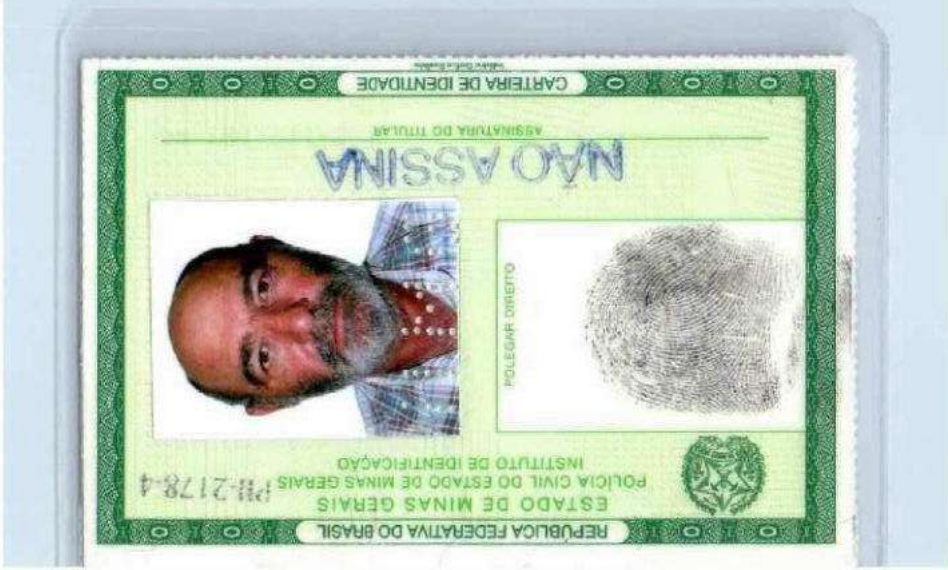
Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

REGISTRO GERAL	MG-23.791.489	DATA DE EXPEDIÇÃO	17/07/2020
NOME	MARINALDO PEREIRA MORAIS		
AVULÇÃO	AGUINALDO CARVALHO MORAIS		
	AMANDA PEREIRA REIS		
NATURALIDADE	BRASILIA DE MINAS-MG	DATA DE NASCIMENTO	15/7/1952
DOC. ORIGEM	NASC. LV-4 FL-28		
	LUISLANDIA-MG		
PII-2178	LETICIA BAPTISTA GAMBOGE REIS DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	1. VIA	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032027000000003957996>  
Número do documento: 21053114032027000000003957996



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/plecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro Civil - MG  
Selo Digital: BWU83212 - Cod. Seg: 6012 3052 9882 0816 - Cod. e  
Quantidade (dois) al(s) Praticado(s): 1 (7801) - Eml: R\$ 29,82  
Tx Judic: R\$ 8,02 - Total: R\$ 35,84  
Consulte a validade no site: <https://seios.tjmg.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME  
ROMEU COSTA PAGANES

CPF  
Nada consta

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO  
quinze de abril de mil novecentos e cinquenta e dois  
044/270455 1944 001 04 027 0000108 28  
DATA, MES, ANO  
15/04/1952

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO  
LUISLÂNDIA-MG  
BRASILIA DE MINAS - MG  
LOCAL MUNICÍPIO DE V. SO. JENTO E UF  
EM DOMICÍLIO NESTE DISTRITO DE LUISLÂNDIA  
BRASILIA DE V.N.S. - MG

FILIAÇÃO  
CARLOS DIAS PAGANES,  
NEUSA COSTA PAGANES.

AVÓS  
PEDRO PAGANES DIAS e MARIA PAGANES TEIXEIRA  
JULIO COSTA CASTRO e MARIA COSTA SOARES

GÊNERO  
NÃO  
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO  
dezessete de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro  
NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO  
AVISAÇÃO DE ANOTAÇÕES A ACRESCER  
NÃO HÁ

ANOTAÇÕES DE CASAMENTO				
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXERCÍCIO	ORÇÃO EXPEDIENTE	DATA DE VALIDADE
RG	---	---	---	---
PIS/INS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	2ª NÚMERO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
CEP Residencial	---	---	Grupo Sanguíneo	---

Cartório de Registro Civil  
Oficial MARCIA APARECIDA QUEIROZ GONCALVES  
RUA ZEZE ROCHA, 268 CENTRO  
LUISLÂNDIA-MG, (38)9827-8717

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.  
LUISLÂNDIA-MG, 09 de março de 2018.

Assinatura do Oficial/Substituto

*[Assinatura]*

Drise Tatielle Ferreira de Azeite  
Oficial Substituto



RECIVIL AA 004137735 MG-P



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.





Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



FSC  
Certificado de  
Procedência  
Administrativa

#### DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula 0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31  
Padrão aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhh ii

#### DETALHAMENTO

aaaaa (00188-3) Código Nacional da Serventia  
(identificação única do cartório)  
bb (01) Código do Acervo, sendo:  
01 - Acervo Próprio  
Outros - Acervos incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:  
55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

dddd (1987) Ano do Registro

e (1) Tipo do livro, sendo:

- |  |  |
|--|--|
| 1: Livro A (nascimento)  | 4: Livro C (óbito)                                   |
| 2: Livro B (casamento)   | 5: Livro D Auxiliar (Registro de Matrimônios)        |
| 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para Cas Civil) | 6: Livro E (Registro de Proenhas)                    |
|  | 7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil) |

fff (0003) Número do livro

ggg (050) Número da folha

hhhhhh (0000533) Número do Termo

ii (31) Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.

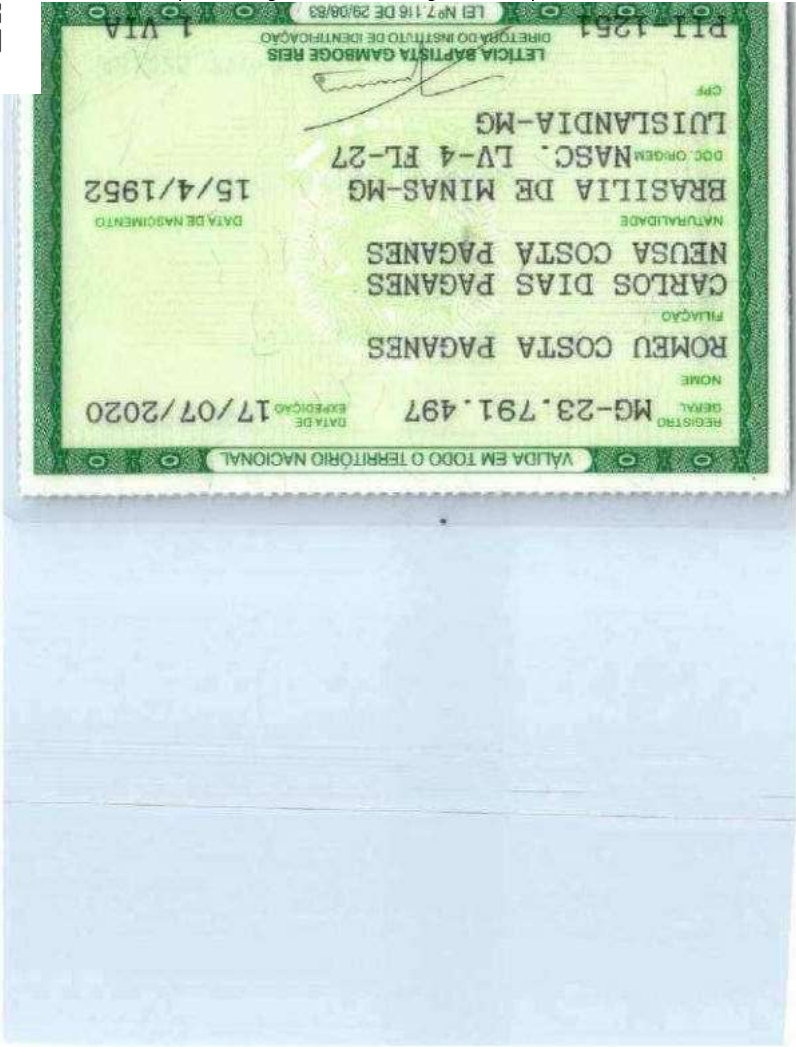


Cópia autenticada administrativamente



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 5065ED1.



Assinado eletronicamente por: AKEMI NOMURA - 31/05/2021 14:03:20  
<https://www.cnj.jus.br:443/jpscnpj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053114032048600000003957997>  
Número do documento: 21053114032048600000003957997

Num. 4374031 - Pág. 7

FORMAS TO CORO RESIDUAL	APARENTE	FORMAS FIC CORO RESIDUAL	FORMAS FIC (POTENCIAL ABRIL DE TAIL
C-1	0.00	0.00	0.00
U-1	0.60	2.0872	0.60
U-2	0.60	16.0882	2.10
U-3	0.00	0.0064	0.00
U-4	0.00	1.6872	0.60
U-5	0.00	0.5872	0.60
U-6	0.00	0.5872	0.00
U-7	0.00	0.5872	0.00



**MÁXIMO DE 30 DIAS**





### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça e outro

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também teria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Acontece que, observando-se a necessidade de acessar os documentos falsos para fins de averiguação de possível envolvimento do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), por meio de despacho de pp. 08/09, que acolheu o parecer de

M



### Extrajudicial Administrativo

pp. 06/07, foi determinada a expedição de ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando-lhe o envio dos documentos a que se refere o Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000.

6. Em resposta, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou as decisões proferidas no Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, acostadas às pp. 20/24 e 25/30 dos presentes autos, bem como os documentos de pp. 31/55.

7. Dos referidos documentos, extrai-se que, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, apesar de não constar o nome da Serventia no campo "detalhamento da matrícula", consta a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

8. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas.

9. Após o encaminhamento da resposta pela Interina Responsável, **OPINO** pelo envio de ofício-resposta ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito das providências tomadas.

### 10.É o parecer.

**11.À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.**

Maceió, 16 de julho de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

---

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

### DECISÃO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000, relatando ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

2. Ademais, salientou que estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganese", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

3. Por fim, narrou que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

4. Na sequência, às fls. 08/09, preferi despacho acolhendo o parecer da Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE de fls. 06/07, determinando o encaminhamento de Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que, se fosse possível, enviasse a este Órgão estadual os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPFs e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL".

5. Destarte, às fls. 20/30, a Corregedoria Nacional de Justiça encaminhou cópia das

decisões proferidas nos autos do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, bem como os documentos de fls. 31/55.

6. Por fim, em parecer de fls. 56/57, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo "encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas". Ademais, sugeriu que seja enviado ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

#### **7. É o relatório, no essencial. Fundamento e decidido.**

8. *In casu*, consoante relatado, a Corregedoria Nacional de Justiça noticia a existência de possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de auxílio emergencial, indicando, ainda, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, que o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) teria possível participação na fraude.

9. Destarte, depreende-se da documentação de fls. 20/55 que, apesar de não constar o nome da serventia no campo "detalhamento da matrícula", há a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51.

10. Diante desse cenário, cabe a este Órgão Censor o dever de investigar a respeito da integridade da documentação de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51 e o suposto envolvimento da Tabela Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL nos fatos noticiados.

11. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 26/28, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **NOTIFIQUE-SE** a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e

(2) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por





Gabinete do Corregedor

---

esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente *decisum*.

12. Após, **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins.

13. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.

Maceió, 21 de julho de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 21/07/2021 14:11  
Página: 1

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0145/2021, encaminhada para publicação.

Requerente  
Conselho Nacional de Justiça

Forma  
D.J

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOLHO o parecer de fls. 26/28, DETERMINANDO a adoção das seguintes providências: (1) NOTIFIQUE-SE a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e (2) EXPEÇA-SE ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decisor. Após, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se. Maceió, 21 de julho de 2021. Des. Fábio José Bittencourt Araújo Corregedor-Geral da Justiça"

Maceió, 21 de julho de 2021.

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ  
Certidão - Processo 0000120-55.2021.8.02.0073

Emitido em: 22/07/2021 10:34  
Página: 1

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0145/2021, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 22/07/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 26/07/2021, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Teor do ato: "Ante o exposto, ACOELHO o parecer de fls. 26/28, DETERMINANDO a adoção das seguintes providências: (1) NOTIFIQUE-SE a Tabelião Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas; e (2) EXPEÇA-SE ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decism. Após, REMETAM-SE os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se. Maceió, 21 de julho de 2021. Des. Fábio José Bitencourt Araújo Corregedor-Geral da Justiça"

Maceió, 22 de julho de 2021.



*Poder Judiciário*

**Malote Digital**

Impresso em: 23/07/2021 às 09:55

**RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO**

**Código de rastreabilidade:** 8022021831545

**Documento:** Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

**Remetente:** Serventia Extrajudicial ( Rosimere de Melo Alves )

**Destinatário:** 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil - Água Branca - 1883 ( TJAL )

**Data de Envio:** 23/07/2021 09:51:52

**Assunto:** De ordem do Exmo. Juiz Auxiliar da CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, envio Decisão e docs. dos autos do Proc nº 0000120-55.2021.8.02.0073, para ciência e adoção das providências cabíveis. Na resposta, reportar o nº do proc acima





**Divisão de Processos Disciplinares**

Rua do Livramento, 384, Centro - CEP 57000-000, Maceió-AL  
Telefone: (82) 4009 3824 e E-mail: dpdcgj@tjal.jus.br

**Ofício nº 813/2021/GCCJ****Maceió – AL, 23 de julho de 2021.**

A Sua Excelência a Senhora  
**MINISTRA MARIA TEREZA DE ASSIS MOURA**  
**Corregedora Nacional de Justiça**  
Brasília/DF

**Assunto: Informações – Processo Administrativo SAJ n.º 0000120-55.2021.8.02.0073.**

*Ref.: Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.00.0000*

Senhora Ministra Corregedora,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia do *decisum* proferido nos autos do **Processo Administrativo SAJ n.º 0000120-55.2021.8.02.0073**, instaurado nesta Corregedoria Geral da Justiça em razão dos fatos narrados no **Pedido de Providências n.º 0010072-75.2020.2.00.0000**, relatando a "existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, in *casu*, Auxílio Emergencial", a fim de atualizar esse Órgão censor a respeito das providências adotadas por este Órgão Estadual.

Sem outro assunto para o momento, subscrevo-me.

Respeitosamente,

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*



## Conselho Nacional de Justiça

### Comprovante de juntada de documento

#### Processo

Número do processo:	0010072-75.2020.2.00.0000
Órgão julgador:	Corregedoria
Jurisdição:	CNJ
Classe:	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
Assunto principal:	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) (10028) / Concessão / Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartório
Valor da causa:	0,00
Medida de urgência:	Não

#### Partes

##### REQUERENTE

- RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)

##### REQUERIDO

- CORREGEDORIA NA JUSTIÇA (REQUERIDO)

#### Outros interessados

Não existem outros interessados vinculados.

#### Assuntos

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) / Serviços (10028) Permissão / Autorização (10073) / Tabelionatos, Registros, Cartórios (10083)

#### Documentos Protocolados

Documento	Tipo	Tamanho (KB)
Informações	Informações	3,55
Of. 813 CNJ	Informações	122,26
Decisão Corregedor	Informações	145,43

**Documento(s) juntado(s) por: ROSEANA CELISTRE MACHADO em 23/07/2021 13:37**



23/07/2021

Número: **0010072-75.2020.2.00.0000**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **03/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Tabelionatos, Registros, Cartórios**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RECEITA FEDERAL - NÚCLEO DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO NA 7ª REGIÃO FISCAL (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4427998	23/07/2021 13:37	<a href="#">Informações</a>	Informações



Senhora Ministra Corregedora.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, de ordem do Desembargador Fábio José Bitencourt Araújo, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, encaminho, anexo, Ofício nº 813/2021/GCGJ relativo ao Pedido de Providências nº 0010072-75.2020.2.00.0000.

Respeitosamente,

Roseana Celistre Machado

Chefe de Gabinete

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 50A0DBA.

Assinado eletronicamente por: ROSEANA CELISTRE MACHADO - 23/07/2021 13:37:47  
<https://www.cnj.jus.br:443/jplecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072313374677600000004007965>  
Número do documento: 21072313374677600000004007965



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0000120-55.2021.8.02.0073 e o código 50EFCB6.

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022021838020

Nome original: Resposta Autos 0000120-55.2021.8.02.0073.pdf

Data: 02/08/2021 22:10:28

Fimetele:

Janilza Soares de Melo Lima

2º Tabelionato de Notas e Registro Civil - Água Branca - 1883

TJAL

Foridade: Normal.

ativo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Resposta nos autos 0000120-55.2021.8.0073



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE ALAGOAS  
ÁGUA BRANCA – ALAGOAS  
SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
Rua Barão de Água Branca, 42, Centro – Água Branca – CEP: 57490-000  
(82) 99644-4752 E-mail: cartoriorciviliab@gmail.com

Água Branca, 29 de julho de 2021.

Ofício RCPN N.º 66/2021

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE ALAGOAS**

**Processo nº 0000120-55.2021.8.02.0073**

**JANILZA SOARES DE MELO LIMA**, devidamente qualificada nos autos do processo disciplinar em epígrafe, por seu advogado, abaixo assinado, constituído nos termos da procuração já anexada, com escritório situado no rodapé da presente, local indicado para receber as intimações e notificações que se fizerem necessárias, vem perante Vossa Excelência apresentar **MANIFESTAÇÃO**, o que faz pelos motivos de fato e de direito que passa a aduzir adiante:

Houve o recebimento de notificação expedida por esta ínclita Corregedoria Geral de Justiça, no sentido de esclarecer a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas, tendo em vista que no verso do papel de segurança das certidões de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, consta o CNS do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

Constam nos versos das mencionadas certidões, supostamente o CNS do cartório requerente, vejamos:

DETALHAMENTO DA MATRÍCULA	
Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaabbcc ddd_ e ffff ggg hhhhhh ii
DETALHAMENTO	
aaaaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados

**Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil**



Percebe-se ainda, em que pese não ter *expertise* para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca.

Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso nas respectivas certidões são emitidos pela gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA937751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a AA951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2018); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA978051 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA442751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA 475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (19/12/2019); AA549301 a AA549500 (27/01/2020); AA567951 a AA568150 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa.

Desta feita, estas são as informações relevantes que se tinha a passar e a relatar sobre as mencionadas certidões, reafirmando que foi colocado indevidamente o CNS do cartório no verso das certidões, estando o cartório à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Água Branca/AL, 29 de julho de 2021.

  
**JANILZA SOARES DE MELO LIMA**

Oficiala Cartório de Registro Civil





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



ARPENALAGOAS

AA 908937



# DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaaahccc dddd e ffff ggg hhhhhhh ii
DETALHAMENTO	
aaaaa (00188-3)	Código Nacional de Serenata (identificação única de cartório)
bb (01)	Código de Ativo, sendo: 01 - Ativo Próprio Outros - Ativos Incorporados

cc (55)	<p>                     Tipo do Serviço Prestado, sendo:                      55 - Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais                 </p>
dd (1987)	Ano do Registro
e (1)	<p>                     Tipo do livro, sendo:                      1 - Livro A (Reservado)                      2 - Livro B (Casamento)                      3 - Livro B (Atas) (Registro de                      casamento celebrado pela Igreja Católica)                 </p>

fff (0085)	Numero do livro
ggg (959)	Numero da folha
hhhhhh (0000533)	Numero do Termo
ii (21)	Digito Verificador




## RELACÃO SELOS MENSAS PERÍODO: 01/01/2018 A 31/12/2020


75929	AB816006 a AB816015 /	11/03/2019	10	208,70
76956	AB822611 a AB822615 /	03/05/2019	5	127,94
77268	AB825106 a AB825110 /	24/05/2019	5	127,94
77699	AB827751 a AB827755 /	18/06/2019	5	127,94
78117	AB830271 a AB830275 /	12/07/2019	5	127,94
78927	AB833781 a AB833785 /	29/08/2019	5	127,94
79204	AB833211 a AB833215 /	20/09/2019	5	127,94
TOTAIS SELOS:			135	2.959,16
SELO: 4 NOTARIAL				
69412	AC296106 a AC296110 /	12/03/2018	5	113,06
71192	AC330671 a AC330675 /	14/06/2018	5	113,06
72629	AC359746 a AC359750 /	05/09/2018	5	113,06
75749	AC416446 a AC416450 /	22/02/2019	5	113,06
TOTAIS SELOS:			20	452,24
SELO: 5 CERTIDAO E AVERBAÇÃO				
68257	AD400471 a AD400520 /	05/01/2018	50	278,00
68399	AD409786 a AD409835 /	12/01/2018	50	278,00
68680	AD425626 a AD425725 /	26/01/2018	100	556,00
68757	AD431321 a AD431370 /	31/01/2018	50	278,00
69009	AD443886 a AD443965 /	19/02/2018	80	444,80
69256	AD459316 a AD459375 /	02/03/2018	60	333,60
69412	AD468336 a AD468395 /	12/03/2018	60	333,60
69650	AD481761 a AD481810 /	22/03/2018	50	278,00
69885	AD494141 a AD494200 /	05/04/2018	60	333,60
70065	AD505746 a AD505795 /	17/04/2018	50	278,00
70403	AD521696 a AD521755 /	02/05/2018	70	369,20
70862	AD547191 a AD547260 /	25/05/2018	70	369,20
71192	AD566266 a AD566315 /	14/06/2018	50	278,00
71451	AD578486 a AD578555 /	03/07/2018	70	369,20
71793	AD598151 a AD598220 /	20/07/2018	70	369,20
71912	AD607336 a AD607385 /	27/07/2018	50	278,00
72179	AD623496 a AD623565 /	13/08/2018	70	369,20
72629	AD652706 a AD652775 /	05/09/2018	70	369,20
72859	AD664331 a AD664410 /	18/09/2018	80	444,80
73228	AD686021 a AD686090 /	05/10/2018	70	369,20
73726	AD715731 a AD715810 /	05/11/2018	80	444,80
73986	AD730616 a AD730685 /	19/11/2018	70	369,20
74226	AD0741831 a AD0741880 /	29/11/2018	50	278,00
74661	AD770631 a AD770690 /	26/12/2018	60	333,60
74862	AD781501 a AD781550 /	09/01/2019	50	278,00
75267	AD804686 a AD804755 /	30/01/2019	70	369,20
75633	AD825806 a AD825965 /	18/02/2019	60	333,60
75749	AD830691 a AD830740 /	22/02/2019	50	278,00
75929	AD844161 a AD844200 /	11/03/2019	40	222,40
76460	AD877121 a AD877190 /	05/04/2019	70	477,40
76856	AD900736 a AD900805 /	03/05/2019	70	477,40
77268	AD919806 a AD919885 /	24/05/2019	80	545,60
77699	AD941621 a AD941690 /	18/06/2019	70	477,40
78117	AD964676 a AD964755 /	12/07/2019	80	545,60
78609	AD981936 a AD982005 /	05/08/2019	70	477,40
78927	AD993516 a AD993585 /	29/08/2019	70	477,40
79204	AE000346 a AE000415 /	20/09/2019	70	477,40
79351	AE005676 a AE005735 /	04/10/2019	60	409,20
79431	AE007511 a AE007550 /	14/10/2019	40	272,80
79584	AE009211 a AE009240 /	04/11/2019	30	204,60
TOTAIS SELOS:			2.520	14.905,80
SELO: 18 PAPEL DE CERTIDÃO				
78929	AAA22001 a AAA22200 /	30/08/2019	200	0,00
79204	AAA42751 a AAA42850 /	20/09/2019	100	0,00
79351	AAA62501 a AAA62650 /	04/10/2019	150	0,00
79584	AAA74951 a AAA75150 /	04/11/2019	200	0,00
80042	AA518201 a AA518400 /	19/12/2019	200	0,00

RELAÇÃO SELOS MENSAS PERÍODO: 01/01/2018 A 31/12/2020

80272	AA549301 a AA549500 /	27/01/2020	200	0,00
80344	AA567951 a AA568150 /	17/02/2020	200	0,00
TOTAIS SELOS:			1.250	0,00
SELO: 19 PAPEL DE NOTAS				
79204	AA017751 a AA017800 /	20/09/2019	50	0,00
TOTAIS SELOS:			50	0,00
SELO: 20 FOLHA DE CERTIDÃO				
68399	AA937751 a AA937850 /	12/01/2018	100	0,00
68680	AA951151 a AA951250 /	26/01/2018	100	0,00
68757	AA955501 a AA955600 /	31/01/2018	100	0,00
69009	AA966751 a AA966850 /	19/02/2018	100	0,00
69258	AA978051 a AA978150 /	02/03/2018	100	0,00
69412	AA987151 a AA987250 /	12/03/2018	100	0,00
TOTAIS SELOS:			600	0,00
TOTAIS CARTÓRIO:				
			6.985	19.884,54
TOTAIS GERAIS:				
			6.985	19.884,54



		<b>GUIA DE REQUISICÃO DE PAPEL DE SEGURANÇA</b>				<b>DATA</b> 15/04/2020	
		<b>REGISTRO CIVIL DE ÁGUA BRANCA</b>					
<b>CÓD.</b>	SERVENTIA					<b>Nº DA GUIA</b>	
<b>101</b>						<b>20</b>	
RECEBI A QUANTIDADE DE PAPEL DE SEGURANÇA CONFORME ABAIXO							
PAPEL	QUANTIDADE DE	NUMERAÇÃO		VALOR			
		INICIAL	FINAL				
CERTIDÃO	100	AA	594201	AA	594300		R\$ 16,00
NOTAS	0	AA	0	AA	0		R\$ 0,00
TOTAL	100						R\$ 16,00


  
 ASSINATURA DA ARPEN



### Extrajudicial Administrativo

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça e outro

### PARECER

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado com base em despacho proferido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no bojo do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.00.0000, em que relata a possível ação de associação criminosa, com uso de certidão de nascimento aparentemente forjada, para fins de emissão de CPF, com o provável objetivo de percepção indevida de auxílio emergencial.

2. Ainda de acordo com o relatado no despacho de pp. 03/04, foi identificado o envolvimento de Anderson Ricardo da Silva, Gabriel Henrique Oliveira dos Santos, Marinaldo Pereira Morais e Romeu Costa Paganes na aludida prática, sendo que, de acordo com a documentação fornecida pela Receita Federal, o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) também seria possível participação para a fraude.

3. Por fim, no respectivo relatório, o despacho de pp. 03/04 fez constar que, de acordo com a Receita Federal, “**todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte**; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório”. (p. 04 – grifos aditados).

4. Nesse passo, o CNJ encaminhou os autos para esta CJG, para fins de apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos narrados no expediente.

5. Acontece que, observando-se a necessidade de acessar os documentos falsos para fins de averiguação de possível envolvimento do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), por meio de despacho de pp. 08/09, que acolheu o parecer de

M



### Extrajudicial Administrativo

pp. 06/07, foi determinada a expedição de ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando-lhe o envio dos documentos a que se refere o Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000.

6. Em resposta, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou as decisões proferidas no Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000, acostadas às pp. 20/24 e 25/30 dos presentes autos, bem como os documentos de pp. 31/55.

7. Dos referidos documentos, extraiu-se que, no verso do papel de segurança utilizado nas certidões de pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, apesar de não constar o nome da Serventia no campo "detalhamento da matrícula", consta a indicação do CNS nº 00188-3, de titularidade do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL.

8. Assim, por meio de decisão de pp. 58/60, que acolheu o parecer de pp. 56/57, o eminente Corregedor-Geral da Justiça, Des. Fábio José Bittencourt Araújo, determinou a adoção das seguintes providências:

11. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 26/28, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **NOTIFIQUE-SE** a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, encaminhando-lhe cópia das certidões de nascimento falsificadas de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, a fim de que esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobredividas certidões falsas; e

(2) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente decisor.

9. Em resposta de pp. 70/71, a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, apresentou os seguintes esclarecimentos:

Percebe-se ainda, em que pese não ter *expertise* para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca.

Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso das respectivas certidões são emitidos pela



### Extrajudicial Administrativo

gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA967751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a 951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2019); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA9780551 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA442751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa.

10. Junto à manifestação, a Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, apresentou documentos comprobatórios de suas alegações às pp. 72/76.

### 11. É o relatório.

12. Pois bem. Diante dos esclarecimentos obtidos junto à Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, fez-se possível verificar que nenhum dos papéis de segurança por ela adquiridos possui a numeração correspondente àquelas usadas nas falsificações, quais sejam TR 001708846-E (p. 34), AA 001710023 – BRP (p. 42) e AA 00413771 MGP (p. 44), não havendo razão para se concluir por eventual extravio.

13. É válido registrar que, visando obter maiores informações sobre a forma como é feita a aquisição dos papéis de segurança, este Juiz Parecerista localizou o sítio eletrônico <https://www.papeldeseguranca.com.br/produto/4>, em que se constatou que a foto do produto





### Extrajudicial Administrativo

comercializado conta com a numeração de identificação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), evidenciando a possibilidade de que os falsificadores tenham utilizado as imagens obtidas da *internet* para perpetrar o crime.

14. Nesse contexto, por ora, não se vislumbra a participação da Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, para os falsos cometidos, contudo, entende-se necessária a comunicação das Autoridades competentes acerca do ocorrido, para que sejam adotadas as providências necessárias.

15. Desse modo, **OPINO** pelo encaminhamento de expediente ao Ministério Público do Estado de Alagoas, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que, em sendo o caso, adote as providências que entender necessárias, e solicitando-lhe que, após a conclusão a respeito das medidas a serem adotadas, seja comunicada esta CGJ/AL.

**16.OPINO**, outrossim, pelo envio de ofício ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito da resposta ofertada pela Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, bem como, acerca das providências tomadas.

### 17.É o parecer.

**18.À superior consideração do Excelentíssimo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.**

Maceió, 03 de agosto de 2021.

**Anderson Santos dos Passos**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

---

Autos nº 0000120-55.2021.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

**DECISÃO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado por força de despacho proferido pela eminente Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, nos autos do Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.00.0000, relatando ter recebido notícias da existência de uma possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de benefício federal, *in casu*, Auxílio Emergencial.

2. Ademais, salientou que estariam envolvidos nas práticas criminosas o Sr. "Anderson Ricardo da Silva", o Sr. "Gabriel Henrique Oliveira dos Santos", o Sr. "Marinaldo Pereira Moraes e o Sr. "Romeu Costa Paganés", todos mencionados em documentação fornecida pela Receita Federal, bem como o Registro Civil de Notas do Município de Água Branca/AL (CNS 00.188-3).

3. Por fim, narrou que, consoante comunicado da Receita federal, "todas as certidões de nascimento têm em seu verso informação de cartório do Estado de Alagoas sendo que na frente essa informação de cartório varia para cada contribuinte; todos os casos são referentes à inscrição tardia no cadastro CPF; O caso de ANDERSON apresenta na certidão também data de registro anterior à data de nascimento; o caso de MARINALDO e ROMEU são bem similares com expedição de RG na mesma data, fotos similares, emissão de segunda via de certidão na mesma data e no mesmo cartório; e os selos digitais dos casos MARINALDO/ROMEU são válidos conforme consulta ao site da Corregedoria do TJ-MG em que pesem as informações do verso destoem das informações do cartório" (*sic*, fls. 03/04).

4. Na sequência, às fls. 08/09, preferi despacho acolhendo o parecer da Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE de fls. 06/07, determinando o encaminhamento de Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça, solicitando à Sua Excelência, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que, se fosse possível, enviasse a este Órgão estadual os documentos a que se refere o despacho de fls. 03/04, relativos ao Pedido de Providências de n.º 0010072-75.2020.2.02.0000, notadamente, os CPF's e as certidões de nascimento que teriam sido forjados com a suposta participação do "Registro Civil de Notas de Água Branca/AL".

5. Destarte, às fls. 20/30, a Corregedoria Nacional de Justiça encaminhou cópia das decisões proferidas nos autos do Pedido de Providências de nº 0010072-75.2020.2.02.0000,

bem como os documentos de fls. 31/55.

6. Em parecer de fls. 56/57, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo "encaminhamento de expediente ao Registro Civil de Notas de Água Branca/AL, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (pp. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que a Interina Responsável esclareça a respeito do uso dos papéis de segurança em questão na confecção das sobreditas certidões falsas". Ademais, sugeriu que seja enviado ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

7. Após, proferi decisão às fls. 58/60, determinando a notificação da Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Srª. Janilza Soares de Melo Lima, a fim de que esclarecesse a respeito do uso dos papéis de segurança em questão, na confecção das sobreditas certidões falsas, e a expedição de ofício-resposta ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL.

8. Em resposta às fls. 70/71, a Srª. Janilza Soares de Melo Lima, Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), prestou as seguintes informações, *in verbis*:

"[...] Percebe-se ainda, em que pese não ter expertise para fazer uma análise aprofundada, mas que as certidões apresentadas são nitidamente falsas, não sabendo dimensionar o motivo pelo qual consta o Código Nacional da Serventia do Cartório de Registro Civil de Água Branca. Ressalte-se que os dados contidos no campo de detalhamento da matrícula no verso das respectivas certidões são emitidos pela gráfica, já vindo com a impressão no verso em todos os papéis de segurança que são distribuídos pela ARPEN/AL ao Cartórios deste Estado, e não unicamente a este Registro Civil. Em (2018/2019 a fev 2020) eram distribuídos pelo FERC (Conforme relatório em anexo).

Convém ainda consignar que a numeração da certidão adquirida pela oficiala subscritora deste expediente é de AA967751 a AA937850 (12/01/2018); AA951151 a 951250 (26/01/2018); AA955501 a AA955600 (31/01/2019); AA966751 a AA966850 (19/02/2018); AA9780551 a 978150 (02/03/2018); AA987151 a AA987250 (12/03/2018); AA422001 a AA422200 (30/08/2019); AA442751 a AA442850 (20/09/2019); AA452501 a AA452650 (04/10/2019); AA474951 a AA475150 (04/11/2019); AA518201 a AA518400 (17/02/2020); AA594201 a 594300 (15/04/2020) consoante se infere pela guia de requisição dos papéis pelo FERC/AL e ARPEN/AL, diferentemente das certidões colacionadas aos autos, tais como: TR 001708846-E (fls. 34); AA 001710023 BRP (fls. 42); AA 004137718 MG-P (fls. 44); AA 004137735 MG-P (fls. 50).

Mencione-se que o modelo padrão de certidões utilizadas no Estado de Alagoas não é essa sequência numérica da folha utilizada para impressão do

ato, não pertencendo a esta serventia, diga-se a exaustão, somando-se ainda que a numeração do papel que é utilizado pelo Cartório de Registro Civil fica localizada no canto direito abaixo do papel e não ao lado, consoante se infere pela documentação anexa [...]” (sic, fl. 71).

9. Ao final, a Sr<sup>a</sup>. Janilza Soares de Melo Lima colacionou os documentos de fls. 72/76.

10. Por fim, às fls. 77/80, o Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL, Dr. Anderson Santos dos Passos, opinou pelo encaminhamento de expediente ao Ministério Público do Estado de Alagoas, acompanhado de cópia das certidões de nascimento falsificadas (fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51), a fim de que, em sendo o caso, adote as providências que entender necessárias, solicitando-lhe que, após a conclusão das medidas porventura adotadas, esta CGJ/AL seja comunicada. Sugeriu, outrossim, o “envio de ofício ao CNJ, com vistas a atualizar o órgão a respeito da resposta ofertada pela Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), Sra. Janilza Soares de Melo Lima, bem como acerca das providências tomadas”.

#### 11. É o relatório, no essencial. Fundamento e decido.

12. De pronto, impende registrar a competência desta Corregedoria-Geral da Justiça, tal como órgão orientador, fiscalizador e disciplinador da atividade cartorária, nos termos do art. 63 do Provimento CGJ/AL n.º 16/2019 (Consolidação Normativa Notarial e Registral), *in verbis*:

Art. 63 – A fiscalização das serventias notariais e registrais será exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária<sup>1</sup>, que delegará poderes 35 aos Juízes Corregedores Permanentes para exercer a atividade fiscalizadora em esfera preventiva e repressiva, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei Federal nº 8.935/2017.

Parágrafo único – A escolha poderá recair sobre o Juiz Diretor ou Superintendente do Foro da Comarca a que pertence o Serviço Notarial ou de Registro, sem prejuízo da atribuição do Corregedor-Geral da Justiça de delegar sua competência administrativa a qualquer outro juiz em exercício no Estado de Alagoas, nos termos da legislação acima referida. (Grifos aditados).

13. Pois bem. *In casu*, consoante relatado, a Corregedoria Nacional de Justiça noticiou a existência de possível associação criminosa, a qual se utilizaria de certidões de nascimento supostamente forjadas, para fins de emissão fraudulenta de CPFs, com a aparente finalidade de percepção indevida de auxílio emergencial, indicando, ainda, de acordo com a

<sup>1</sup> Art. 41. Compete ao Corregedor-Geral da Justiça dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina das atividades jurisdicionais e auxiliares da justiça, com jurisdição abrangente de todo o território estadual.



## Gabinete do Corregedor

documentação fornecida pela Receita Federal, que o Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) teria possível participação na fraude.

14. Diante desse cenário, este Órgão Censor adotou as medidas cabíveis, no sentido de esclarecer se as certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51 são, de fato, falsificadas, bem como de verificar o envolvimento da Tabela Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL nos fatos noticiados.

15. Com efeito, depreende-se da manifestação apresentada pela Sr<sup>a</sup>. Janilza Soares de Melo Lima, Tabela Interina do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), que nenhum dos papéis de segurança por ela adquiridos possui a numeração correspondente àquelas usadas nas falsificações, quais sejam, TR 001708846-E (fl. 34), AA 001710023 – BRP (fl. 42) e AA 00413771 MGP (fl. 44), não havendo razão para se concluir por eventual extravio.

16. Por outro lado, o Magistrado parecerista, visando obter maiores informações sobre a forma como é feita a aquisição dos papéis de segurança, "localizou o sítio eletrônico <https://www.papeldeseguranca.com.br/produto/4>, em que se constatou que a foto do produto comercializado conta com a numeração de identificação do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3), evidenciando a possibilidade de que os falsificadores tenham utilizado as imagens obtidas da internet para perpetrar o crime" (*sic*, fls. 79/80).

17. Nesse sentido, por ora, não vislumbro a participação da atual Tabela Interina ou de qualquer funcionário do Registro Civil de Notas de Água Branca/AL (CNS 00.188-3) nos fatos narrados. Não obstante, entendo que as evidências apontadas nestes autos são suficientes para se constatar a falsidade da documentação de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, sendo pertinente a sugestão do Magistrado Auxiliar desta CGJ/AL no sentido de que o Ministério Público do Estado de Alagoas seja instado, haja vista os fatos narrados nestes autos indicarem a configuração, em tese, de crime contra a fé pública, na modalidade "falsificação de

documento público", contida no art. 297 do Código Penal<sup>2</sup>.

18. Outrossim, considerando que a notícia trazida aos presentes autos indica que possível associação criminosa vem utilizando as certidões de nascimento possivelmente falsificadas, para fins de percepção indevida de benefício federal (Auxílio Emergencial), entendendo que o Ministério Público Federal também deverá ser oficiado para, querendo, no âmbito de suas atribuições, apurar os fatos narrados no presente feito.

19. Além disso, tratando-se de certidões que podem vir a ser usadas para os mais diversos fins, prudente o envio de ofício circular aos Cartórios e Juízes Corregedores Permanentes do Estado de Alagoas, assim como às Corregedorias-Gerais de Justiça do Distrito Federal e de todos os Estados da Federação, também para noticiar a respeito de fortes evidências de fraude nos documentos de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51.

20. Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer de fls. 77/80, **DETERMINANDO** a adoção das seguintes providências:

(1) **EXPEÇA-SE** ofício ao Ministério Público Federal e à Procuradoria-Geral de Justiça, com cópia dos presentes autos, a fim de apurar, no âmbito de suas atribuições, os fatos ora narrados, os quais conduzem à existência de fraude nas certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, e possível ocorrência do delito previsto no art. 297 do Código Penal (Falsificação de Documento Público). Outrossim, deverão ambos os Órgãos, em nome do princípio da cooperação, constante no art. 6º do CPC/2015<sup>3</sup>, **no prazo de 30 (trinta) dias, informar** a esta Corregedoria-Geral da Justiça se

<sup>2</sup> **Falsificação de documento público.** Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa. § 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte. § 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular. § 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir: I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório; II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita; III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado. § 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

<sup>3</sup> Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.



### Gabinete do Corregedor

alguma medida foi adotada com o fito de apurar a fraude em evidência, notadamente se as providências porventura tomadas indicam a participação de alguma serventia extrajudicial do Estado de Alagoas, ou então de pessoa sujeita à fiscalização deste Órgão Censor;

(2) **EXPEÇA-SE**, anexando cópia dos presentes autos, **ofício circular** direcionado aos Cartórios Extrajudiciais do Estado de Alagoas e a **todos** os Juízes Corregedores Permanentes vinculados ao TJ/AL, bem como **ofício a todas as Corregedorias-Gerais dos Estados da Federação e, também, do Distrito Federal**, dando-lhes ciência da existência de fortes indicativos de fraude nas certidões de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51;

(3) **EXPEÇA-SE** ofício-resposta à Corregedoria Nacional de Justiça, com vistas a atualizar o aludido Órgão a respeito das providências tomadas por esta CGJ/AL, encaminhando-lhe cópia do presente *decisum*; e por fim

(4) **EXPEÇA-SE** ofício à Receita Federal do Brasil, com cópia dos presentes autos, dando-lhe ciência das medidas até então adotadas por esta CGJ/AL, com relação às certidões de de nascimento de fls. 34/35, 42/43, 44/45 e 50/51, as quais estariam sendo utilizadas pra fins de emissão de CPFs, com provável objetivo de recebimento de benefício federal.

21. Após, cumpridas todas as determinações, bem como decorrido o prazo assinalado no item "(1)", **REMETAM-SE** os autos à Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais - AESE para os devidos fins.

22. Publique-se. Intimem-se e cumpra-se.

23. Utilize-se cópia da presente decisão como Ofício.

Maceió, 06 de agosto de 2021.

**Des. Fábio José Bittencourt Araújo**  
*Corregedor-Geral da Justiça*